



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O desenvolvimento dos territórios em contração: pistas a partir de Ponte da Barca

Bernardo Machado Cruz

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Pedro Costa, Professor Associado do Departamento de Economia Política,
iscte-iul

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

O desenvolvimento dos territórios em contração: pistas a partir de Ponte da Barca

Bernardo Machado Cruz

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Pedro Costa, Professor Associado do Departamento de Economia Política,
iscte-iul

Outubro, 2023

Agradecimentos

Sortudo é aquele rodeado de alguém a quem possa estar eternamente grato. Eu assim me considero.

E a gratidão inicia-se no meu próprio lar. À minha mãe e ao pai, à Beta, e ao Gustavo. A estas quatro pessoas devo o ambiente doméstico e familiar privilegiado em que cresci, e cresço. E que me permite, que me deixa fazer, que me dá espaço para errar, e voltar, se assim tiver de ser. Este trabalho é a eles dedicado.

Os agradecimentos não se esgotam aqui. E a família também não. Há vezes em que penso que sou mais sortudo do que toda gente, quando se me esgotam os braços para duas famílias abraçar. E esta segunda caiu não sei bem de onde, mas no momento em que na minha vida tropeçou, deve ter sido de tal modo o tombo, e a incapacidade de se mexer, que simplesmente deixou-se ficar. Aos meus amigos de uma vida, obrigado.

Contudo, a vida não é assim tão doce. São duros desafios que fazem sofrer. Confesso, esta tese foi um cruo osso, e sem o Diogo, a Sara e o Matteo, com certeza me faltariam os dentes para o roer. E para a Maria serão sempre poucas as palavras que me permitam o devido agradecer. Uma mulher que me deu as ganas, e que este mestrado me deu o privilégio de conhecer. Meus companheiros de luta, conseguimos.

A todos os participantes deste estudo, jovens barquenses, devo uma menção honrosa. Em cada um senti o agrado por ser convidado a manifestar-se sobre a sua terra, reforçando em mim o compromisso de levar avante este estudo.

Resta-me uma última palavra de apreço, à pessoa que orientou o trabalho de um ano que convido a ler. Ao professor Pedro Costa, um obrigado pela disponibilidade e pelo interesse, pela calma que me foi assegurada, e precisa, para que esta dissertação, de facto, acontecesse.

RESUMO

O traço urbano das sociedades contemporâneas compreende a emergência de um conjunto vasto de territórios marcados por uma incessante perda de população, aqui denominados por *territórios em contração*. A elaboração deste trabalho parte de uma reflexão sobre os catalisadores deste processo e os seus efeitos sobre o território. O seu intuito prende-se com a compreensão das possíveis trajetórias de desenvolvimento destes lugares, a partir de um olhar sobre a qualidade de vida, encontrando suporte empírico no caso de Ponte da Barca para identificar os atributos locais que contribuem ou ameaçam o seu desenvolvimento, que atenuam ou agravam o processo de contração. O estudo sobre esta realidade territorial mostra-se cientificamente pertinente pelas particularidades locais do processo de contração, destacando-se pela sua intensidade, mesmo ocorrendo num contexto sub-regional também afetado pelo mesmo. Ademais, a aferição do bem-estar subjetivo de membros da população barquense apresenta um carácter exploratório. A investigação foi conduzida com recurso a uma metodologia de natureza qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas dirigidas a dois segmentos da população jovem barquense: população deslocada; e população residente. Os resultados obtidos transparecem a utilidade em perspetivar o desenvolvimento local pela lente da qualidade de vida para uma leitura mais assertiva sobre as determinantes do bem-estar e das decisões de localização da população, e da atratividade do território. Concluindo, neste estudo percebe-se a importância da valorização intrínseca dos aspetos relacionais e culturais do desenvolvimento local, e do atendimento aos atributos específicos do território, para guiar a atuação sobre contextos de contração territorial.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Território; Desenvolvimento Humano; Qualidade de Vida; Contração Territorial.

ABSTRACT

The urban feature of contemporary societies comprises the emergence of a vast set of territories marked by an incessant loss of population, here called shrinking territories. The preparation of this work starts from a reflection on the catalysts of this process and its effects on the territory. Its aim is to understand the possible development paths of these places, based on a look at the quality of life, finding empirical support in the case of Ponte da Barca to identify the local attributes that strengthens or threaten its development, that diminish or exacerbate the shrinking process. To study this territorial reality proves to be scientifically relevant due to the local particularities of the shrinking process, standing out for its intensity, even though it occurs in a sub-regional context also affected by it. Furthermore, the analysis of the subjective well-being of the population from Ponte da Barca has an exploratory nature. The investigation was conducted using a qualitative methodology, with semi-structured interviews addressed to two segments of the young local population: displaced population; and resident population. The results obtained demonstrate the usefulness of viewing local development through the lens of quality of life for a more assertive reading of the determinants of the well-being and location decisions of the population, and of the territorial attractiveness. In conclusion, this study highlights the importance of intrinsically valuing the relational and cultural aspects of local development, and of attending to the specific attributes of the territory, to guide action in contexts of territorial shrinkage.

Keywords: Local Development; Territory; Human Development; Quality of Life; Territorial Shrinkage.

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract.....	v
Lista de abreviaturas	x
Introdução.....	1
CAPÍTULO I – Suporte Teórico	5
1. Teorias e Políticas de Desenvolvimento: uma abordagem a partir do <i>território</i>	5
1.1. O “Desenvolvimento”: breve rotineiro histórico sobre um conceito em constante metamorfose.....	5
1.2. Da introdução do <i>espaço</i> no pensamento económico ao desenvolvimento regional ...	8
1.2.1. Os precursores: "Teorias da Localização"	8
1.2.2. O nascimento da ciência regional e o problema do desenvolvimento económico espacialmente desequilibrado.....	9
1.2.3. <i>Os trinta gloriosos</i> : fundamentos teóricos e política de desenvolvimento regional.....	10
1.2.4. A falência da política de desenvolvimento regional tradicional.....	12
1.3. O paradigma territorialista e o carácter local do desenvolvimento	13
1.3.1. Do funcionalismo ao territorialismo: novos princípios teóricos.....	13
1.3.2. Contexto económico das Teses Territorialistas.....	14
1.3.3. Modelos e políticas contemporâneas de desenvolvimento local: a centralidade do processo de inovação.....	15
1.3.4. As críticas ao discurso dominante.....	17
1.3.5. Outras perspetivas: Desenvolvimento Local e Humano.....	18
2. Dinâmicas espaciais da <i>economia do conhecimento</i> e os desafios ao desenvolvimento dos <i>territórios em contração</i>	188
2.1. O processo de urbanização contemporâneo	19
2.1.1. Valor económico dos grandes centros urbanos.....	20
2.1.2. O processo de crescimento das cidades: <i>Do jobs follow people or do people follow jobs?</i>	22
2.2. Desafios de desenvolvimento contemporâneos: os Territórios em Contração	24
2.2.1. A condição estrutural dos Território em Contração.....	24
2.2.2. "Desenvolvimento" e "Contração" - fenómenos mutuamente exclusivos?.....	27
2.2.3. A dimensão local do processo de contração territorial.....	28
2.2.4. Novas perspetivas sobre o desenvolvimento dos territórios em contração.....	29

Capítulo II – Ponte da Barca: um contacto prévio com o território	33
1. Caracterização Sociodemográfica.....	33
1.1. Ponte da Barca: uma breve descrição	33
1.2. Manifestações locais do processo de contração	34
1.2.1. População por grandes grupos etários.....	36
1.2.2. Índice de envelhecimento.....	37
1.2.3. Educação.....	39
1.2.4. Movimento pendulares - Entradas e saídas nos concelhos.....	41
2. Qualidade de vida no território	42
2.1. Leitura genérica sobre as condições locais de vida.....	Erro! Marcador não definido. 3
Capítulo III – Trabalho de campo: A qualidade de vida em Ponte da Barca perspetivada por jovens locais	49
1. Metodologia	49
1.1. Técnica de recolha de dados	50
1.2. Definição do público-alvo, seleção dos participantes e caracterização da amostra	51
1.3. Contacto com os participantes e local de realização das entrevistas	52
1.4. Método de tratamento dos dados	53
2. Exposição e análise dos resultados da investigação	53
2.1. “O que é para ti qualidade de vida?”	54
2.2. “Em que medida é que os fatores que identificaste como importantes para a tua qualidade de vida são satisfeitos estando em Ponte da Barca?”	566
2.3. “Tendo isso em conta, achas que Ponte da Barca é um bom sítio para viveres?”	59
2.4. “Quando pensas em Ponte da Barca quais são as primeiras 3 palavras que te vêm à cabeça?”	60
2.5. “Existe alguma altura do ano em que preferias estar em Ponte da Barca a estar noutro lugar qualquer?”	61
2.6. Juízos sobre os regressos dos deslocados e a permanência dos residentes	65
2.6.1. a) "Quais são os principais motivos para regressares a Ponte da Barca e com que frequência o fazes?"	65
2.6.2. b) "Olhas para a tua permanência como transitória, ou há algo que te motiva a ficar por cá?"	66
2.7. “O que é que seria importante mudar em Ponte da Barca para se tornar mais atrativa para ti?”	67
2.8. “Estarias disposto a fazer alguma coisa por isso?”	69
2.9. Informação adicional	72
3. Compreensão geral dos resultados e articulação com o suporte teórico e os objetivos da dissertação	74

Considerações Finais	79
Referências Bibliográficas.....	83
Apêndices.....	91

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1: Evolução do número de população residente segundo os censos (1981 – 2021).....	34
Quadro 2.2: Taxa de crescimento médio da população local segundo os censos (2001 – 2021).....	35
Quadro 2.3: Evolução da estrutura demográfica em Ponte da Barca segundo os censos (2001;2011;2021).....	36
Quadro 2.4: População residente por grandes grupos etários segundo os censos 2021: comparação multiescalar.....	37
Quadro 2.5: Índice de envelhecimento segundo os censos (2001; 2011; 2021): comparação multiescalar.....	38
Quadro 2.6: Taxa de variação intercensitária do índice de envelhecimento (2011; 2021).....	39
Quadro 2.7: Evolução da população barquense por níveis de escolaridade segundo os censos (2001 - 2021).....	40
Quadro 2.8: População residente por níveis de escolaridade segundo os censos 2021: comparação multiescalar.....	40
Quadro 2.9: Evolução da população que entra e sai habitualmente do concelho segundo os censos (2011 - 2021).....	42
Quadro 2.10: Proximidade do território aos centros urbanos de referência.....	46
Quadro 3.1: Caracterização da amostra.....	52
Quadro 3.1: Deslocados - Contributos e ameaças à qualidade de vida local.....	57
Quadro 3.3: Residentes - Contributos e ameaças à qualidade de vida local.....	57
Quadro 3.4: Considerações sobre a vida em Ponte da Barca.....	59
Quadro 3.5: Associações ao território.....	60
Quadro 3.6: Participação cívica.....	70
Quadro 3.7: Satisfação das necessidades nos territórios envolventes.....	72

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1: Mapa Município de Ponte da Barca.....	34
--	----

Lista de Abreviaturas

PIB - Produto Interno Bruto

OIT - Organização Internacional do Trabalho

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

EUA - Estados Unidos da América

TIMs - Territorial Innovation Models

GREMI - Grupo Europeu de Investigação sobre os Meios Inovadores

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

NGE - Nova Geografia Económica

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

INE – Instituto Nacional de Estatística

IBE - Índice de Bem-estar

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

IQar - Índice da qualidade do ar

REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território

E - Entrevistados

D - Deslocados

R - Residentes

Introdução

Um tanto impressionante é a força magnética exercida pelos grandes centros urbanos, afigurando-se como praças de encontro entre pessoas oriundas de diversos cantos e mundos. Indissociável deste processo de concentração geográfica da atividade humana, a urbanização, é o cenário que se encontra num conjunto vasto de territórios afetados por uma perda incessante de população - os *territórios em contração* - objeto de estudo da presente dissertação.

Marcada pela saída de uma população tendencialmente jovem, mais qualificada, e porventura de uma condição socioeconómica mais favorecida, a realidade dos territórios em contração é interpretada nesta dissertação como um dos desafios de desenvolvimento contemporâneos. A ocorrência destes movimentos migratórios marca um impacto profundo sobre o tecido demográfico, social, económico e cultural dos territórios de partida, apresentando-se como uma grave condicionante à modo de vida pré-existente.

Olhar sobre o cenário descrito fez emergir uma grande questão - serão os territórios em contração capazes de se desenvolver? Na procura por uma resposta à mesma, apresenta-se como o objetivo geral desta dissertação o tratamento da realidade dos territórios em contração a partir de uma problematização sobre a qualidade de vida local. O concelho de Ponte da Barca afigurou-se como uma realidade territorial concreta a partir da qual poderiam ser empiricamente retiradas valiosas informações para lidar com o fenómeno de perda contínua de população. É sobre este território que incide a investigação empírica realizada neste trabalho, que procura aferir sobre a qualidade de vida local a partir de uma abordagem subjetiva ao conceito, numa análise da informação recolhida junto de alguns dos jovens barquenses.

O facto de o processo de perda contínua de população em Ponte da Barca se ter iniciado há várias décadas, assumindo uma particular intensidade nos últimos vinte anos, enaltece o interesse científico por este caso em particular, que se destaca mesmo num contexto sub-regional também afetado por este fenómeno. Ademais, o desconhecimento da existência de qualquer estudo local de incidência concreta sobre a perda contínua de população, ou sobre a qualidade de vida no território, atribuem um carácter exploratório ao trabalho que aqui se expõe, motivando a sua elaboração.

Além da componente científica, a realização deste trabalho assenta numa motivação que é *pessoal*, e na onda desse reconhecimento presta-se nestas linhas a devida declaração de interesses. Enquanto jovem barquense, o autor deste trabalho admite que a escolha desta temática não foi feita inocentemente. Pelo contrário, e na linha de Lofland *et al.* (2022), são transportadas para esta investigação aquelas que são as preocupações próprias da pessoa por

detrás do académico. Disto isto, a condução cientificamente rigorosa deste trabalho mostrou-se sempre uma preocupação central, sem qualquer intento de busca pela aprovação de eventuais ideias pré-concebidas, mas antes guiado pela vontade de chegar a uma compreensão mais fina da realidade local.

A presente dissertação é composta, então, por três capítulos. O Capítulo I, referente à exploração teórica, assenta em dois grandes pontos: no primeiro, faz-se uma revisão de literatura sobre as teorias e as políticas desenvolvimento, com particular enfoque sobre a sua escala local e regional; no segundo, explora-se a literatura que procura compreender as dinâmicas que explicam a distribuição espacial da atividade humana e o crescimento das cidades, atentando à configuração geográfica da economia do conhecimento, e a partir daí identificar as particularidades das condicionantes ao desenvolvimento dos territórios em contração. Do confronto destas duas revisões de literatura procura-se perceber a relação teórica e conceptual entre o desenvolvimento local, a contração territorial e a qualidade vida.

No capítulo II estabelece-se um enquadramento das dinâmicas territoriais de Ponte da Barca com o conceito de território em contração, através de uma caracterização sociodemográfica do município, assente na análise de alguns dos indicadores destacados na revisão teórica. Num segundo ponto, com o objetivo de facilitar a compreensão dos dados extraídos do trabalho de campo, faz-se um esboço da realidade territorial em análise nesta dissertação. Com esse fim, expõem-se alguns dados alusivos a determinadas dimensões de qualidade de vida frequentemente calculadas nos índices de bem-estar das populações.

No Capítulo III expõe-se toda a informação alusiva ao trabalho de campo efetuado, e este organiza-se em três grandes pontos. O capítulo inicia-se com o ponto referente à metodologia adotada para a concretização deste estudo, que consistiu na elaboração de entrevistas semiestruturadas com alguns membros da população jovem barquense, numa análise sobre as particularidades e os pontos de convergência de dois segmentos distintos: a população jovem deslocada; e a população jovem residente. Com a realização das entrevistas procurava-se satisfazer os seguintes objetivos específicos: 1) identificar diferentes conceções de qualidade de vida e as eventuais dimensões comuns a alguns entrevistados; 2) perceber o nível de satisfação com a qualidade de vida em Ponte da Barca; 3) identificar os fatores locais de atratividade e de afastamento; 4) entender as razões que incentivam a permanência e os regressos ao território; 5) explorar a dimensão “participação cívica” e pré-disposição para contribuir para a melhoria da atratividade do território. O segundo ponto do capítulo prende-se com a exposição e análise dos dados recolhidos no trabalho campo. O capítulo finda-se com uma compreensão geral dos resultados da investigação empírica, num alinhamento com os contributos teóricos explorados, e com os objetivos específicos definidos para este trabalho.

A dissertação encerra-se com a partilha das considerações finais, onde se apresenta alguns dos princípios de atuação sobre contextos territoriais em contração, extraídos da compreensão articulada entre as teorias de desenvolvimento local contemporâneo com as dinâmicas espaciais da economia do conhecimento, e das conclusões do trabalho de campo.

Ao estudo realizado encontra-se associado um conjunto de limitações inerentes à dimensão amostra, que não permite a extrapolação dos resultados, e às investigações que partem de uma abordagem subjetiva sobre a qualidade de vida. Dada a complexidade do tema, sugere-se que, para uma compreensão assertiva da qualidade de vida em Ponte da Barca, se complemente os testemunhos da população entrevistada com investigações que permitam medir outros conjuntos de indicadores económicos, sociais e ambientais, que costumam acompanhar as noções subjetivas de qualidade de vida nos índices de bem-estar.

CAPÍTULO I – Suporte Teórico

Neste capítulo procura-se desenvolver um exercício teórico que parte de uma compreensão dos princípios que sustentam a literatura sobre desenvolvimento local e regional contemporânea para, numa fase seguinte, estabelecer um cruzamento com a literatura que procura compreender e explicar a configuração geográfica assumida pela fase atual do capitalismo. Do confronto entre esses dois mundos teóricos, retiram-se algumas conclusões sobre os desafios particulares que são colocados aos contextos territoriais de contração e, daí, algumas pistas sobre as possíveis trajetórias de desenvolvimento a percorrer nestes lugares.

1. Teorias e Políticas de Desenvolvimento: uma abordagem a partir do território

O primeiro ponto da dissertação dedica-se a uma revisão da literatura das teorias e políticas de desenvolvimento. Um retrato sintético da história e da evolução do campo dos estudos de desenvolvimento é apresentado como ponto de partida para uma análise mais profunda e detalhada dos contributos teóricos que se debruçam sobre a sua escala regional e local.

1.1. O “Desenvolvimento”: breve roteiro histórico sobre um conceito em constante metamorfose

O tempo decorre e o conceito de desenvolvimento continua a ser constantemente alvo de discórdia e debates acesos sobre o seu significado. À medida que a existência humana se depara com novas preocupações e desafios, também novos entendimentos sobre o desenvolvimento vão emergindo em cada passo dado em direção ao futuro (Goldin, 2018), sugerindo, pelo menos, que a estaticidade não é traço que o caracterize.

Aliado à importância *tempo*, também o *espaço* se apresenta como determinante da natureza e do significado de desenvolvimento. A circunscrição do conceito a estas duas determinantes revela o caráter heterogéneo assumido pelo mesmo, e, por isso, a impossibilidade em conceber uma definição única e consensual (Pike *et al.*, 2017). Nas palavras de Vale (2012, p. 23), “o desenvolvimento é socialmente determinado”. Um recuo às origens do trabalho científico sobre o tema revela, no entanto, uma abordagem inicial sobre o mesmo manifestamente distinta da caracterização feita nestas palavras.

Enquanto disciplina académica e projeto global, a origem do desenvolvimento data o período de pós II Guerra Mundial, com uma Europa a dar início à sua reconstrução, mas as suas bases intelectuais são frequentemente associadas ao movimento iluminista europeu do

séc.XVIII (Craggs, 2014). Associadas a problemáticas de “mudança”, “progresso”, “riqueza” ou “bem-estar”, as questões de desenvolvimento desafiam o pensamento humano há vários anos e em distintas áreas do saber (Amaro, 2003, p. 5), sendo que ocupavam lugar central nos escritos dos clássicos da economia da política como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, John Stuart Mill ou Karl Marx (Thirlwall, 2011). A primeira fase de evolução das teorias de desenvolvimento desde o pós-guerra foi altamente influenciada por estes contributos (Goldin, 2018), tendo como referência as sociedades industriais europeias (Amaro, 2003). O Presidente estadunidense, Harry Truman, no quarto ponto do seu discurso, inaugura a “*development age*” ao introduzir o termo “subdesenvolvido” aplicado como sinónimo de áreas “economicamente atrasadas” (Rist, 2019). Esta aplicação do termo é tratada em Rist (2019) como uma inovação na terminologia da palavra, tanto pela ideia que trouxe da existência de uma estádio final no sentido do qual a mudança deve ser feita, mas, essencialmente, à interpretação do desenvolvimento enquanto “possibilidade”, isto é, replicando as palavras do autor:

“(…) o desenvolvimento passou a ter um significado transitivo (uma ação desempenhada por um agente sobre outro) que corresponde a um princípio de organização social enquanto o “subdesenvolvimento” se tornou um estado natural das coisas.” (Rist, 2019, p. 73).

As primeiras teorias e práticas de desenvolvimento nasciam, então, dentro do paradigma da “modernização”, que, simplificando, assentava em dois grandes princípios: 1) o entendimento de que existiria um único processo de evolução social¹; e 2) o crescimento económico como finalidade do desenvolvimento (Fragoso, 2004). A confusão entre crescimento e desenvolvimento evidenciava-se nas métricas utilizadas para a aferir sobre o segundo. A constante utilização do Produto Interno Bruto (PIB) como indicador único do nível bem-estar das populações de cada país excluía deste julgamento aspetos que nos dias que correm se mostram essenciais, como os níveis educacionais e o estado de saúde das populações, o nível de distribuição da riqueza, o trabalho informal que permitia a criação dos produtos comercializados, ou as externalidades negativas do crescimento (Goldin, 2018), entre outros igualmente relevantes, entrando no domínio da qualidade ambiental, expressão identitária, participação e cidadania².

Ainda nos anos sessenta, na literatura de desenvolvimento que emergia dos países do Sul Global, começam a surgir as primeiras críticas às noções modernas de desenvolvimento – a teoria da dependência - ao identificar-se dificuldades de materialização do crescimento económico nestes países, apontando a crítica à natureza do sistema económico internacional que perpetuava a dependência dos países do Sul face aos do Norte (Hopper, 2012). No entanto,

¹ Apoiado no trabalho de Rostow (1960).

² Para enumerar apenas alguns.

é a partir dos 70s que se marca uma viragem nos estudos desenvolvimento, com um reconhecimento claro de que o crescimento económico, por si, não se traduzia numa melhoria das condições de vida, alimentando o surgimento de novas e mais abrangentes conceptualizações do desenvolvimento (Goldin, 2018). Agências internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Banco Mundial, passam a dar ênfase à necessidade de satisfação das “necessidades básicas” e à componente redistributiva da riqueza, e cresce a consciencialização geral para temáticas como a igualdade de género ou a proteção ambiental (Hopper, 2012).

A partir da abordagem às “necessidades básicas”, começam a surgir propostas cada vez mais sofisticadas e com objetivos sociais mais ambiciosos, como as ideias de Amartya Sen ou Mahbub ul Haq sobre criar possibilidades para que os indivíduos se autorrealizem (Goldin, 2018). O centrar das atenções sobre noções de “bem-estar” ou “qualidade de vida” fez com que, a partir deste período, se tenha procurado criar novas métricas complementares ao PIB para um melhor julgamento sobre o desenvolvimento, dando origem a indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou a várias outras métricas inerentes às novas agendas de desenvolvimento levadas a cabo pelas Nações Unidas, como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) ou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Goldin, 2018).

Neste breve e superficial roteiro sobre as teorias e práticas de desenvolvimento ficam por explorar importantes eventos históricos que marcaram os anos oitenta e noventa, como, entre outros, o ímpeto neoliberal que guiou as ações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional nos seus “programas de ajustamento” direcionados aos “países em desenvolvimento” (Hopper, 2012); ou a crítica pós-desenvolvimentista às perversidades inerentes ao conceito de desenvolvimento concebido pelo ocidente, sugerindo o seu abandono, e criticando duramente as propostas de desenvolvimento alternativo que emergiram a partir dos anos setenta (Amaro, 2003). Uma revisão mais fina e completa da evolução neste campo de estudos é encontrada em contributos como Hopper (2012), Peet & Hartwick (2015) ou Amaro (2003).

Nestas palavras procura-se sublinhar a ideia muito bem resumida em Peet e Hartwick (2015, p. 4) ao adjetivarem os estudos de desenvolvimento enquanto “campo de batalha” entre as várias correntes teóricas que se têm debruçado sobre um tema capaz de albergar uma infinidade de questões, e que, ainda assim, tem sofrido tantas simplificações como descartes. A mudança de entendimentos sobre desenvolvimento tem sido uma constante, o debate académico e as políticas adotadas condicionam e são condicionadas pela transformação de valores e ideias (Goldin, 2018). Se o desenvolvimento pode ser lido a partir de várias “disciplinas académicas” (Peet e Hartwick, 2015, p. 5), nesta dissertação é sobre a sua dimensão local que

se procura atentar, recorrendo a contributos de múltiplas áreas do conhecimento que se ocupam sobre as problemáticas de desenvolvimento dos territórios.

1.2. Da introdução do espaço no pensamento económico ao desenvolvimento regional

1.2.1. Os precursores: “Teorias da Localização”

Até à segunda guerra mundial, a componente espaço, e os problemas a ela associados, era desconsiderada pela maioria dos investigadores (Benko, 1999; Fragoso, 2004). Com a escola neoclássica essencialmente preocupada com questões alusivas à quantidade de recursos disponíveis, a problematização sobre os lugares onde esses recursos poderiam ser encontrados surgiu posteriormente, mas ainda na primeira metade do séc. XX, por meio das “teorias da localização” dão-se os primeiros passos de incorporação do espaço no pensamento económico (Capello, 2016).

Partindo de uma noção de espaço *contínuo*, sem barreiras geográficas, entre os primeiros modelos desenvolvidos pelas “teorias da localização”, Capello (2016) destaca a importância da contribuição de vários autores durante este período, como Alfred Weber na teorização sobre a escolha de alocação de uma empresa, determinada a partir da minimização dos custos de transporte, ou August Losch e Harol Hotelling sobre as áreas de mercado de cada produtor, onde o princípio da maximização dos lucros determina o equilíbrio de localização dos mesmos. Em Capello (2016) apresentam-se ainda modelos que procuram identificar as “áreas produtivas”, destacando a importância de Johann Heinrich von Thunen, e outros que se debruçam sobre as aglomerações territoriais, como Walter Christaller com a Teoria dos Lugares Centrais.

Evitando desvios sobre os temas que são centrais, nesta dissertação não se procura um aprofundamento destes primeiros contributos sobre a economia espacial, sendo que em Benko (1999) e Capello (2016) encontra-se uma revisão mais completa e justa sobre as principais obras e autores deste período, cuja explicação ou discussão não estão compreendidos nos objetivos definidos para este trabalho. Desta literatura importa retirar, essencialmente, a noção redutora de espaço presente na mesma, entendido nas palavras de Capello (2016, p. 3) como “uma *physical-metric* definida em termos de distância física e custos de transporte”.

1.2.2. O nascimento da ciência regional e o problema do desenvolvimento económico espacialmente desequilibrado

Com raízes nas teorias de localização, a ciência regional desenvolve-se num período de pós II Guerra de profundo otimismo pelo forte (e aparentemente infindável) crescimento económico que se verificava nos Estados Unidos da América (EUA) e na Europa Ocidental, e num momento político que se caracterizava pela existência de um forte estado social e pela centralidade dada a questões de equidade social e redistribuição da riqueza (Polèse, 1999). Com Walter Isard e alguns colegas, a ciência regional nasce em 1954 fundindo a lente económica com a noção geográfica da importância do lugar, com o intuito de perceber porque é que algumas regiões prosperam e outras não, e poder responder aos problemas que cada uma levanta (Benko, 1999; Eversole, 2017). Em relação aos fatores que contribuíram para o aparecimento dos estudos regionais, Polèse (1999) argumenta que o rápido crescimento económico verificado na época permitiu identificar a existência de regiões onde essa prosperidade generalizada não se materializou. O autor destaca também a intensidade do processo de urbanização e as profundas alterações da distribuição da população e do emprego pelo espaço, e ainda evolução nos dados estatísticos sobre a riqueza e o emprego presentes em cada região, que impactaram a consciencialização pública e os atores políticos, e resultaram numa exigência por políticas normativas de correção das assimetrias regionais. Um crescimento espacialmente desequilibrado apresenta-se assim como “uma preocupação importante da consciência coletiva” (Fragoso, 2004, p. 10)

As assimetrias regionais retratadas no parágrafo anterior são, naturalmente, alvo de interpretações distintas. Aos olhos da tradição neoclássica, estas são entendidas simplesmente como decorrentes de falhas de mercado ou um atraso na chegada a um equilíbrio, estado que atingir-se-ia inevitavelmente e de forma gradual (Conti e Giaccaria, 2001). Entre o conjunto vasto dos contributos teóricos que reforçam esta visão, dá-se neste trabalho um particular destaque à teoria das etapas de crescimento avançada por Rostow (1960), onde se assume a existência de uma trajetória única de progresso económico e se pressupõe que todos os países e regiões tenderão, a longo prazo, a convergir economicamente (Vale, 2012). Em contraponto, a realidade observada na época motivou uma crescente aparição de um conjunto amplo de novas formulações teóricas, que questionavam seriamente as postulações neoclássicas, e apresentavam novas interpretações sobre a natureza do crescimento, considerando-o “divergente” – são as abordagens *keynesianas*, que sustentaram a política económica adotada durante *os trinta gloriosos* (Vale, 2012).

1.2.3. Os trinta gloriosos: fundamentos teóricos e política de desenvolvimento regional

Os anos 50 marcam um abanão profundo na reflexão teórica sobre os problemas de desenvolvimento, para o qual muito contribuíram autores como François Perroux, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal, ao caracterizarem o desenvolvimento económico como um processo descontínuo e gerador de desequilíbrios e desigualdades, e ao centrarem as atenções sobre esquemas teóricos que permitissem compreender as configurações espaciais do sistema económico, ao invés da procura por modelos sobre a alocação das empresas (Conti e Giaccaria, 2001). Dando particular destaque à teoria dos polos de crescimento de Perroux (1955) e ao esquema de Myrdal (1957) da causalidade circular e cumulativa, nas palavras seguintes passa-se a explicar sinteticamente o teor de cada um destes contributos.

François Perroux, ao apresentar a teoria dos polos de crescimento em 1955, avançou com a ideia de que o crescimento não ocorre simultaneamente em todos os lugares e que varia na sua intensidade, começando por surgir em determinados pontos no espaço – aglomerações urbano-industriais (Vale, 2012). Numa fase inicial, geram-se efeitos polarizadores, atraindo investimento público e privado, emprego, e condições psicológicas favoráveis à propensão ao risco (Méndez, 1997). Posteriormente, o crescimento gerado nesse polo propaga-se no espaço, atingindo as geografias envolventes (Vale, 2012). Renunciando a existência de um sistema nacional de crescimento, nesta teoria entende-se que o crescimento regional é dependente do crescimento gerado nos centros urbanos e do modo como este se difunde pela região (Benko, 1999).

Inspirado pelo trabalho de Schumpeter, principalmente na centralidade dada à inovação e ao papel das empresas de grande dimensão, as “indústrias motrizes” apresentam-se como conceito chave desta teoria, pela capacidade em gerar maiores taxas de crescimento e avanços tecnológicos, e de surtir um efeito de arrastão no restante sistema económico e de potenciamento de outras indústrias (Wang e Li, 2017).

Influenciado pelo trabalho de Perroux, com a teoria da causalidade circular e cumulativa Gunnar Myrdal enriquece a compreensão da relação entre os polos de crescimento e as áreas circundantes (Wang e Li, 2017). Myrdal (1957) desconstrói a ideia neoclássica ortodoxa de que o livre funcionamento do mercado trataria de achar um equilíbrio no movimento espacial dos fatores de produção, pois assume-se que o Capital e o Trabalho tendem a fazer um movimento contrário, com o primeiro a deslocar-se para as regiões mais enfraquecidas, à medida que o movimento do segundo para a áreas de maior crescimento aumenta (Hall e Ludwig, 2009). Em discórdia com esta linha teórica, Myrdal (1957) argumenta que o movimento do capital e dos

fatores produtivos é similar e no sentido das regiões mais prósperas, provocando os designados *backwash effects* sobre os lugares de partida, dificultando a geração de riqueza nos mesmos e provocando a perda de trabalhadores mais qualificados e de empreendedores (Conti e Giaccaria, 2001).

No trabalho de Myrdal (1957) é ainda apresentada a possibilidade de que o crescimento dos polos consiga afetar positivamente as geografias envolventes, por intermédio dos *spread effects*, criando condições para a sua convergência (Fujita, 2004). Concretizando-se pela deslocalização das empresas, criação de emprego e aumentos na procura nestes lugares, consequência da expansão económica verificada nos centros (Vale, 2012). No entanto, o autor apresenta uma posição pessimista e rejeita qualquer possibilidade de as forças do mercado provocarem um equilíbrio do desenvolvimento económico entre as regiões, argumentando que, sem a intervenção do estado, as assimetrias regionais tendem a aumentar, entrando num “ciclo vicioso” (Conti e Giaccaria, 2001).

Tanto no contributo de Perroux (1955) como de Myrdal (1957) observa-se um reforço da ideia do Estado enquanto ator preponderante na promoção de desenvolvimento regional. Neste momento histórico, partia-se do princípio de que as regiões mais empobrecidas podiam gerar riqueza se determinados investimentos públicos e privados fossem devidamente direcionados, sendo que as políticas regionais se apoiavam na crença de que os governos centrais seriam capazes de moldar a estrutura espacial da economia, e assim corrigir as assimetrias existentes dentro do espaço nacional (Polèse, 1999).

Em particular, o modelo de polos de crescimento apresentado por Perroux, e desenvolvido pelos seus discípulos, serviu de base teórica para a concretização de vários projetos e estratégias de desenvolvimento regional (Wang e Li, 2017). A distribuição espacial das atividades produtivas tratava-se de uma preocupação política de primeiro plano e priorizava-se a homogeneização espacial das economias nacionais, sobretudo nos países desenvolvidos (Benko, 1999). A abordagem dada ao desenvolvimento regional passava essencialmente pela mobilização de recursos económicos exógenos, identificando os fatores que estariam ausentes numa determinada região e que precisariam de ser canalizados para a mesma (Eversole, 2017). Deste modo, a política de desenvolvimento regional assentava sobretudo no investimento em infraestruturas, na injeção direta de capital público no setor industrial em localizações específicas, e no recurso a subsídios como forma de atração de empresas privadas (Conti e Giaccaria, 2001; Polèse, 1999). A importância que se depositava no aparelho do estado enquanto agente da política redistributiva regional, e na mobilização dos recursos exógenos como técnica de fomento do desenvolvimento regional era também reforçada por outras abordagens de carácter *keynesiano*, que valorizavam a base económica de

exportação de uma região e o papel da procura externa para o desenvolvimento das mesmas, em relação às quais se encontra uma explicação mais detalhada em Vale (2012).

Sobre este período, há duas grandes conclusões que importam ser sublinhadas nesta dissertação. Em primeiro lugar, a notória influência do pensamento moderno sobre os contributos teóricos e ação política sobre o desenvolvimento pelo grande objetivo que lhes era subjacente, que, segundo Eversole (2017), se limitava à procura pela criação de prosperidade económica. E em segundo lugar, um tratamento do espaço assente no pressuposto de que o mesmo seria incapaz de se desenvolver a partir dos seus atributos próprios (Wang e Li, 2017). Nas palavras de Fragoso (2004, p. 11), o espaço é concebido como uma “matriz amorfa”.

Em suma, a confusão entre desenvolvimento e crescimento e a falta de reconhecimento da identidade própria de cada território motivaram, deste modo, uma lógica de desenvolvimento assente num modelo de *catch up*, a partir da identificação de um modelo de região próspera que as outras regiões deviam almejar a alcançar. Daí a preocupação com a mobilização de recursos exógenos, equipando cada região com os ingredientes necessários para a confeção de uma receita do tipo *one size fits all*.

1.2.4. A falência da política de desenvolvimento regional tradicional

Esta forma de conceber a política de desenvolvimento regional quase exclusivamente assente no investimento em capital físico e com grande desconsideração pelas complexidades territoriais acabou por mostrar as suas limitações (Polèse, 1999). Os recursos atraídos do exterior acabavam muitas vezes por se revelar inadequados aos sistemas económicos e sociais pré-existentes na região, o que explica a frequência da não concretização dos resultados que se esperavam (Eversole, 2017). Resumindo numa simples expressão – “o desenvolvimento não é só uma questão de tijolo e argamassa” (Polèse, 1999, p. 7).

A falência do modelo veio mesmo a verificar-se, a crise da década de 70 sentida em todos os países industrializados da Europa retratou uma consequência direta das políticas adotadas, mostrando uma enorme incapacidade de impactar positivamente as regiões a longo prazo (Conti e Giaccaria, 2001). Particularmente nas regiões mais enfraquecidas, os efeitos de uma recessão generalizada das economias ocidentais foram sentidos de uma forma ainda mais acentuada (Ewers e Wettmann, 1980). Estes eventos foram paradigmáticos, a política regional tradicional precisava de ser abandonada, percebeu-se que a procura por uma nova capacidade produtiva das áreas assistidas, com incentivos financeiros e fiscais, era insustentável e resultava num subaproveitamento dos recursos existentes nas regiões abrangidas por estes programas de desenvolvimento (Conti e Giaccaria, 2001).

1.3 O paradigma territorialista e o caráter local do desenvolvimento

1.3.1. Do funcionalismo ao territorialismo: novos princípios teóricos

Confirmando-se empiricamente que a mobilização de recursos exógenos seria, por si, insuficiente para o desenvolvimento de uma região, a partir dos anos 80 o desenvolvimento regional começa a ser problematizado a partir de um atentar sobre as dinâmicas endógenas das regiões (Eversole, 2017). Nesta perspectiva, as dimensões sociocultural e político-administrativa passam a ser valorizadas numa concepção de desenvolvimento que procura complexificar-se e sair do reducionismo à dimensão económica que o havia caracterizado até então (Vale, 2012).

O contributo de Friedmann e Weaver (1979) foi verdadeiramente marcante para a inversão de rumo que se avizinhava, ao distinguir conceptualmente duas abordagens distintas que poderiam ser dadas ao desenvolvimento regional: 1) abordagem *funcionalista* e 2) abordagem *territorialista*. A primeira diz fundamentalmente respeito àquela que tinha vigorado até aos anos 70, em que os espaços geográficos são pensados enquanto “recetores de estratégias produtivas alheias e exteriores” aos mesmos (Santos, 2011, p. 4), e enquanto parte integrante de uma estrutura hierárquica definida por corpos de decisão exteriores ao território, que planeavam a distribuição espacial das atividades económicas (Conti e Giaccaria, 2001). Já a segunda, atenta às particularidades de cada território e aos recursos existentes em cada um, percebe o território enquanto “sujeito ativo de desenvolvimento” (Santos, 2011, p. 4), isto é, com capacidade para gerar o seu próprio desenvolvimento (Precedo, 1994). Nesta abordagem, a “equidade espacial” é entendida mais com base em noções de “bem-estar” do que em critérios económicos, e para o alcance da mesma valoriza-se o máximo aproveitamento dos recursos endógenos e da participação dos atores locais nas tomadas de decisão políticas e económicas (Conti e Giaccaria, 2001).

Importante, também, para esta mudança paradigmática no campo dos estudos de desenvolvimento foi o trabalho de Stöhr e Taylor (1981), onde são apresentados os conceitos de *development from above* e *development from below*, que fundamentalmente põem em perspectiva diferentes noções de promoção de desenvolvimento. A primeira, *development from above*, baseia-se no seguimento de diretrizes que são definidas de forma exterior ao território, e por isso, uma noção de desenvolvimento em linha com a abordagem funcionalista; já a segunda, *development from below*, reflete sobre a importância do envolvimento dos atores e recursos locais, do desenvolvimento gerado a partir da base territorial, e, portanto, em linha com a abordagem territorialista.

O paradigma territorialista trouxe consigo uma abertura do conceito de desenvolvimento à multidisciplinaridade e uma noção de espaço distinta daquelas que se tem

apresentado até aqui, entendendo-o enquanto “espaço social” (Reis, 2012, p. 159), composto por múltiplas relações culturais, sociais e económicas (Conti e Giaccaria, 2001). O desenvolvimento passa a ser crescentemente entendido como uma questão de nível local, daí que esta fase seja marcada também pela ascensão do conceito “desenvolvimento local”, e de outros tantos que nascem a partir deste novo entendimento de território, como “desenvolvimento endógeno” ou “desenvolvimento comunitário” (entre outros) (Polèse, 1999). Estes conceitos constituem matéria de discussão académica intensa, mas que não se apresenta como objeto desta dissertação. Se ao longo deste trabalho se possa encontrar, por vezes, o emprego indiferenciado dos termos de desenvolvimento “local”, “regional”, “territorial” ou “endógeno”, é importante clarificar que a abordagem passa por um tratamento similar dos mesmos, sendo tomados por sinónimos para o efeito concreto da discussão dos capítulos seguintes.

Em relação ao *território*, nesta dissertação este é percebido de acordo com os novos entendimentos sobre o espaço trazidos por este mais recente quadro paradigmático sobre o desenvolvimento local e regional. Ao território reconhece-se identidade própria e capacidade de se autotransformar, e onde complexas formas organizacionais locais permitem a geração de novos recursos que propiciam constantes interações, não só entre locais, mas envolvendo também o diálogo com atores exteriores (Lopes, 2001). Aqui faz-se uma demarcação das primeiras propostas de desenvolvimento endógeno surgidas nos anos 80, que tinham uma visão fechada do território, ou seja, de configuração autárquica, mas que a sua inviabilidade depressa foi reconhecida pela academia e motivou o aparecimento de novas abordagens ainda na década de 80 (Lopes, 2001).

1.3.2. Contexto económico das Teses Territorialistas

As teses territorialistas começaram a surgir num momento histórico de profunda alteração do funcionamento da economia e da sociedade. A falência da economia *keynesiana* revelava aquilo a que Freeman e Perez (1988) denominaram como uma mudança de paradigma “tecnológico”: momentos em que a mudança tecnológica tem implicações de tal forma profundas em todos os setores da economia, que são acompanhadas por crises estruturais de ajustamento, exigindo, assim, mudanças sociais e institucionais que permitam um melhor casamento entre a nova tecnologia e o sistema socioeconómico. O regime tecnológico do período pós-guerra, baseado nos baixos custos energéticos e numa produção massiva, padronizada e inflexível, dá lugar a uma organização produtiva de uso intensivo de informação, mais flexível e diversa, e que requer mão de obra mais qualificada (Freeman e Perez, 1988).

A partir dos anos 90 assiste-se a um período de grande crescimento da integração económica, política e institucional, e a formação de um sistema global, fenómeno que por simplificação denominaremos como “globalização”, entendido nos termos postos por Vázquez-Barquero (2000), que o caracteriza pela internacionalização dos sistemas produtivos e dos mercados, a redução do papel económico do estado e o papel de protagonista desempenhado pelas empresas multinacionais. Fazendo um desvio da discussão em torno do conceito e das origens da globalização, interessa para este trabalho o entendimento de que a globalização é um processo com vínculo territorial, que condiciona a dinâmica económica existente localmente e é condicionada pelo comportamento dos atores locais (Vázquez-Barquero, 2000).

Numa economia marcada pela internacionalização dos mercados e de grande intensidade concorrencial, a estratégias de competitividade assentes nos baixos custos fazem cada vez menos sentido (Lopes, 2001), pelo menos para o desenvolvimento dos territórios nas economias avançadas, onde a inovação se apresenta como determinante para o crescimento económico (Vale, 2012). A era pós-fordista impôs uma transformação nos processos de trabalho, estes passam a depender de ativos humanos de natureza intelectual e afetiva, em detrimento das formas de trabalho, tanto mentais como manuais, altamente rotineiras (Scott, 2007). As capacidades intelectuais passam a ser o principal recurso económico, enquanto o peso dos recursos naturais na criação de valor diminui significativamente, é a *economia do conhecimento* (Powell e Snellman, 2004).

1.3.3. Modelos e políticas contemporâneas de desenvolvimento local: a centralidade do processo de inovação

Neste cenário, é na capacidade de inovação que se encontra o elemento determinante de competitividade (Lopes, 2001), o que fomentou um crescente número de contribuições académicas em torno do tema. A evolução dos debates sobre inovação permitiu um entendimento de que esta assume um carácter interativo, que se alimenta de comunicação intensa e da colaboração entre diversos atores (Tödtling e Trippl, 2005). Trata-se, pois, de um processo ou sistema, não se difunde unilateralmente, nem pode ser considerado como um fator de impacto que um empreendedor possa introduzir na empresa (Moulaert e Sekia, 2003). Reconhecendo a impossibilidade de dissociar o processo de inovação do sistema económico e social dentro do qual a mesma se gera, as condições sociais, institucionais e organizacionais em que a empresa se insere ganham nova importância como condicionante à competitividade (Lopes, 2001). Estes avanços nos estudos do processo inovação, de natureza territorial e de carácter socio-organizacional, mostram-se de importância basilar na evolução a que se passa a assistir nos novos modelos de desenvolvimento local e regional.

A partir dos anos 80 as teorias de desenvolvimento regional mostram uma crescente preocupação em alargar o seu campo de análise, a concentração em aspetos estritamente económicos mostra-se insuficiente, procura-se analisar aspetos como o papel das organizações e das relações nas trajetórias de desenvolvimento regional (Eversole, 2017).

Os novos modelos de desenvolvimento regional e local caracterizam-se, então, pela forte ancoragem ao contexto territorial, e pela procura em introduzir variáveis sociais, culturais e institucionais nas suas explicações sobre o desenvolvimento económico e as dinâmicas inovadoras (Vale, 2012). Em referência a esses mesmos modelos, recorre-se nesta dissertação ao emprego do termo genérico “Territorial Innovation Models” (TIMs), proposto por Moulaert e Sekia (2003). Segundo os autores, os TIMs podem ser subdivididos em três grandes tradições, apresentadas sinteticamente da seguinte forma: a) uma primeira que abrange o modelo francês dos “meios inovadores”, avançado por Aydalot (1986) e pelo Grupo Europeu de Investigação sobre os Meios Inovadores (GREMI), e no modelo dos “distritos industriais” de (Becattini, 1987); b) uma segunda tradição é associada à ampla literatura dos “sistemas de inovação”, fazendo referência aos “sistemas de inovação regional” e ao trabalho de Braczyk *et al.* (1998), e às *learning regions* e aos contributos de Cooke (1996) e Cooke e Morgan (1998); c) e uma última associada aos “novos espaços industriais” trazidos pela escola californiana da geografia económica, na obra de Storper e Scott (1989). Em cada uma destas tradições são várias as teses e os autores que podem ser destacados, e os próprios TIMs podem ser apresentados de múltiplas formas. Na análise dos TIMs presente em Vale (2012), por exemplo, os estudos teóricos sobre os *clusters* ocupam um lugar de destaque, em contraponto com o que acontece em Moulaert e Sekia (2003), em que são apresentados de forma secundária.

Neste trabalho não se pretende dar centralidade a uma análise extensiva dos vários TIMs que têm sido explorados na literatura de desenvolvimento local e regional, tendo sido esse exercício eficazmente feito em trabalhos como Lopes (2001), Moulaert e Sekia (2003) ou Vale (2012). Desta literatura importa, sim, retirar: 1) os novos entendimentos multidisciplinares do conceito de desenvolvimento para os quais a mesma contribui através de uma perspetiva moderna, pela complexificação da sua análise sobre o desenvolvimento económico e o fomento da inovação; 2) a sua influência sobre as políticas de desenvolvimento local e regional contemporâneas, que se passa a explicitar no parágrafo seguinte.

A abordagem territorialista transporta consigo um conjunto de princípios para o desenho de políticas de desenvolvimento local e regional fundamentalmente diferentes daqueles em que assentavam as “estratégias tradicionais” de promoção de desenvolvimento, e promove o envolvimento de todo um conjunto de novos atores que se consideram determinantes para o sucesso das mesmas. Nos dias de hoje, privilegiam-se as estratégias de

desenvolvimento sensíveis ao contexto territorial, construídas a partir dos seus atributos únicos, colocando no conhecimento e nas relações um papel central, e que procurem a cooperação entre múltiplos atores, públicos, privados e da sociedade civil (Eversole, 2017). Para trás ficam as estratégias setoriais dirigidas pelos governos centrais, fundamentalmente preocupadas com instalação de grandes projetos industriais e de infraestruturas e de atração de capital, que serviam de panaceia para promover o crescimento de qualquer região (Pike *et al.*, 2017), cuja ineficácia foi já anteriormente sublinhada neste trabalho.

1.3.4. As críticas ao discurso dominante

Reconhecidos os méritos dos contributos destacados, que traçam as linhas orientadoras das estratégias de desenvolvimento local e regional contemporâneas, importa salientar que os mesmos não estão isentos de críticas. Entre a falta de clareza dos conceitos utilizados (Markusen, 2003), ou a forma como os modelos se baseiam num número limitado de casos de sucesso e são frequentemente aplicados de forma indiferenciada em regiões marcadamente distintas (Tödtling e Trippl, 2005), é sobretudo na crítica à aplicação economicista dos vários conceitos utilizados nestes modelos de inovação territorial, elaborada em Moulaert e Nussbaumer (2005), em que esta dissertação se apoia, e por isso se passa a destacar.

Partindo da centralidade dada à “inovação” nas teses de desenvolvimento local e regional, Moulaert e Nussbaumer (2005) iniciam um debate sobre o significado do conceito e analisam criticamente o seu emprego nos vários contributos sobre os TIMs. Nestes modelos, observa-se que a tal abertura do conceito de desenvolvimento à sua multidimensionalidade acaba, no entanto, por assentar numa lógica de instrumentalização de todas essas esferas não económicas presentes nos mesmos, com o objetivo de promoção da competitividade das empresas locais (Moulaert e Nussbaumer, 2005). Os autores apontam para uma subserviência destes modelos às lógicas de mercado, pela interpretação tecnológica e economicista da inovação. Consequentemente, também o conceito desenvolvimento fica igualmente reduzido a estas lógicas, dada a sua interligação com o conceito de inovação, assinalada em Vale (2012), e a possibilidade de se reforçarem mutuamente. Deste modo, e partilhando a visão de Moulaert e Nussbaumer (2005), assinala-se que a importância do “conhecimento”, das “relações”, da “cultura” (entre outros) é predominantemente transferida nesta literatura para o ambiente empresarial ou produtivo, estimulando-o, havendo pouca consideração pela componente social e de promoção de qualidade de vida no território, intrínsecas a cada uma delas.

1.3.5. Outras perspectivas: Desenvolvimento Local e Humano

Considerando a crítica explorada, nesta dissertação adota-se uma perspectiva relativamente distinta daquela em que se apoiam os TIMs. Uma perspectiva de valorização de cada uma das múltiplas dimensões que cabem no conceito desenvolvimento, pela sua relação direta com questões do foro da existência humana, independentemente do valor instrumental que também se possa identificar nas mesmas, para a geração de riqueza e promoção de competitividade territorial. Advoga-se, por isso, uma conceptualização de desenvolvimento mais próxima dos princípios de desenvolvimento humano apresentada em Sen (2000), onde se procura integrar múltiplas e diversas preocupações que constituem parte da vida humana e que se relacionam com o seu bem-estar, que não se encontram representadas nas métricas habituais de desempenho económico.

O desenvolvimento atinge-se quando as liberdades do humano são maximizadas, permitindo que cada um faça as coisas que valoriza (Sen, 2000). Do ponto de vista do desenvolvimento local ou territorial, pensar-se-á que um território será tanto mais desenvolvido quanto maior for a sua capacidade de promoção da satisfação dos aspetos mais valorizados pela sua população. O simples facto de um território ser dotado de um sistema produtivo mais competitivo do que o outro, não se apresenta como garante da satisfação desses aspetos valorizados pela população. Sendo que esta observação não implica de maneira alguma a desconsideração dos benefícios trazidos por essa eventual vantagem competitiva.

O enquadramento teórico do desenvolvimento local em linha com o conceito de desenvolvimento humano pode mostrar-se particularmente relevante para atuar sobre determinados desafios de desenvolvimento contemporâneos. O segundo ponto da fundamentação teórica ocupa-se precisamente sobre a pertinência desta perspectiva de desenvolvimento em contextos territoriais que desafiam as premissas que sustentam o discurso dominante sobre o desenvolvimento local, a competitividade e o fomento da inovação.

2. Dinâmicas espaciais da *economia do conhecimento* e os desafios ao desenvolvimento dos *territórios em contração*

Neste segundo ponto explora-se a literatura que se dedica à compreensão das lógicas que sustentam a configuração geográfica do capitalismo. Numa primeira fase, procura-se um entendimento que explique traço fundamentalmente urbano que caracteriza as sociedades contemporâneas, servindo de suporte para a compreensão dos desafios e das trajetórias de desenvolvimento dos “territórios em contração”, problematizados posteriormente.

2.1. O processo de urbanização contemporâneo

O mundo de hoje tem caminhado a passos largos para uma crescente concentração espacial da atividade humana, as cidades³ gozam de um período de grande crescimento e albergam grande parte da população e da atividade económica, e é nestes pontos onde se gera e se concentra grande parte da riqueza existente (Storper e Scott, 2016). Atendendo a dados dos países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), como o caso português, é nas áreas metropolitanas⁴ onde se concentra cerca de metade de toda a população, e cerca de 55% do PIB, embora cobrindo apenas 4% da Terra (OECD, 2015). O crescimento do número de *megacities*⁵ também tem sido impressionante, em 1950 identificavam-se apenas duas, Tóquio e Nova York, mas em 2014 a lista já tinha estendido para 28, e várias cidades já albergavam mais de 20 milhões de pessoas (OECD, 2015).

Alargando o campo de análise para lá das áreas metropolitanas, e olhando para os aglomerados urbanos de várias dimensões, os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco Mundial (2023) revelam que, nos países da OCDE, em 2021, 81% da população total era representada pela população urbana. Para a OCDE, o *fim da urbanização*⁶ deverá acontecer até o final do século, atingidos os 85% de população urbana⁷. Num olhar sobre Portugal, os dados do Banco Mundial (2023) revelam que a população urbana portuguesa representa ainda 67% da população local, no entanto, assinala-se a intensidade que o mesmo tem assumido. Desde 2019, o país regista crescimentos anuais de urbanização superiores à média dos países da OCDE - em 2022 a taxa de crescimento da população urbana em Portugal (1.3%) foi duplamente superior à média registada nestes países (0.6%) (Banco Mundial, 2023). Em ambos os casos, as trajetórias de urbanização têm sido consecutivamente crescentes, pelo menos, desde 1961 (Banco Mundial, 2023).

Embora a urbanização não possa ser tratada como um fenómeno novo - os primeiros centros urbanos parecem ter surgido no médio oriente ainda 75000 A.C, e faziam parte, por exemplo, da realidade do Antigo Egipto e do Império Romano - os últimos 200 anos marcam um crescimento das cidades em todas as partes do globo a velocidades sem precedentes na história humana (Scott e Storper, 2015). Os níveis de produtividade económica trazidos pela revolução

³ Storper e Scott (2016) usam este termo genérico cobrindo não só as áreas metropolitanas, como formas urbanas de menor dimensão. Essa mesma interpretação genérica do “urbano” é também adotada nesta dissertação.

⁴ Aglomerados urbanos com mais de 500 000 pessoas, segundo a tipologia da OCDE.

⁵ Termo usado para cidades com uma população total > 10 milhões (OECD, 2015).

⁶ Conceito presente em OECD (2015), que justifica esse limite ao entender que as áreas rurais e as suas populações serão necessárias para a subsistência das cidades.

⁷ Note-se, no entanto, que diferentes instituições recorrem a diferentes tipologias do “urbano”, não se devendo, por isso, comparar com as estatísticas do Banco Mundial.

industrial no séc. XXVIII, nunca vistos até então, permitiram um salto sobre a armadilha Malthusiana, garantindo excedentes de produção alimentar necessários para a existência do mundo urbano, e a inauguração da época moderna onde a relação fundamental entre desenvolvimento económico e urbanização se torna clarividente (Scott e Storper, 2015).

2.1.1. Valor económico dos grandes centros urbanos

Todas as cidades consistem em aglomerações densas de pessoas e atividade económica, procurando através das mesmas uma utilização eficiente de recursos (Scott e Storper, 2015). A Nova Geografia Económica (NGE) tem procurado explicar a forma de funcionamento dos *clusters* espaciais e o porquê de estes serem tão eficientes (Storper, 2013). Os mecanismos *sharing*, *matching*, e *learning*, segundo Duranton e Puga (2004), estabelecem as *micro-fundations* que explicam a existência de aglomerados urbanos. Os mecanismos de *sharing* dizem respeito aos benefícios que resultam da partilha de infraestruturas e instalações locais⁸, de fornecedores e de um mercado de trabalho com trabalhadores de competências similares; o *matching* indica o encontro entre a procura e oferta de trabalho, e argumenta-se que a existência de um grande mercado de trabalho local permite um encontro mais fácil do melhor “par”, considerando as necessidades das empresas e as competências dos trabalhadores (Bolter e Robey, 2020), mas permite também o melhor encontro de consumidores e fornecedores, e também de parceiros de negócio (Puga, 2010); o *learning* relaciona-se com a geração de novas ideias e a troca de informação, um dos principais benefícios da aglomeração e da existência de grandes mercados é que facilitam e reduzem o custo deste processo – *knowledge spillovers* ocorrem quando os indivíduos e as empresas conseguem estabelecer um contacto próximo e de cara a cara, permitindo uma rápida circulação de ideias que tem por consequência o espoletar da inovação (Bolter e Robey, 2020). Estes densos fluxos de informação que constituem o processo de *learning* existem por causa da aglomeração, mas também a reforçam (Scott e Storper, 2015).

As dinâmicas dos processos de aglomeração são complexas e não são objeto de estudo desta dissertação, mas um entendimento sobre aquilo que motiva a existência das economias urbanas de aglomeração permite uma compreensão sobre o porquê da existência das cidades (Duranton e Puga, 2004). A incerteza em torno dos mercados e da tecnologia, particularmente presente nos setores mais inovadores e motrizes da economia, intensificam a necessidade destes mecanismos de *sharing*, *matching* e *learning* (Storper, 2013). São os empregadores que se encontram em mercados de trabalho de maior dimensão que são mais propensos a investir

⁸ Duranton e Puga (2004) apresentam o exemplo de um campo de hóquei no gelo, enaltecendo a eficiência trazida pela partilha desse mesmo espaço pelas partes interessadas, em detrimento de cada uma possuir o seu próprio campo.

em tecnologia, porque sabem que conseguem encontrar a mão de obra especializada de que necessitam na sua empresa (Bolter e Robey, 2020). Maiores níveis de produtividade encontram-se positivamente correlacionados com a dimensão da cidade (Ahrend *et al.*, 2017) e também com a densidade populacional, segundo Head e Mayer (2004), que também identificam efeitos positivos sobre os salários. Ambientes urbanos de grande dimensão e densidade apresentam-se como aqueles onde a grande maioria das inovações mais substantivas tomam lugar (Puga, 2010).

Ao fazer a associação entre as exigências requeridas para a geração riqueza e o espaço que potencia a concretização das mesmas, percebe-se que os centros urbanos são lugares privilegiados de potenciação de valor económico. Aliás, em Henderson (2010) o processo de urbanização é apresentado como pré-requisito para o desenvolvimento económico, e na mesma linha, em OECD (2015) identifica-se nas cidades o grande motor de crescimento.

Ao sublinhar a relação entre a existência de grandes centros urbanos, a eficiência de utilização de recursos e os mecanismos de fomento de inovação, não se procura uma homogeneização das cidades, reduzindo-as a espaços económicos. Tratando-se de *territórios*, cada cidade é dotada de atributos únicos e multidimensionais, podendo ser conceptualizadas a partir de Simone (2004, p. 408) como “combinações complexas de objetos, espaços, pessoas e práticas”. Em concordância com a definição apresentada, em Scott (2022) alerta-se, no entanto, para a forma como leituras semelhantes sobre a cidade, presentes na “*new critical urban theory*”, têm limitado a investigação no campo dos estudos urbanos, por servirem de argumento para resistir a teorizações mais generalistas sobre a cidade e o processo de urbanização. Em contraponto, o autor argumenta que o reconhecimento da especificidade de cada cidade não deve eliminar a noção de que a realidade urbana partilha de determinados “impulsos genéticos”⁹ (Scott, 2022, p. 1120). Partindo da mesma crítica, importa para esta dissertação o entendimento das cidades enquanto centros de produção e troca económica, e da urbanização simultaneamente enquanto causa e consequência do crescimento económico (Scott e Storper, 2015).

A partir de um tratamento mais genérico do urbano permite-se avançar para o debate contemporâneo sobre o processo de crescimento das cidades – *do jobs follow people or do people follow jobs?* – de onde é possível retirar importantes luzes para enfrentar alguns dos desafios espaciais contemporâneos, e que passa a ser explorado no ponto seguinte.

⁹ Para uma análise dos múltiplos fatores que estão na génese da formação das cidades ver Scott e Storper (2015).

2.1.2 O processo de crescimento das cidades: *Do jobs follow people or do people follow jobs?*

O processo de urbanização - lido nos termos postos por Storper (2013) enquanto contração espacial de pessoas, empresas e riqueza - tem sido alvo de diversas teorizações em relação aos fatores que explicam a sua ocorrência, as quais Storper e Scott (2008) dividem em duas grandes famílias: uma primeira, e mais antiga, que parte da geografia económica da atividade produtiva para explicar a origem e o crescimento das cidades; e uma mais recente, e alternativa, que se concentra nas preferências individuais de localização. A primeira apoia-se numa lógica em que as oportunidades de emprego são vistas como o grande polo magnético da população e preponderante para as suas decisões de localização – *people follow jobs*¹⁰; já na segunda, argumenta-se que os movimentos migratórios de indivíduos dotados de grandes níveis de capital humano são provocados pela procura de determinados atributos do ambiente urbano (ou *amenities*), apresentando-se como o catalisador do crescimento urbano – *jobs follow people* (Storper e Scott, 2008).

Num revisitar da literatura sobre as preferências individuais de localização, Storper e Scott (2008) identificam três contributos de grande influência: a Teoria da Classe Criativa de Richard Florida; os trabalhos de Edward Glaeser e colegas sobre várias *amenities*, de natureza social e ambiental, que são apontados como explicativos do crescimento urbano; a ideia presente em Clark *et al.* (2002) da cidade como “máquina de entretenimento”. Em cada uma das teses destacadas desenvolvem-se diferentes teorias de crescimento urbano, centrando-se em *amenities* de naturezas diversas.

Em Florida (2002) estabelece-se uma relação positiva entre a presença da “classe criativa” num determinado território e fomento do crescimento económico, sendo que a “tolerância” é apresentada como uma *amenitie* de primeira importância para este segmento da população, por isso, lugares onde a mesma se verifique terão uma grande capacidade de atrair os ditos *criativos*. Em Glaeser (2005), por exemplo, explora-se a importância dos fatores climatéricos e do nível de capital humano como determinantes do crescimento urbano, argumentando que lugares onde os invernos são mais quentes e secos crescem mais rapidamente pela sua capacidade de atração de população, desse modo, para atrair população qualificada, lugares mais frios necessitam de providenciar melhores condições de qualidade vida, como maior segurança, melhores escolas ou melhor habitação. Já em Clark *et al.* (2002), as cidades são conceptualizadas numa economia globalizada e pós-industrial, onde as *amenities* relacionadas com atividades culturais e de lazer se apresentam determinantes para atrair

¹⁰ Perspetiva que dominou a generalidade das políticas de desenvolvimento regional durante décadas.

população e promover o crescimento urbano, argumentando que os cidadãos de hoje assumem um comportamento similar ao de um turista, escolhendo a sua localização urbana a partir das suas preocupações estéticas ou culturais.

Em referência às teses anteriores, Storper e Scott (2008) destacam uma ênfase excessiva do valor atribuído às preferências individuais como fator explicativo de uma determinada organização espacial da atividade humana, criticando a sua incapacidade em descrever os processos centrais que estão na origem dos centros urbanos e do seu crescimento inicial, e questionando algumas suposições que são feitas em relação ao comportamento humano. No entanto, Storper e Scott (2008) reconhecem papel das *amenities* enquanto condicionantes aos movimentos migratórios, mas a sua oferta é compreendida como endógena ao processo de crescimento e não como seu grande causador, e sublinham que entre as preferências individuais encontram-se também a procura pelo um bom emprego e uma boa remuneração. Sob a ótica da geografia económica da atividade produtiva, o processo de crescimento das cidades é lido a partir das tendências de concentração espacial da atividade produtiva, na procura de aumentos de produtividade do capital e do trabalho, que se geram precisamente a partir dessa concentração, dando origem a outros agrupamentos que se dão posteriormente, como o estabelecimento de domicílios que albergam a mão de obra captada por estes centros de produção (Storper e Scott, 2008).

Ambas as correntes teóricas apresentam contributos interessantes sobre os múltiplos fatores que podem interferir na organização espacial da atividade humana, seja ela predominantemente definida pela localização da atividade produtiva ou pela procura da satisfação de determinadas preferências individuais. É precisamente esse entendimento de que os empregos, assim como os atributos qualitativos dos lugares e das *amenities* neles existentes têm influência sobre as escolhas de localização das pessoas, encontrando tanto na geografia económica da atividade produtiva como nas teses das preferências individuais de localização informações valiosas para elaboração de estratégias locais de atração e retenção de pessoas, pois a identificação dos fatores que explicam o crescimento das cidades é também pertinente para perceber as forças que motivam a saída de determinados territórios. Os desafios de desenvolvimento destes territórios de partida ocupam um lugar central nesta dissertação, e é esta realidade que se procura tratar nas próximas linhas, tomando em consideração os contributos até ao momento destacados.

2.2 Desafios de desenvolvimento contemporâneos: os Territórios em Contração

A perda populacional que se tem verificado em vários territórios trata-se de um tópico que tem merecido uma crescente atenção tanto no círculo académico, político e também na comunicação social (Martinez-Fernandez *et al.*, 2012), sendo que na Europa o interesse despertou-se no início dos anos 2000 com a reunificação alemã e os desafios colocados às suas cidades de leste, que verificaram grandes perdas populacionais e o enfraquecimento das suas economias (Martinez-Fernandez *et al.*, 2016). Na discussão sobre o tópico encontra-se frequentemente o emprego dos termos *shrinking cities*, *urban shrinkage*, ou simplesmente, *shrinkage*. Apesar de alguma disputa que possa existir na procura por uma definição destes conceitos, encontra-se um consenso generalizado de que a perda contínua de população se apresenta como a variável central em qualquer definição (Hartt, 2019). Esta é entendida enquanto fenómeno estrutural, isto é, de acordo com Hospers (2014), não entram na equação situações em que tal acontecimento se possa dar de forma pontual, de curto prazo, ou flutuações de carácter sazonal ou de ocasião, como acontece frequentemente, por exemplo, em territórios à beira-mar com grande popularidade turística.

Em relação aos casos que constituem objeto de estudo deste processo de contração¹¹, Wolff e Wiechmann (2018) alertam para o facto de que, na Europa, cidades de pequena e média dimensão, muitas vezes com menos de 10 mil habitantes, albergam uma grande proporção da população, por isso é importante atender estas realidades, e também elas serem alvo de estudos, evitando cair no erro de concentrar a atenção maioritariamente nos casos de cidades de maior dimensão, como usualmente acontece. Nesse sentido, o conceito de *shrinking city* é introduzido nesta dissertação seguindo as mesmas linhas de outros contributos académicos¹² que o compreendem com amplitude suficiente para albergar casos referentes às mais diversas escalas territoriais dentro de um espaço nacional. Desse modo dá-se preferência à aplicação do termo *territórios em contração*.

2.2.1. A condição estrutural dos Territórios em Contração

Ao longo do tempo, o capitalismo vai assumindo diferentes formas e conteúdo substantivo, e essas transformações expressam-se geograficamente de forma particular (Scott, 2007). Se num estágio anterior da economia a vantagem competitiva encontrava-se no baixo custo, e os recursos naturais exerciam grande influência na localização e no tamanho das cidades, nos dias de hoje esse já não é o caso (Storper, 2013). Os dados recolhidos a partir de Banco Mundial

¹¹ Tradução de *Shrinkage*.

¹² Por exemplo: Sousa e Pinho (2015); ou Guimarães *et al.* (2016).

(2023), apresentados em páginas anteriores, revelam a forma como a economia do conhecimento se tem materializado no espaço, caracterizando-se pela crescente concentração da atividade humana em grandes centros urbanos e, conseqüentemente, pelo número crescente de territórios de partida, marcados pela perda contínua de população em direção às grandes cidades.

No presente estágio da economia, onde o conhecimento e a inovação se apresentam como a grande fonte de criação de valor económico, compreende-se que a atividade produtiva se procure localizar em geografias onde os mesmos possam ser exponenciados, encontrando benefícios em ambientes densos e de aglomeração, como evidenciado pela NGE. O processo de urbanização alimenta precisamente grandes desigualdades entre as áreas metropolitanas e os restantes territórios dentro de um espaço nacional (Storper, 2013). As dinâmicas espaciais presentes numa economia global, mais competitiva, têm-se traduzido numa maior atração de população para as grandes cidades, que concentram recursos, infraestruturas chave e ativos intelectuais (Sassen, 2001). Nesse sentido, reforça-se a ideia de que neste processo de reestruturação produtiva trazida pela globalização “as regiões ganhadoras são as regiões urbanas” (Benko e Lipietz, 1994, p. 3).

Neste cenário, observa-se, então, a existência de duas realidades territoriais opostas, a das capitais e centros regionais, que atuam fundamentalmente como recetores de população, e a realidade dos restantes territórios, que observam a sua constante saída (Martinez-Fernandez *et al.*, 2012). Os territórios de menor dimensão e menos integrados nas redes globais sofrem particularmente desta distribuição desigual do capital, sendo-lhes colocados enormes desafios de retenção de indústrias e de população (Castells, 2004).

Além da componente migratória, lida a partir dos processos de transformação económica, as tendências demográficas são também frequentemente apresentadas como outro fator explicativo da natureza estrutural da perda de população. Wiechmann e Pallagst (2012) reforçam a ideia de que este fator é de primeira importância para o caso europeu, pela baixa taxa de natalidade verificada no mesmo, incapaz de sustentar a população atual. Nas mais recentes projeções publicadas pelo Eurostat (2023a) aponta-se para que o pico da população da União Europeia seja atingido no ano de 2041, e estima-se que entre 2022-2100 se observe uma perda populacional de cerca de 4.5%. No caso português, em 2021 já se registou esse decréscimo do número de população residente¹³, -2.1% face a 2011 (INE, 2022). No panorama

¹³ Segunda vez que se regista esse fenómeno em Portugal, a primeira registou-se em 1970 (INE, 2022)

europeu, Portugal não só é dos países mais envelhecidos¹⁴, como é um dos que envelhece mais rapidamente¹⁵.

Estas tendências demográficas gerais manifestam-se geograficamente de forma distinta, com maior ou menor gravidade dependendo do território em análise, encontrando-se frequentemente ligadas às contrações económicas e físicas (Wiechmann, 2008). Para os territórios de partida, a realidade pode tornar-se particularmente gravosa dado o carácter seletivo que o processo de contração assume (Hospers, 2014). As populações mais jovens e mais qualificadas são aquelas que tendem a migrar, enquanto a população mais idosa e de uma condição socioeconómica mais desfavorecida tende a permanecer, provocando assim uma alteração da estrutura social, demográfica e económica do território, com ainda maior tendência para envelhecer se os filhos da população jovem migrante nascerem noutra lugar (Hospers, 2014). Nesse sentido, já não se fala só de territórios que atuam maioritariamente como recetores de população, e outros como emissores, mas de territórios que atraem população jovem e qualificada, e outros onde o processo de envelhecimento da população é mais acelerado e o nível de qualificação da população cada vez mais inferior face aos grandes centros.

Da natureza seletiva destes movimentos migratórios, verifica-se uma alteração do tecido sociodemográfico presente nos territórios em contração, cuja relação com as alavancas da inovação merece ser problematizada. Introduzindo a ideia de sociedades “propícias à inovação” e “avessas à inovação”, Rodriguez-Pose (1999) argumenta que em territórios marcados por constantes saídas de população ativa, escassez de população qualificada e com tendências de envelhecimento, apresentam-se inúmeras barreiras para que o investimento tecnológico se materialize em inovação e crescimento económico, qualificando-os, por isso, como “avessos à inovação”. Nesse sentido, atendendo a estas dinâmicas migratórias e demográficas, o contexto territorial verificado nos grandes centros urbanos parece encontrar-se mais alinhado com fundamentos em que são construídos os TIMs. Tratando-se de ambientes densos e de aglomeração, economicamente mais eficientes, com capacidade de atração de capital humano, e dotados de um tecido social e empresarial mais diverso, reúnem condições particularmente vantajosas para o fomento da inovação, aprendizagem e da criatividade, à luz da revisão de literatura apresentada. Pelas razões contrárias, nos territórios em contração, maiores são os desafios encontrados para que aí se forme um modelo de inovação territorial assente nesses fundamentos de promoção de competitividade. Como referido por Kinossian

¹⁴ Portugal regista, a par da Itália, os números mais altos de população idosa¹⁴ (23.7%), e os mais baixos de população jovem (12.8%) (Eurostat, 2023b).

¹⁵ Entre 2012 e 2022, Portugal foi o terceiro país da União Europeia que registou maior crescimento da percentagem de população idosa (+4.7%) e registou um crescimento da idade média da população acima da média europeia (Eurostat, 2023b).

(2018), utilizando o termo “*non-core regions*”, considera-se que estes territórios se encontram em desvantagem porque são afetados por questões estruturais que dificultam o crescimento, como dificuldades em materializar benefícios de aglomeração, em participar nas cadeias globais de produção, ou atrair pessoas e investimentos.

2.2.2. “Desenvolvimento” e “Contração” – fenómenos mutuamente exclusivos?

Perante o cenário retratado de desafio ao crescimento e à competitividade dos territórios em contração, recupera-se duas ideias exploradas no primeiro ponto do presente bloco teórico que se encontram interligadas. Regressa-se à crítica de Moulaert e Nussbaumer (2005) à literatura dos modelos de inovação territorial, de desconsideração do valor intrínseco das esferas não-económicas que compõem o conceito de desenvolvimento, e à ideia já exposta de conceptualização do desenvolvimento local em linha com os princípios de desenvolvimento humano.

A colocação da tónica na identificação e satisfação dos aspetos mais valorizados pelas pessoas pode mostrar-se particularmente relevante para atender aos múltiplos desafios que comprometem o desenvolvimento destes territórios onde se verifica uma perda contínua de população. As ferramentas ao dispor de uma cultura de planeamento habitualmente orientada por estratégias de crescimento podem mostrar-se insuficientes, ou desajustadas, para intervir nestes contextos territoriais, alertando para a necessidade de fomento de uma discussão *beyond growth*, para a qual têm contribuído diversos contributos recentes na literatura sobre planeamento de territórios em contração (Kinossian, 2018).

Tomar em consideração a natureza estrutural do processo de contração permite perceber que a sua reversão provavelmente se apresenta como um objetivo bastante ousado para ser combatido a partir da base local. O crescimento económico e populacional distribui-se geograficamente de forma desigual (Kinossian, 2018), privilegiando grandes cidades e áreas metropolitanas, podendo ser tratado como um traço característico da atual fase do capitalismo (Leick e Lang, 2018). A improbabilidade de que certos territórios, nomeadamente os que se encontram no lado desfavorecido da globalização, verifiquem aumentos populacionais não sugere necessariamente que os mesmos se encontrem impedidos de se desenvolver. Os processos de desenvolvimento não são uniformes, um território em contração segue simplesmente um outro trajeto de desenvolvimento, distinto daqueles que ocorrem em condições de crescimento (Sousa e Pinho, 2015). Vários são os autores que têm apelado para a distinção entre situações de contração e situações de declínio, sendo que a perda de qualidade

de vida está associada à segunda (Park *et al.*, 2021), mas não anda necessariamente de mãos dadas com a primeira, como demonstrado em Hollander (2011) ou Delken (2008).

Em Sousa e Pinho (2015) destaca-se o número crescente de contributos académicos que têm evitado tratar a perda de população invariavelmente como uma “anomalia”, abordagem que se procura tomar nesta dissertação. Esta ideia tem sido alvo de uma constante desconstrução, em contributos como Wolff e Wiechmann (2018) e Rieniets (2009) encontra-se um apelo para que a ocorrência de perda populacional em determinados territórios seja percebida com maior naturalidade - os processos de contração são tão antigos como os processos de crescimento (Rieniets, 2009). Ainda que, tanto as causas como as implicações dos processos de contração numa sociedade pós-industrial se distingam significativamente daqueles que se verificaram anteriormente (Cunningham-Sabot *et al.*, 2013).

2.2.3. A dimensão local do processo de contração territorial

Ao longo desta dissertação tem-se realçado a constante relação entre a contração territorial e *modus operandi* da fase do capitalismo vigente, traduzindo-se, por isso, numa concentração sobre os macro fatores que permitem entender a contração territorial como um fenómeno global, característico dos nossos tempos. Entre estes macro fatores, tem sido dada particular importância às tendências demográficas e aos processos de transformação económica, e os seus efeitos sobre as lógicas de localização da atividade produtiva e de geração de riqueza.

Por outro lado, importa sublinhar que o processo de contração é resultado de múltiplas causas, de naturezas diversas, que interagem entre si, manifestando-se localmente de forma particular e heterógena (Hollander, 2011; Reckien e Martinez-Fernandez, 2011). Por isso, a sua intensidade varia consideravelmente (Hospers, 2014). Por outras palavras, reconhece-se a existência de fatores de natureza local que podem ter influência na intensidade da perda de população que se verifica num determinado território, contribuindo para o seu agravamento ou para o atenuar do processo. De modo que, atentar a estes fatores pode ter uma importância significativa para evitar que o processo de contração caia numa espiral negativa e chegue a uma fase de declínio.

Uma melhor compreensão do amplo conjunto de fatores locais que merecem ser considerados ao problematizar sobre o processo de contração é permitida a partir dos trabalhos de Hospers (2013, 2014) e da apresentação das três grandes dimensões que compõem o “tecido territorial”¹⁶ - *Hardware*; *Software*; e *Mindware*. Segundo Hospers (2014), as três dimensões encontram-se em constante interação e reforçam-se mutuamente, por isso, a partir do

¹⁶ Tradução de “urban fabric” de elaboração própria.

momento em que uma delas é afetada pelo processo de contração acabam por se produzir efeitos cumulativos, em linha com a problematização de Myrdal (1957). Nos parágrafos seguintes, procede-se à sintetização da explicação de cada uma destas dimensões apresentadas pelo autor, que podem ser compreendidas como consequências, mas também como causas, deste processo de contração.

Pela dimensão *Hardware* encontram-se albergados os aspetos físicos e mensuráveis do território, como as suas infraestruturas ou a economia local (Hospers, 2014). Entre os efeitos negativos que a perda populacional pode produzir sobre esta dimensão, nota-se: o aumento de edifícios abandonados, e conseqüentemente, o declínio do valor geral da propriedade e das receitas fiscais (Glaeser e Gyourko, 2006); os desafios colocados à provisão de serviços públicos e à sua qualidade pela falta de saúde fiscal (Hollander, 2011); ou problemas relacionados com aumento da pobreza e criminalidade (Park *et al.*, 2021). Já a dimensão *Software* cobre os valores e as normas da população local, e as formas como as mesmas agem e interagem, sobre as quais a natureza seletiva do processo de contração exerce grande influência, contribuindo para o enfraquecimento das relações e para uma alteração da estrutura sociodemográfica local (Hospers, 2014). Por último, *mindware* é a dimensão que diz respeito à imagem do território, à forma como este é percebido, sobre a qual o processo de contração pode produzir efeitos negativos, como um aumento de sensações de inferioridade entre os residentes, que desencoraja o empoderamento local (Hospers, 2014), pode fazer com que as pessoas evitem o lugar (Park e Garcia, 2020) e afaste possíveis investimentos (King, 2015).

Tomar em consideração a complexidade do tecido territorial permite uma leitura mais abrangente dos desafios que são colocados pelo processo de contração, inserindo na equação tanto os aspetos físicos e mensuráveis do território, como também as relações sociais que aí se estabelecem e forma como o território é percecionado pelas pessoas. Na secção seguinte, revisitam-se os resultados de algumas investigações feitas em territórios que verificam uma perda contínua de população, procurando extrair dos mesmos algumas ideias que se mostrem pertinentes para lidar com esse fenómeno.

2.2.4. Novas perspetivas sobre o desenvolvimento dos territórios em contração

Em trabalhos como Delken (2008) ou Hollander (2011), o foco da análise centra-se nos testemunhos de populações locais sobre o nível de satisfação com a qualidade de vida que encontram no território onde residem, comparando os resultados obtidos em territórios em contração com aqueles que foram retirados em cidades em crescimento. Em relação à realidade alemã, Delken (2008) afirma que não se encontram diferenças estatisticamente relevantes entre

os dois contextos territoriais, em relação ao nível de satisfação médio apresentado pelas pessoas. Já Hollander (2011), a partir dos resultados obtidos em 38 cidades dos EUA, conclui que os níveis de satisfação são tendencialmente superiores entre os residentes em territórios em contração. Ademais, num estudo sociológico sobre a realidade norte americana, Okulicz-Kozaryn e Mazelis (2018) argumentam que as pessoas são mais infelizes nas cidades, em parte devido ao seu tamanho e densidade. Sugerindo que, ambientes mais pequenos e menos densos, características dos territórios em contração, podem contribuir para uma maior satisfação das pessoas (Hartt, 2019).

O número de investigações que procura identificar os sentimentos que são manifestados nas realidades territoriais de contração continua a aumentar, na procura pelo entendimento da medida em que processos de contração afetam a felicidade da população residente, sugerindo precisamente que as perceções em relação a um lugar são importantes (Park *et al.*, 2021), e que a perda populacional não tem de ser entendida necessariamente como um fenómeno negativo se não se traduzir num deterioramento da qualidade de vida no território (Hartt, 2019). Atender ao nível de satisfação da população e à identificação dos fatores que possam contribuir de forma positiva ou negativa para a mesma, aproxima-se de uma problematização do desenvolvimento local a partir dos princípios do conceito de desenvolvimento humano, colocando no centro das preocupações noções próximas daquilo que entende por “bem-estar” ou “qualidade de vida”. Nos contributos destacados no parágrafo anterior, percebe-se também o atentar sobre a dimensão de *mindware*, pela forma como se recorre às perceções da população local para aferir sobre o estado de desenvolvimento do território.

Embora importantes, altos níveis de satisfação da população local não garantem um travão do processo de perda populacional (Wiechmann e Pallagst, 2012). Daí que, perceber o nível de satisfação da população local tratar-se-á de um exercício distinto daquele que procura perceber os fatores de atratividade que levem as pessoas a residir num determinado lugar (Barreira *et al.*, 2019). Por outras palavras, o facto de uma pessoa se encontrar genericamente satisfeita num determinado lugar, não significa que não ache maior atratividade noutros territórios, motivando-a a deslocar-se. Em Guimarães *et al.* (2016), por exemplo, num estudo sobre a realidade de quatro territórios portugueses em contração, problematiza-se sobre a questão migratória a partir da identificação dos fatores locais que afetam a decisões de permanência da população residente. No estudo conclui-se que a atividade económica se apresenta como o principal fator que permite a retenção de população nos territórios em questão. No entanto, parece não se afigurar como um fator suficiente, dada a importância

atribuída pelas pessoas a aspetos como os laços sociais e a afetividade ao lugar. Estas conclusões compreendem, por isso, a dimensões de *hardware* e *software* do tecido territorial.

De modo a informar estratégias de retenção de população, atração de novos residentes, ou promoção de regressos mais constantes, é importante perceber os pontos fortes e fracos de um território, isto é, os fatores locais que reforçam a sua atratividade, ou aqueles que, pelo contrário, fazem com que as pessoas se afastem do mesmo. As conclusões do trabalho de Guimarães *et al.* (2016) enaltecem a pertinência em recuperar as ideias presentes nas teses das preferências individuais localização, anteriormente exploradas, pela centralidade dada às necessidades do indivíduo, aos atributos qualitativos do território e às *amenities* presentes no mesmo, no encontro da explicação sobre o porquê de as pessoas se localizarem em determinados lugares. Naturalmente que, entre essas necessidades, como lembrado em Storper e Scott (2008), encontram-se também a procura por um bom emprego ou boa remuneração. No entanto, é importante que não se ignore também as formas de trabalho remoto cada vez mais frequentes em alguns setores profissionais, e a maior facilidade de movimento que caracterizam a sociedade de hoje. Fatores estes que exigem um pensamento mais criativo sobre estratégias que procurem combater a ameaça que a perda contínua de população pode constituir à vida em sociedade nestes lugares de partida, pela decomposição do seu tecido territorial.

Em jeito de síntese, na literatura de planeamento tem-se assistido a uma lógica de intervenção que se tem afastado do problema da “obsessão pelo crescimento”, enunciado em Leo e Brown (2000), dando aso a novas investigações nos territórios em contração que procurem centrar-se noutras questões de desenvolvimento a partir de uma interpretação multidimensional do mesmo, colocando na “qualidade de vida” a sua preocupação central. Partir deste princípio não só permite distinguir conceptualmente “contração” de “declínio”, como incentiva a olhar para a natureza local do fenómeno e a compreender a complexidade do tecido territorial, atribuindo valor intrínseco a cada uma das dimensões que o compõem.

Assim, advoga-se a pertinência da identificação dos múltiplos fatores que interferem com o nível de satisfação da população local, promovendo a qualidade de vida no território. E enaltece-se a importância de perceber que atributos qualitativos reforçam a atratividade do local, ou a prejudicam, de acordo com as preferências partilhadas pela população, na procura por informação valiosa para desenvolver estratégias que permitam atenuar o processo contínuo de perda de população. Desse modo, evita-se que a falta de aproveitamento dos atributos locais constitua mais uma causa de saídas, ou de regressos que ficam por se concretizar.

Capítulo II – Ponte da Barca: um contacto prévio com o território

No presente capítulo avança-se para uma análise da realidade de um território que tem sido afetado por uma perda contínua de população, e que constitui o caso de estudo deste trabalho académico – Ponte da Barca. O capítulo II constitui-se por dois grandes pontos: no primeiro, procura-se elaborar uma caracterização sociodemográfica do território; e no segundo, faz-se um retrato da qualidade de vida local, a partir da exposição de dados referentes a algumas das dimensões comumente exploradas em índices de bem-estar das populações.

1. Caracterização Sociodemográfica

Este primeiro ponto inicia-se com uma breve descrição do concelho de Ponte da Barca. Posteriormente, na procura pelo enquadramento de Ponte da Barca no conceito de “território em contração”, e pelo atentar às particularidades da sua manifestação local, traça-se a evolução da intensidade do processo de perda de população e a forma como este se tem traduzido do ponto de vista da evolução demográfica da população local e os seus níveis de qualificação - duas variáveis diretamente relacionadas com a “natureza seletiva” do processo de contração. Adicionalmente, apresentam-se alguns números sobre os movimentos pendulares da população. Para uma análise mais esclarecida, procura-se um enquadramento constante da realidade local com aquele que é o contexto sub-regional (NUT III); regional (NUT II) e nacional (NUT I) em que o território se insere.

1.1. Ponte da Barca: uma breve descrição

Ponte da Barca é um concelho localizado no Norte de Portugal, distrito de Viana do Castelo, e integra a lista de dez municípios que pertencem à NUT III – Alto Minho. Como retratado na figura 1, o município encontra-se na zona mais interior do Alto Minho, estabelecendo fronteira com a região da Galiza (Espanha). São 17 as freguesias que formam o concelho de Ponte da Barca, que se estendem por uma superfície de 182km² (CMPB, 2019).

O município pode ser caracterizado pelo grande valor paisagístico que o circunda, cerca de 61.6% da sua área é ocupada por áreas protegidas e rede natura, apresentando-se como o município do Alto Minho onde estas têm maior expressão territorial (Pordata, 2023a). Só o Parque Nacional Peneda-Gerês abrange cerca de 51% do território (CMPB, 2019). As paisagens em Ponte da Barca são variadas, entre vales, montanhas e áreas mais planas nas zonas ribeirinhas, porventura podendo ser distinguidas em três unidades de paisagem – vales amplos,

relevo intermédio e alta montanha (CMPB, 2019). O concelho é também dotado de um Património Cultural merecedor de destaque, contando com 9 imóveis/monumentos classificados, existindo ainda 2 em vias de classificação (CMPB, 2019). A presença humana no território data tempos pré-históricos, deixando a sua marca através das necrópoles megalíticas e de estátuas de menir presentes no território.

Ao longo das últimas décadas, tem-se verificado uma constante evolução negativa do número de residentes e da densidade populacional no município de Ponte da Barca, num processo que se iniciou há mais de 50 anos, de acordo com os resultados dos vários recenseamentos da população, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), e publicados em Pordata (2023b). Nos Censos de 2021, registou-se em Ponte da Barca um número total de 11 044 residentes, com um nível médio de 60 indivíduos por km² Pordata (2023b), inferior ao valor de 104.6 indivíduos registado na NUT III - Alto Minho (Pordata, 2023c). Neste município apenas 1.3% dos residentes são de nacionalidade estrangeira, o que faz com que, a par de Ponte de Lima, seja o território do Alto Minho em que esta população tem menos expressão (Pordata, 2023b).

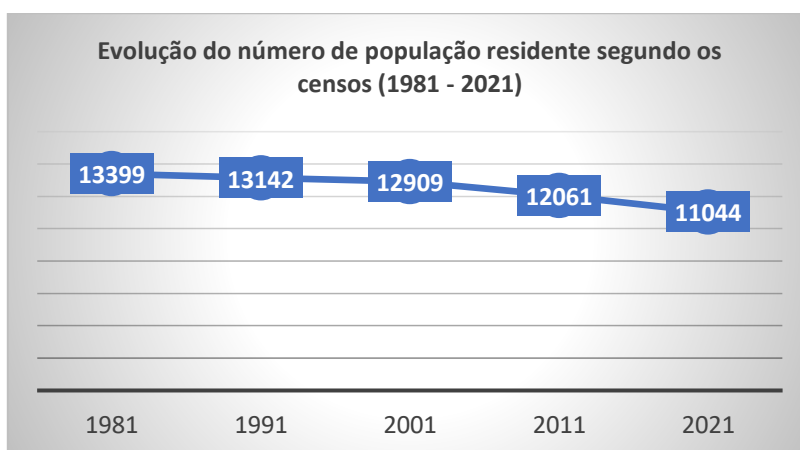


Figura 2.1: Mapa Município de Ponte da Barca
Fonte - ViverViana (2013)

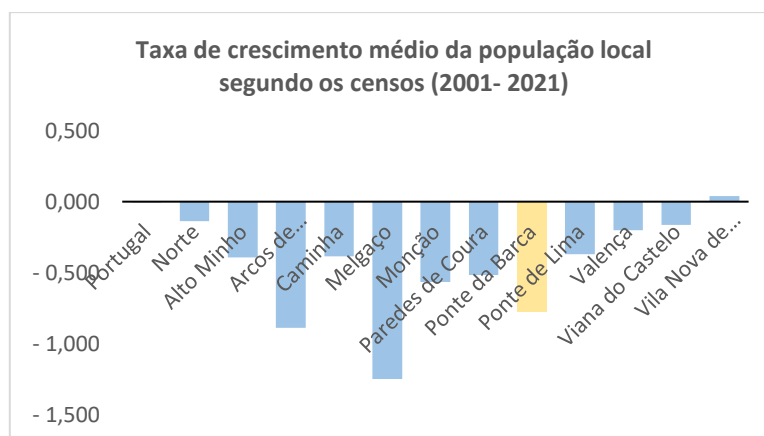
1.2. Manifestações locais do processo de contração

Ainda que o processo de perda populacional que ocorre em Ponte Barca se tenha iniciado há várias décadas, o grau da sua intensidade tem variado. No quadro 2.1, observa-se que o processo de perda de população tem sido uma constante desde 1981 até aos dias de hoje. No entanto, reparando na maior inclinação da linha a partir de 2001, nota-se que este processo se tem agudizando nas últimas duas décadas. Um olhar sobre a taxa de crescimento médio da população revela que, em Ponte da Barca, os valores registados no ano de 2011 (-0.7%) e de 2021 (-0.9%) foram mesmo os mais baixos dos últimos quatro recenseamentos gerais da população (Pordata, 2023d).

Centrando a atenção sobre o período temporal referente às últimas duas décadas, e procurando uma leitura da realidade de Ponte da Barca contextualizada com tendências sub-regionais, regionais, e nacionais, no quadro 2.2 transparece-se a taxa de crescimento de médio da população local para cada uma das NUTs. O mesmo permite perceber que as taxas de crescimento negativas se apresentam como um problema que extravasa o domínio local, afetando as diferentes escalas territoriais. No entanto, não só a região Norte apresenta números mais graves do que a média nacional, como a região do Alto Minho parece ser particularmente afetada. No interior deste contexto sub-regional, nota-se uma tendência geral para que todos os municípios (à exceção de Vila Nova de Cerveira) apresentem valores negativos. Ainda assim, mesmo inserido neste contexto negativo, o município de Ponte da Barca apresenta-se como o terceiro município com o terceiro valor mais baixo (-0.78) e duplamente inferior à média registada no Alto Minho (-0.39).



Quadro 2.1: Evolução do número de população residente segundo os censos (1981 – 2021)
 Fonte - Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2023b)

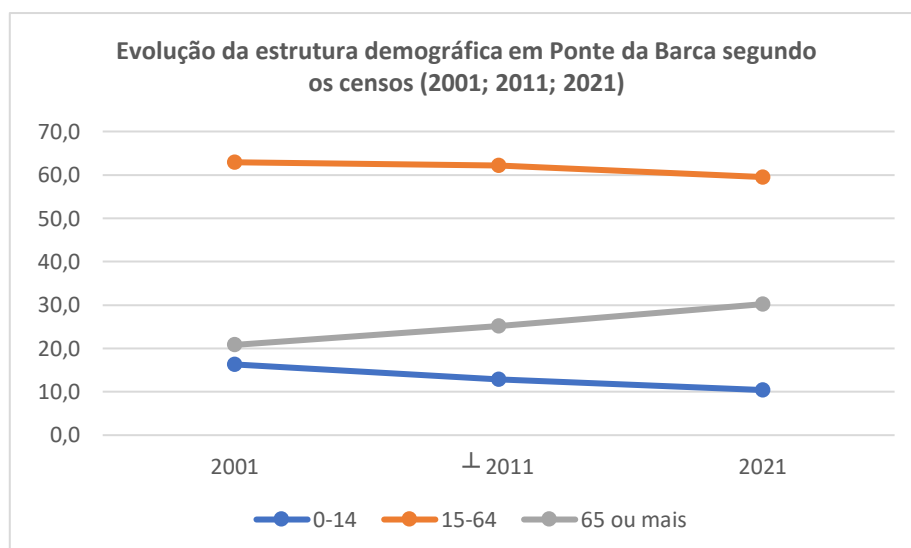


Quadro 2.2: Taxa de crescimento médio da população local segundo os censos (2001 - 2021)
 Fonte - Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2023d)

1.2.1. População por grandes grupos etários

A perda populacional verificada nas duas últimas décadas em Ponte da Barca tem-se traduzido numa estrutura demográfica que, de acordo com o quadro 2.3, se caracteriza pelo aumento da população idosa (65+ anos) e, contrariamente, pela diminuição da população jovem (0 – 14 anos) e da população em idade ativa (15 – 64 anos). Estas tendências demográficas resultam numa população local que, em 2021, se encontra representada em 10.6% pela população jovem, em 59.4% por população em idade ativa, e em 30% pela população idosa, como demonstrado no quadro 2.4.

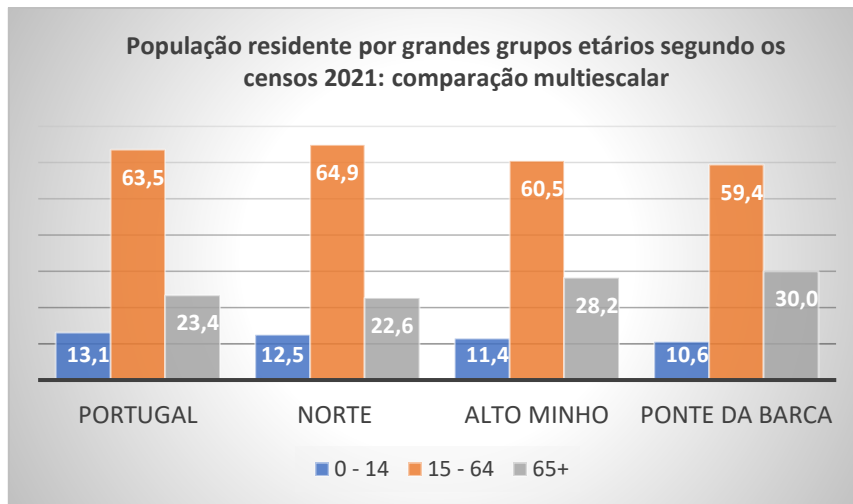
Estabelecendo um termo de comparação com a realidade mais ampla em que o município de Ponte da Barca se encontra inserido, o quadro 2.3 revela, também, que o peso da população jovem sobre a população total evolui negativamente à medida que se parte de um olhar sobre a escala nacional, para a regional, seguindo-se a sub-regional, até, por fim, se chegar à realidade local de Ponte da Barca. Uma evolução inversamente similar ocorre com a expressão da população idosa no território, que vai aumentando à medida que se reduz a escala em análise¹⁷. Se os números permitem perceber que no Alto Minho existe tendência para uma maior expressão de população idosa, e uma menor representação da população em idade ativa e da população jovem, revela-se, também, que esta tendência é ainda mais evidente na realidade local.



Quadro 2.3: Evolução da estrutura demográfica em Ponte da Barca segundo os censos (2001; 2011; 2021)

Fonte – Elaboração própria a partir dos dados fornecido pelo INE, recolhidos em Pordata (2022a)

¹⁷ Com exceção da região norte face à realidade nacional, onde a população idosa tem uma expressão ligeiramente menor.



Quadro 2.4: População residente por grandes grupos etários segundo os censos 2021: comparação multiescalar

Fonte - Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2022a)

1.2.2. Índice de envelhecimento

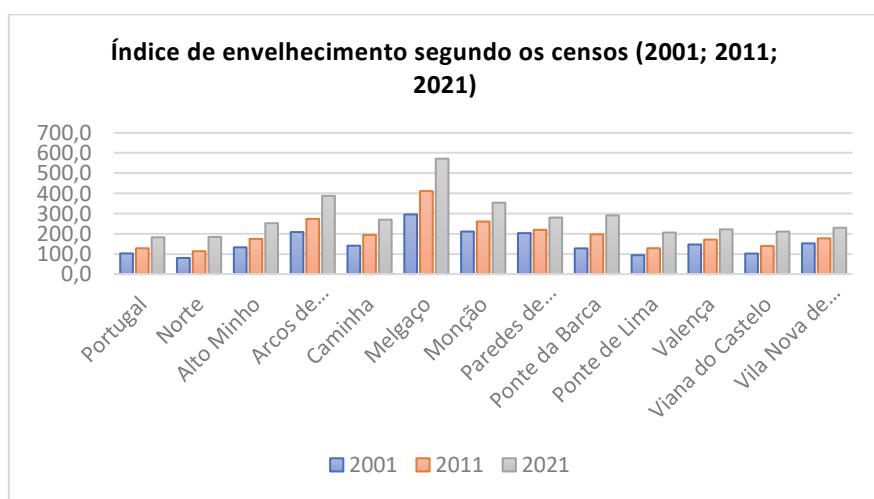
Entre 2001 e 2021 a população barquense envelheceu de tal maneira que, nesse espaço de 20 anos, o número de idosos por cada 100 jovens mais que duplicou – ao passo que em 2001 se registavam cerca de 127 idosos para cada 100 jovens, em 2021 o número passou para 290, como se pode observar no quadro 2.5.

Em termos comparativos, o quadro 2.5 permite também perceber que, em 2021, o índice de envelhecimento é mais ligeiro a nível nacional (182.1) e também na região Norte (184). O valor registado no Alto Minho, pelo contrário, supera muito significativamente a média registada na NUT II em que se encontra inserido. Analisando o interior desta sub-região particularmente envelhecida, a realidade demográfica de Ponte da Barca consegue, ainda assim, destacar-se negativamente, registando um índice de envelhecimento acima da média da sub-região. Ponte da Barca apresenta-se como o quarto município do Alto Minho com o valor mais elevado, superado apenas por Monção e Arcos de Valdevez, e por Melgaço, este último destacando-se largamente dos restantes municípios.

Adicionalmente, o quadro 2.5 revele uma tendência de envelhecimento transversal a todas as escalas em análise (nacional, regional e sub-regional) e em todos os municípios do Alto Minho, ao longo das duas últimas décadas. À primeira vista, não se torna assim tão evidente a existência de uma anomalia local que provoque uma aceleração do envelhecimento da população local, sugerindo apenas a existência de territórios tendencialmente mais envelhecidos do que outros. No entanto, a partir do quadro 2.6 permite-se um juízo mais claro sobre a existência ou não dessa tal anomalia local. Apresentando os valores da taxa de variação intercensitárias do índice de envelhecimento, para os anos de 2011 e 2021, de todos os

municípios do Alto Minho, e os valores médios registados nesta sub-região, na região norte e à escala nacional, considera-se particular o fenómeno ocorrido em Ponte da Barca. De todos os territórios em análise, os dados do quadro 2.6 revelam que Ponte da Barca se apresenta como aquele onde o processo de envelhecimento foi mais acelerado entre a década de 2001-2011, atingindo o valor de 54.67%. Na década seguinte, entre 2011-2021, a rapidez do envelhecimento da população local volta a notar-se, registando uma taxa de variação de 47.74%, valor unicamente ultrapassado pelos municípios de Ponte de Lima (60.78%) e Viana do Castelo (51.68%), e pela média registada na região Norte (62.49%).

Concluindo, embora a tendência de envelhecimento se verifique transversalmente em todos os territórios e escalas sob análise, é importante notar que em Ponte da Barca este fenómeno tem ocorrido com bastante mais rapidez. Num espaço de 20 anos, no conjunto de 10 municípios que compõem o Alto Minho, Ponte Barca parte, em 2001, da 8ª posição na lista dos municípios mais envelhecidos, para em 2021 se apresentar como o quarto território mais envelhecido numa sub-região que, já por si, se destaca da realidade regional e nacional pela existência de um número maior de idosos em cada cem jovens.



Quadro 2.5: Índice de envelhecimento segundo os censos (2001; 2011; 2021): comparação multiescalar
 Fonte – Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2022b)

Taxa de Variação	2011	2021
Portugal	25,05	42,49
Norte	41,98	62,49
Alto Minho	31,57	44,60
Arcos de Valdevez	31,41	41,74
Caminha	37,98	39,02
Melgaço	39,20	39,13
Monção	23,53	35,83
Paredes de Coura	8,08	27,72
Ponte da Barca	54,67	47,74
Ponte de Lima	36,75	60,78

Valença	16,66	29,72
Viana do Castelo	36,38	51,69
Vila Nova de Cerveira	16,37	29,66

Quadro 2.6: Taxa de variação intercensitária do índice de envelhecimento (2011; 2021)

Fonte – Cálculos de elaboração própria a partir dos valores do índice de envelhecimento fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2022b)

1.2.3. Educação

O município Ponte da Barca é dotado de estabelecimentos de ensino de todos níveis desde o pré-escolar até ao ensino secundário (CMPB, 2019). O quadro 2.7 retrata a evolução do nível de qualificações da população local entre 2001 e 2021, de acordo com os dados dos censos. No mesmo, observa-se uma evolução positiva na proporção de pessoas com o ensino secundário completo e de pessoas que concluíram o ensino superior. Em 2001 apenas 7% da população residente possuía o grau de ensino secundário, e apenas 3% se tinha formado no ensino superior. Em 2021, os números subiram para 21.3% e 10.5%, respetivamente. O aumento da proporção de população com o ensino secundário destaca-se particularmente por, em vinte anos, se ter tornado no segundo grupo com maior expressão no território.

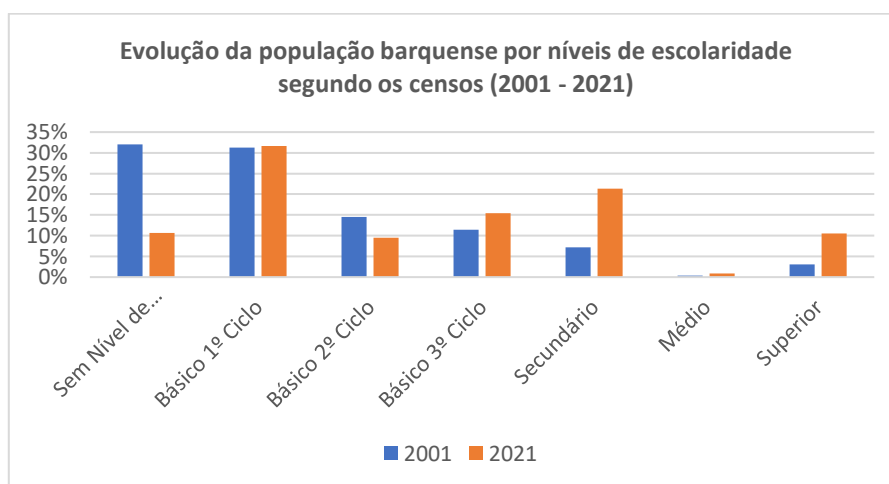
Relativamente à proporção de pessoas sem qualquer nível de escolarização, que se fixava nos 32% em 2001 (grupo com maior representação), observa-se uma diminuição muito significativa, representando em 2021 cerca de um décimo da população total. Ainda assim, é importante notar que, nos dias hoje, o grupo de pessoas que apenas concluíram o 1º ciclo do ensino básico é aquele com maior expressão no território (31.7%), e o número de pessoas sem qualquer nível de escolarização continua a ser maior que o número de pessoas que concluíram o ensino superior, apesar de se tratar de uma diferença residual.

Alargando o olhar à escala nacional e sub-regional, no quadro 2.8 observa-se que também no Alto Minho são as pessoas que possuem apenas o 1º ciclo de ensino básico que constituem o grupo com maior expressão territorial, representando cerca de 27% da população. No entanto, a nível nacional, são já as pessoas com o ensino secundário que constituem a maior fatia do bolo (23.5%), ainda que o grupo de pessoas só com o 1º ciclo de estudos completo tenha também aí um peso significativo, abrangendo cerca de 22% da população portuguesa.

Estipulando-se nos dias de hoje uma escolaridade obrigatória até ao 12º, é interessante a comparação às várias escalas da percentagem de pessoas que têm, pelo menos, o ensino secundário completo. Partindo da realidade nacional, percebe-se que este grupo é ainda minoritário em Portugal, representando cerca de 44,5%. No quadro 2.7 percebe-se que este problema se agudiza significativamente no contexto do Alto Minho, onde o peso deste grupo sobre a população total reduz-se para 37.4%. Em Ponte da Barca, a disparidade face ao valor

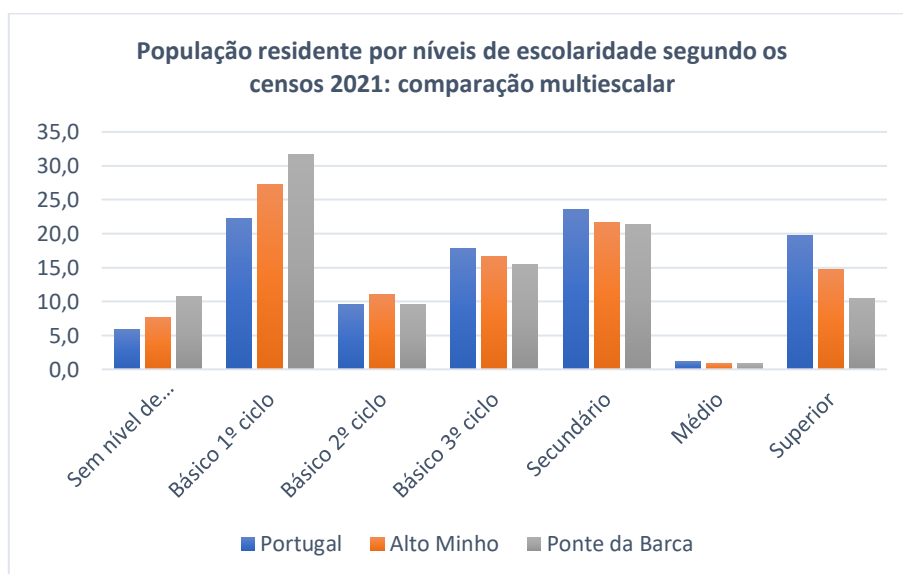
médio nacional é ainda superior, apenas 32.7% da população barquense tem, pelo menos, o ensino secundário completo.

Centrando atenção na comparação de Ponte da Barca com os números nacionais, uma leitura a partir dos extremos do gráfico evidencia as diferenças existentes entre estas duas escalas em relação ao nível de qualificações das populações. A proporção de população sem qualquer nível de escolarização é quase duas vezes superior em Ponte da Barca face à média nacional, e o peso da população detentora de um grau de ensino superior em Ponte Barca é praticamente metade da média registada na sociedade portuguesa.



Quadro 2.7: Evolução da população barquense por níveis de escolaridade segundo os censos (2001 - 2021)

Fonte: elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2023e)



Quadro 2.8: População residente por níveis de escolaridade segundo os censos 2021: comparação multiescalar

Fonte – Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2023e)

1.2.4. Movimentos pendulares – Entradas e saídas nos concelhos

A partir de 2011, nos recenseamentos à população portuguesa começou-se a registar os movimentos pendulares das populações por município, permitindo saber o número de saídas e entradas de pessoas em cada um, com a finalidade de trabalhar ou estudar. Com os resultados publicados dos censos de 2021, permite-se, pela primeira vez, que se conceba uma análise evolutiva deste indicador.

Em 2021, todos os municípios do Alto Minho verificaram, simultaneamente, um maior número de entradas e saídas destas pessoas que se deslocam em função do trabalho ou do estudo, face a 2011. A única exceção trata-se do município de Caminha que verificou um ligeiro decréscimo no número de entradas em 2021 (Pordata, 2022c).

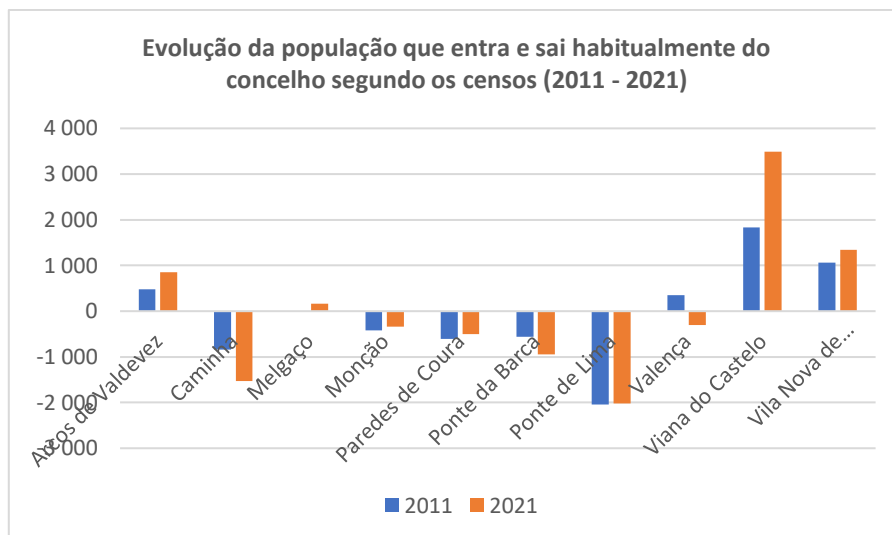
Com recurso ao quadro 2.8, percebe-se que a maior mobilidade no Alto Minho observada em 2021, face a 2011, traduz-se na melhoria dos saldos dos movimentos diários populacionais em 7 dos seus 10 municípios. Ainda assim, é importante notar que, apenas quatro municípios apresentam um saldo positivo de movimentações, ou seja, que verificaram mais entradas do que saídas – Melgaço, Arcos de Valdevez, Vila Nova de Cerveira e Viana do Castelo. Em 2021, a capital do distrito, Viana do Castelo, não só continua a apresentar claramente o melhor saldo da sub-região, como viu o número disparar em cerca de 91%¹⁸ face a 2011. Imediatamente a seguir encontra-se Arcos de Valdevez, como município onde se verificou o maior aumento deste saldo, numa proporção de cerca 76%¹⁹.

Em Ponte da Barca continua a ser superior o número de pessoas que saem do território para trabalhar/estudar, do que aquelas que entram com o mesmo fim. Este território integra o grupo de três municípios (juntamente com Caminha e Valença) que viram o seu saldo de entradas e saídas do território diminuir em 2021, passando de -556 para -948. Embora esta diminuição tenha sido mais abrupta no caso dos outros dois municípios, a taxa de variação do saldo dos movimentos pendulares registada em Ponte da Barca atinge os -71%, face a 2011. Além de registar a terceira evolução mais negativa, o quadro 2.9 permite perceber que Ponte da Barca, em 2021, ocupa a terceira posição na lista de municípios do Alto Minho com pior saldo de entradas e saídas, apenas ultrapassado pelo município de Ponte de Lima e de Caminha. Um dado curioso, é o manifesto contraste que se observa com o município vizinho – Arcos de Valdevez – um dos quatro municípios²⁰ que registam em simultâneo um saldo positivo e uma evolução positiva do número face a 2011.

¹⁸ Cálculo de elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2022c).

¹⁹ Cálculo de elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2022c).

²⁰ A par de Melgaço, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, como se observa no quadro 2.9.



Quadro 2.9: Evolução da população que entra e sai habitualmente do concelho segundo os censos (2011 - 2021)

Fonte – Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo INE, recolhidos em Pordata (2022c)

2. Qualidade de vida no território

Este segundo ponto inicia-se com a apresentação das dimensões de qualidade de vida comumente exploradas em comissões e relatórios internacionais sobre o mesmo tema, que suscitaram o aparecimento de vários índices de bem-estar, e que servem de base para o critério de escolha dos aspetos a explorar num esboço breve sobre a qualidade de vida em Ponte da Barca, posteriormente efetuado. Nesta secção procura-se uma contextualização da realidade territorial em estudo, possibilitando uma compreensão mais fina dos dados retirados do trabalho de campo a qualquer leitor deste estudo que desconheça o terreno.

Em 2009, a “comissão para a mensuração do desempenho económico e progresso social” (também denominada por “*Stiglitz-Sen-Fitoussi Commission*”) apresenta-se como um importante marco que contribuiu para que governos nacionais e instituições internacionais procurassem compreender os tópicos de natureza diversa que impactam a qualidade de vida ou bem-estar da população (Stiglitz *et al.*, 2019). O *Better Life Index*, desenvolvido pela OCDE, foi umas das iniciativas construídas a partir das ideias trabalhadas na *Stiglitz-Sen-Fitoussi Commission*. Neste índice são explorados 11 tópicos: alojamento; rendimento; emprego; comunidade; educação; ambiente; participação cívica; saúde; satisfação pessoal; segurança; balanço vida-trabalho (Goldin, 2018). Em Portugal, o INE também criou o seu próprio “Índice de Bem-estar” (IBE), incorporando na sua análise indicadores alusivos ao bem-estar material da população e outras dimensões de qualidade de vida, bastante semelhantes àquelas assinaladas pela OCDE, sendo apenas calculado à escala nacional (INE, 2019).

Para um breve e superficial retrato da qualidade de vida em Ponte da Barca, procura-se um alinhamento com o quadro conceptual em que se apoia o *Better Life Index*. Face à insuficiência (e ausência) de dados sobre a realidade local que permitam um tratamento justo de cada uma das dimensões destacadas nesse mesmo índice, a análise cinge-se à exploração de alguns dados alusivos aos seguintes tópicos: mercado de trabalho e bem-estar material da população, criminalidade, saúde e qualidade ambiental. Para uma análise um pouco mais abrangente, acrescentam-se dados sobre o acesso à cultura e a proximidade aos centros urbanos de referência do território²¹.

2.1. Leitura genérica sobre as condições locais de vida

O mercado de trabalho local caracteriza-se pelo forte emprego no setor terciário e secundário, empregando, respetivamente, cerca de 58.1% e 37.8% da população, havendo apenas uma ínfima parte dos residentes que dedicam a sua atividade profissional no setor primário, cerca de 4.1% (Pordata, 2023b). A proporção de trabalhadores por conta de outrem atinge os 75.1%, enquanto 12.8% da população empregada se apresenta como trabalhadores isolados, e 9.3% como empregadores (Pordata, 2023b). A taxa de desemprego encontra-se nos 6%, em linha com a média registada no Alto Minho (6%) (Pordata, 2023f).

A informação mais recente sobre ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem data o ano de 2019, fixando-se nos 854.2€, que corresponde ao valor mais baixo registado entre os municípios do Alto Minho nesse mesmo ano, bastante distante da média da sub-região (1.013,3€), e mais ainda da média nacional (1.206,3€) (Pordata, 2023g). O valor do rendimento médio continua a diferir entre homens e mulheres, apesar de em 2019 se ter registado o nível de disparidade mais baixo - valor médio masculino atinge os 880.2€ e o feminino 825.7€ (Pordata, 2023g). Também de 2019 são os valores mais recentemente registados sobre a variável “poder de compra per capita”. Em relação a esta, a realidade vivida pela população barquense destaca-se negativamente, atingindo 65.5% dos valores nacionais, e novamente bastante inferior aos valores registados no Alto Minho, que correspondem a 80.5% do poder de compra da generalidade dos portugueses (Pordata, 2022d).

Em relação ao nível de criminalidade, no ano de 2022, o número de crimes registados pelas polícias (por mil habitantes) em Ponte da Barca atingiu um valor de 36.6%, significativamente acima dos números registados à escala sub-regional (30%) e nacional (32.8%) (Pordata, 2022e). No que à saúde diz respeito, encontra-se no Relatório de Estado do

²¹ A inclusão de informação alusiva à “cultura” e à “proximidade dos centros” mostra-se pertinente dada a relevância de ambas nos resultados obtidos no trabalho de campo, posteriormente apresentado nesta dissertação.

Ordenamento do Território (REOT)²² de 2019 alguma informação em relação aos serviços de saúde existentes no local. Assinala-se a existência de um Hospital da Misericórdia, com capacidade para 10 utentes em internamento e com valência para cuidados continuados para 23 pessoas, além de um centro de saúde, onde 11 médicos e 18 enfermeiros exercem função, não havendo qualquer de registo de utentes sem médico de família (CMPB, 2019). A prestação de cuidados de saúde primários à população que se encontra mais isolada é feita através de uma unidade de saúde móvel que também existe no concelho, e a zona urbana alberga ainda três farmácias e uma parafarmácia (CMPB, 2019).

Para aferir sobre o acesso à cultura, expõem-se inicialmente alguns dados sobre o número de sessões de espetáculos ao vivo e de cinema ocorridas no território. Com referência ao ano de 2022, o número de sessões de espetáculo ao vivo (por mil habitantes) realizadas em Ponte da Barca atinge o valor de 0.1, apresentando-se como o segundo município do Alto Minho com valores mais baixos – unicamente ultrapassado por Melgaço (0.0) - e por isso, bastante distante daqueles que são os valores médios registados na sub-região (3.4), que se encontram ligeiramente abaixo dos valores nacionais (4) (Pordata, 2023h). Na mesma linha, mas dentro de um cenário comparativo mais grave, em 2022, Ponte da Barca integra a lista dos 4 municípios do Alto Minho onde o número de sessões de cinema (por mil habitantes) equivale a 0.0, a par de: Ponte de Lima; Valença e Vila Nova de Cerveira (Pordata, 2023i). Ainda assim, no Alto Minho regista-se um número médio de 17.1, mas manifestamente distante dos números nacionais (48.8), e até daqueles registados na região Norte (44) (Pordata, 2023i).

Adicionalmente, apresenta-se informação alusiva ao valor da despesa municipal direcionada ao setor cultural e desportivo, que são apresentados em conjunto no *website* da Pordata, e datam o ano de 2019. Nesse mesmo ano, as câmaras do Alto Minho direcionaram para este setor, em média, cerca de 12.4% da sua despesa total, valor acima daquele que se regista a nível nacional (10.4%) (Pordata, 2022f). Já Ponte da Barca apresenta-se como o município do Alto Minho que dispôs a menor proporção da sua despesa total em favor das áreas de cultura e desporto (4%), valor significativamente inferior àquele que se verifica no município de Viana do Castelo (8%), que se trata do segundo resultado mais baixo que se verifica entre os municípios do Alto Minho. É em Paredes de Coura que a proporção das despesas municipais em cultura e desporto são mais elevadas, superando os 23% (Pordata, 2022f).

No *Better Life Index* a qualidade ambiental é aferida a partir de indicadores que testam a “poluição do ar” e a “qualidade das águas”. Face à dificuldade sentida em encontrar dados que permitissem julgar assertivamente o estado de ambas as componentes no território de Ponte

²² CMPB (2019).

da Barca, replica-se a prática utilizada em documentos oficiais como o Plano Municipal de Ambiente²³ e o REOT que, pela ausência de estações locais de medição da qualidade do ar, apresentam-na recorrendo aos dados fornecidos pela estação geograficamente mais próxima, em Lamas de Olo (Vila Real), que representa a qualidade do ar da zona Norte Interior. Estes dados são fornecidos pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Relativamente à “qualidade das águas”, encontrou-se apenas dados alusivos à qualidade das “águas balneares”, produzidos pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).

Em APA (2023) os dados mais recentes sobre o IQar são de referência ao ano de 2021, e os resultados deste indicador mostram que a zona do Norte Interior foi aquela que apresentou resultados mais positivos de qualidade do ar, obtendo a classificação máxima de “Muito Boa” na grande maioria dos dias. A classificação do ar como “Muito Boa” e “Boa” foi atribuída a cerca de 92%²⁴ dos dias calculados. Em relação à qualidade das águas balneares, nos últimos três anos (2022; 2021; 2020) estas foram qualificadas como “aceitáveis”, numa escala com 4 categoriais (Má; Aceitável; Boa; Excelente), sendo que em 2019 a qualidade das águas tinha sido classificada como “Má”, e o último ano em que esta foi considerada “boa” foi em 2017 (SNIRH, 2023).

Novamente, apresenta-se informação alusiva às despesas municipais, desta vez direcionadas às questões ambientais, que albergam as despesas com a proteção da biodiversidade e paisagem, e com a gestão de resíduos. Os dados mais recentes têm como referência o ano de 2019, em que a proporção das despesas do município de Ponte Barca destinadas à dimensão ambiental foi de 3.3%, terceiro valor mais baixo do Alto Minho²⁵, sub-região onde se fixa uma média de 5%, valor inferior ao nacionalmente registado (8.5%) (Pordata, 2023j).

Por fim, e no que concerne à proximidade de Ponte da Barca aos centros urbanos de referência dada a sua localização geográfica - Viana do Castelo, Braga e Porto – no quadro 2.10 apresenta-se informação alusiva aos km que distam de Ponte da Barca a cada um dos centros urbanos, assim como o tempo necessário para completar cada uma dessas viagens, a partir dos dados disponíveis em ViaMichelin (2023). Os números presentes na mesma sugerem uma relativa proximidade e facilidade de acesso aos centros urbanos, para a população que se encontra possibilitada em recorrer ao uso do automóvel.

²³ CMPB (2015).

²⁴ Cálculo de elaboração própria a partir dos dados fornecidos por APA (2023).

²⁵ Inferiores a este é a proporção destinada pelo município de Melgaço (2.3%) e de Caminha (1.2%) (Pordata, 2023j).

Principais Centros Urbanos	Distância	Tempo
Viana do Castelo	43km	35min
Braga	36km	46min
Porto	96km	1h:11

Quadro 2.10: Proximidade do território aos centros urbanos de referência
Fonte - Elaboração própria a partir dos dados presentes em ViaMichelin (2023)

Através caracterização sociodemográfica do município de Ponte da Barca, confirma-se a validade do seu enquadramento no conceito de território em contração. Os dados partilhados revelam a ocorrência de uma perda contínua de população que se arrasta há mais de 40 anos, permitindo ainda que se identifique um aumento particular da sua intensidade nas duas últimas décadas. Ademais, neste território verifica-se uma convergência com os pressupostos teóricos que enaltecem a tendência para se observar um envelhecimento mais acelerado da população nestes lugares. Verifica-se, também, uma discrepância no que toca à escolaridade da população local face à realidade sub-regional e nacional em que o território se insere.

Tal observação não sugere, ainda assim, que a contração territorial possa simplesmente ser retrata como uma “anomalia local”, dadas as tendências de crescimento negativo e de envelhecimento da população que se verificam nos municípios envolventes e nas várias escalas territoriais em análise, com uma agudização evidente na realidade genérica do Alto Minho. Sub-região, esta, onde se verifica também um nível de escolaridade da população inferior ao registado a nível nacional. No entanto, os resultados das últimas duas décadas permitem a identificação de algumas particularidades nas manifestações locais do processo de contração em Ponte da Barca, pelo ritmo de perda e de envelhecimento de população manifestamente mais acelerado, em comparação com os municípios que também partilham desse cenário sub-regional desfavorável. A estes fatores, soma-se a questão dos movimentos pendulares, cujos dados revelados posicionam Ponte da Barca como um território fundamentalmente de saída até nas deslocações diárias, com um agravamento do cenário face a 2011.

Em relação à qualidade de vida neste cenário de contração, a análise concretizada permite apenas criar uma visão panorâmica sobre a realidade local. Face ao contexto sub-regional e nacional, os indicadores utilizados transparecem um cenário desfavorável em relação às condições materiais da população, de acordo com os níveis de rendimento médio e de poder compra. Também ao nível do acesso à cultura, os dados sugerem a existência de uma atividade parca no local e de pouco investimento no setor.

No entanto, em relação aos restantes domínios, a informação encontrada mostra-se manifestamente insuficiente para um juízo suficientemente esclarecido sobre cada um. Da

escassa informação encontrada em relação à qualidade ambiental, ao registo de altos níveis de criminalidade que podem não transparecer a sensação de segurança sentida pela população, ou a informação sobre os serviços de saúde disponíveis localmente sem dar conta do modo de funcionamento ou a qualidade dos mesmos. Mesmo a informação partilhada sobre a proximidade do território dos centros urbanos mostra-se escassa sem qualquer complemento com informação sobre a existência e o funcionamento dos transportes públicos no local.

Deste modo, almejando uma compreensão mais detalhada e complexa da qualidade de vida em Ponte da Barca, procura-se junto da população local os testemunhos que permitam a concretização desse objetivo.

Capítulo III – Trabalho de campo: A qualidade de vida em Ponte da Barca perspectivada por jovens locais

O presente capítulo encontra-se dividido em três pontos. Um primeiro onde se apresentam as opções metodológicas adotadas e as limitações às mesmas associadas, o processo de seleção da amostra e uma caracterização da mesma, e o modo como se operacionalizou o trabalho de campo. No segundo, procede-se à exposição e a análise dos resultados da investigação. Por último, no terceiro ponto apresenta-se uma síntese dos resultados do trabalho empírico num alinhamento com os fundamentos teóricos, e com os objetivos definidos para esta dissertação, enumerados na introdução deste trabalho.

1. Metodologia

A problemática “qualidade de vida” tem-se tratado de um objeto de estudo de várias investigações recentes e, de acordo com Diener e Suh (1997), nos últimos anos encontra-se essencialmente dois tipos de abordagens, que partem de noções distintas da mesma: uma abordagem que interpreta o conceito de forma normativa, definindo à priori uma série de indicadores “objetivos” (ou “sociais”) que permitam a medição e a comparação do nível de qualidade de vida de certas populações; e uma segunda abordagem que interpreta o conceito como de natureza subjetiva, colocando as experiências relatadas pelos indivíduos - as suas percepções – no centro da análise para aferir sobre o nível de qualidade de vida. Deste modo, as abordagens subjetivas enquadram-se no tipo de investigações de natureza qualitativa.

Face aos objetivos definidos para esta dissertação, apresentados na introdução do trabalho, uma abordagem subjetiva ao conceito é percebida como a mais adequada para o alcance dos mesmos, procurando no discurso da população barquense uma fonte de informação valiosa para investigar sobre a qualidade de vida no território, mesmo considerando as limitações inerentes à mesma.

A grande vantagem desta abordagem passa pela capacidade de capturar as experiências que são mais valiosas para os indivíduos (Diener e Suh, 1997). Tratando-se a qualidade de vida “primeiramente, de uma sensação subjetiva de bem-estar” (Haas, 1999, p. 738), a abordagem subjetiva permite que se explore o significado que o entrevistado atribui a cada uma das dimensões de qualidade de vida (Costanza *et al.*, 2007). Isto é, a principal preocupação centra-se nos juízos que o entrevistado faz do seu próprio estado, em vez de se explorar aquilo que políticos ou académicos pudessem atribuir maior importância (Diener e Suh, 1997). Qualquer investigação sobre a qualidade de vida torna-se mais rica se incorporar na sua análise

informação desta natureza, pois consegue recolher informação que não é extraída através dos indicadores objetivos (Stiglitz *et al.*, 2019).

No que toca ao conjunto de riscos existentes neste método de investigação, apresentam-se três de particular importância para esta dissertação: 1) a interferência que os *situational factors* podem ter nas respostas obtidas, como o estado de humor da pessoa (Diener e Suh, 1997); 2) o facto de as pessoas se adaptarem às situações em que se encontram pode alterar as suas expectativas, como acontece com a “pobreza feliz” (Bache e Reardon, 2016); e a forma como o bem-estar subjetivo é condicionado por alguns indicadores objetivos, como o nível de rendimentos, estado de saúde, ou a força das relações (Stiglitz *et al.*, 2019).

A qualidade de vida trata-se de uma construção complexa, e para a sua devida compreensão apela-se ao uso de múltiplas abordagens que partam de ângulos teóricos distintos (Diener e Suh, 1997). Em linha com este pensamento, em trabalhos como Costanza *et al.* (2007), Bache e Reardon (2016), ou Stiglitz *et al.* (2019), sublinha-se a importância do uso simultâneo de abordagens objetivas e subjetivas, procurando a sua complementaridade. Assim, a opção tomada nesta dissertação por uma abordagem unicamente subjetiva apresenta também essa limitação. No entanto, e apresentando-se como uma das motivações que levaram à realização deste trabalho, sublinha-se o facto de não se ter encontrado qualquer vestígio de estudos/investigações sobre as perceções da população local em relação à qualidade de vida em Ponte da Barca, acrescentando a este trabalho uma dimensão exploratória.

1.1. Técnica de recolha de dados

Como técnica de recolha de dados recorreu-se à elaboração de entrevistas semiestruturadas, com um conjunto de questões abertas definidas *à priori*, deixando espaço para que os entrevistados desenvolvessem as suas ideias e se sentissem livres para abordar os tópicos que mais lhes interessavam, mediante algum controlo por parte do investigador para não permitir grandes desvios do tema principal, e com oportunidade para colocar novas questões que se julgasse interessantes. O recurso a esta técnica mostra-se particularmente pertinente para esta dissertação, precisamente pela sua utilidade em investigações que procuram atentar ao comportamento e à subjetividade humana (Gil, 2008). Como referido em Guazi (2021), as entrevistas permitem a recolha de dados relacionados com aquilo que as pessoas fazem, porque fazem e como fazem, aquilo que sentem e o contexto em que as sentem, assim como o encontro de padrões sobre esses mesmos aspetos.

1.2. Definição do público-alvo, seleção dos participantes e caracterização da amostra

Neste estudo definiu-se como público-alvo a população jovem barquense, entre os 18-25 anos, e essa escolha deve-se a duas grandes razões: 1) ao concentrar num segmento da população mais homogéneo tenta-se reduzir o risco de reunir dados demasiado diversificados, que dificultaria o tratamento dos mesmos, tendo em conta o número limitado de entrevistas que se podiam concretizar; 2) pela particular importância que este segmento da população representa para o território, no que concerne ao tema em análise nesta dissertação, tanto pela lente do paradigma territorialista e a sua valorização do *capital humano*, já que este se trata de um segmento da população com níveis de educação tendencialmente superiores, como do ponto de vista da sustentabilidade demográfica, num território onde se observa uma tendência de envelhecimento acelerada, como notado na caracterização sociodemográfica apresentada no capítulo II.

Esta dissertação apoia-se numa conceção alargada da “população barquense”, afastando-se de uma redução à população residente atual, mas antes ao conjunto de pessoas que residiram grande parte da sua vida no território. Deste modo, permite-se a recolha de informação alusiva às perceções de qualidade de vida não só entre as pessoas que residem no território, mas também entre um conjunto de pessoas que por algum motivo se deslocaram, mas também regressam, e ainda têm parte da sua vida em Ponte da Barca, potencialmente enriquecendo a informação extraída.

Assim, o presente estudo contou com a participação de 19 entrevistados, divididos em dois grandes grupos: o grupo da população deslocada, composto por 9 participantes²⁶, e o grupo da população residente, composto por 10 participantes²⁷. Dada a dimensão da amostra, é importante que qualquer leitor deste trabalho esteja consciente de que toda a conclusão retirada neste estudo das perceções de qualidade de vida aplica-se única e exclusivamente ao grupo dos 19 jovens entrevistados. A amostra não é representativa da população jovem barquense, o que impossibilita qualquer tipo de generalizações e extrapolações dos resultados apresentados.

Em relação ao processo de seleção dos potenciais participantes, este decorreu de uma forma relativamente simples, sendo que o único critério de seleção se tratava de um limite à faixa etária. Reconhecendo que o autor desta investigação se encontrava já familiarizado com o terreno e com a população local, estabeleceu-se previamente um grande leque de pessoas elegíveis para participar no trabalho de campo.

²⁶ Entrevistados pertencentes à população deslocados: E1; E2; E3; E4; E5; E6; E7; E8; E9.

²⁷ Entrevistados pertencentes à população residente: E10; E12; E12; E13; E14; E15; E16; E17; E18; E19.

Apesar de a idade se tratar do único critério objetivo para a seleção dos participantes, note-se que durante o processo de seleção procurou-se construir uma amostra em que houvesse paridade de género, tanto no grupo de deslocados como de residentes, e com perfis sociodemográficos diversos. No quadro 3.1 apresenta-se a caracterização da amostra²⁸.

Código	Ocupação	Género	Residência	Profissão/curso	Qualificações	Qualificações do agregado familiar
E1	T	Masculino	Lisboa	Músico	Licenciatura	Mãe: Licenciatura; Pai: Licenciatura
E2	TR	Masculino	Lisboa	Software engineer	Mestrado	Mãe: Licenciatura; Pai: Curso de ótico
E3	T	Feminino	Lisboa	Professora de apoio ao estudo	Licenciatura	Mãe: 6º; Pai: 9º
E4	T	Feminino	Porto	Técnica de supervisão e suporte	Licenciatura	Mãe: 12º
E5	TR	Feminino	Guimarães	Engenheira mecânica	Mestrado	Mãe: Licenciatura; Pai: 12º
E6	T/E	Feminino	Lisboa	Jurista	Concluir mestrado	Mãe: Licenciatura; Pai: 12º
E7	E	Masculino	Porto	Engenharia Informática	Concluir licenciatura	Mãe: Doutoramento; Pai: Licenciado
E8	E	Feminino	Porto	Fisioterapia	Concluir licenciatura	Mãe: 12º + curso profissional; Pai: 12º
E9	E	Masculino	Lisboa	Fotografia	12º + curso profissional	Mãe: 6º; Pai: 6º
E10	T/E	Masculino	Ponte da Barca	Assistente de contabilidade	Concluir mestrado	Mãe: 12º; Pai: 9º
E11	TR/E	Masculino	Ponte da Barca	Junior developer	Concluir mestrado	Mãe: Licenciatura; Pai: 4º
E12	T	Masculino	Ponte da Barca	Inspetor de veículos	12º + curso profissional	Mãe: 12º; Pai: 12º
E13	T	Feminino	Ponte da Barca	Professora de apoio ao estudo	Licenciatura	Mãe: 12º; Pai: Licenciatura
E14	T	Masculino	Ponte da Barca	Empregado de mesa e bar	Licenciatura	Mãe: 12º; Pai: 6º
E15	T	Masculino	Ponte da Barca	Músico	12º + curso profissional	Mãe: Doutoramento; Pai: 12º
E16	T	Feminino	Ponte da Barca	Gerente de hotel	Mestrado	Mãe: 9º; Pai: 4º
E17	-	Feminino	Ponte da Barca	Desempregada	Licenciatura	Mãe: 9º; Pai: 9º
E18	TR/E	Feminino	Ponte da Barca	Engenheira Informática	Concluir mestrado	Mãe: 9º; Pai: 12º
E19	T	Masculino	Ponte da Barca	Escriturário	12º + curso profissional	Mãe: 12º; Pai: 12º

Quadro 3.1: Caracterização da amostra

1.3. Contacto com os participantes e local de realização das entrevistas

Tal como o processo de seleção, também o contacto com os participantes decorreu sem grandes contrariedades. Antes do início do trabalho de campo já se havia estabelecido contacto digital com a maioria dos participantes, por isso chegou-se até aos mesmos sobretudo através do envio de mensagens privadas nas redes sociais *Facebook* e *Instagram*. Em alguns casos, recorreu-se a terceiros para estabelecer a ponte entre o potencial entrevistado e o investigador, mas o primeiro contacto foi sempre feito por via digital. Não houve necessidade de recorrer a grandes negociações para convencer as pessoas a participar, mostrando-se todas bastante disponíveis e, na maioria dos casos, verificou-se até algum agrado em contribuir para um trabalho desta natureza.

Em relação ao local das entrevistas, estas foram conduzidas em Ponte da Barca e em Lisboa. Em ambos os lugares, o local exato para realização das entrevistas foi variando entre espaços públicos (sobretudo cafés ou parques) e a própria residência dos entrevistados. O cuidado para que o local transmitisse conforto ao entrevistado esteve sempre presente, fomentando um diálogo que permitisse ao participante partilhar a sua preferência. Nesse mesmo diálogo, tanto de marcação de entrevista, como durante a própria entrevista, procurou-

²⁸ Legenda: T – Trabalhador; TR – Trabalhador remoto; E - Estudante; TR/E – Trabalhador remoto e estudante

se o uso de uma linguagem próxima e muito informal, criando um ambiente seguro, como espelhado na transcrição de cada uma das 19 entrevistas que se encontram no apêndice 1.

Todas as entrevistas foram captadas através de um gravador, garantindo que não houvesse fuga de informação e permitindo que a conversa se desenvolvesse com maior fluidez. A gravação foi devidamente autorizada por todos os entrevistados, através da assinatura do modelo de consentimento informado utilizado pelo iscte-iul, encontrando-se no apêndice 2 um exemplo do modelo entregue aos entrevistados. Todas as assinaturas encontram-se na posse do autor deste trabalho, e poderão ser disponibilizadas caso haja necessidade de consulta das mesmas.

1.4. Método de tratamento dos dados

O primeiro passo para o tratamento do conjunto de dados consistiu na transcrição do discurso de cada entrevistado quase na íntegra, omitindo apenas certas repetições, pausas, ou momentos de descontração. Deste contacto inicial emergiram as primeiras interpretações.

Depois de transcrita toda a informação captada, recorreu-se à análise de conteúdo como método de organização dos dados e de seleção da informação mais pertinente, de acordo com os objetivos definidos para este trabalho. A análise de conteúdo fez-se, numa primeira fase, de forma vertical, organizando os dados de cada entrevista como um todo. De seguida, passou-se para a análise de conteúdo horizontal, onde os dados de cada entrevistado foram agrupados em função de cada pergunta, de modo que se pudesse dar início à comparação das respostas e identificar, assim, a convergência de determinadas ideias e, também, sublinhar as diferenças existentes nas respostas dadas a cada pergunta colocada.

2. Exposição e análise dos resultados da investigação

Antes de proceder à apresentação dos resultados obtidos no trabalho de campo, importa que se sublinhe os desafios que foram colocados ao tratamento dos dados, e o método adotado para contornar os mesmos.

A organização dos dados apresentou-se como o grande desafio à análise da informação recolhida. Para cada uma das respostas, cada entrevistado partilhou ideias múltiplas e expressou-as de forma particular, encontrando-se uma grande variedade do tipo de linguagem adotada por cada um. Com o intuito de comunicar uma ideia similar, dois entrevistados podiam recorrer ao uso de palavras bastantes distintas.

Ao longo da análise, a fim de facilitar a organização e a exposição dos dados, sentiu-se a necessidade de recorrer com frequência à criação de códigos, permitindo o agrupamento dos

inúmeros aspetos destacados pelos entrevistados em ideias-chave. Os códigos criaram-se a partir da interpretação feita pelo investigador da mensagem que lhe foi comunicada, definindo pelo próprio juízo as tais ideias chave e os aspetos que poderiam ser encaixados em cada uma. As palavras de cada entrevistado encontram-se devidamente preservadas na transcrição de cada entrevista. Prestado o esclarecimento, passa-se para a exposição e análise dos dados, organizados pergunta a pergunta de forma a refletir os objetivos da dissertação.

2.1. “O que é para ti qualidade de vida?”

Os desafios à organização dos dados colocaram-se sobretudo nesta pergunta inicial das entrevistas, dada a diversidade de informação recolhida. Ainda assim, conseguiu-se encontrar várias ideias partilhadas entre as 19 respostas obtidas, e foi nesse encontro de dimensões comuns que se colocou o foco da análise. Abaixo, apresentam-se as dimensões de qualidade de vida comumente identificadas, pelo menos, por dois entrevistados. A lista organiza-se por ordem decrescente (das dimensões mais referidas às dimensões menos referidas).

Entre as diversas dimensões de qualidade de vida identificadas pelos entrevistados, observa-se a valorização dada por:

- **13 dos 19** aos “**aspetos financeiros**”²⁹ (5D; 8R³⁰).
 - 8 apontam diretamente para a questão do emprego (4D; 4R).
 - 3 apontam para a questão da habitação (2D; 1R).
 - 3 falam de forma abrangente no bem-estar financeiro (3D).
 - 3 indicam que o fator financeiro é o grande determinante de qualidade de vida, assumindo como secundários todos os outros fatores identificados (1D; 2R).
- **13 dos 19** aos “**ambientes calmos**” (3D; 10R).
 - 7 referem de forma objetiva que gostam de estar em zonas calmas (2D; 5R).
 - 3 não falam diretamente em ambientes calmos, mas valorizam a existência de “pouco trânsito” (1D; 2R).
 - 3 não falam diretamente em ambientes calmos, mas associam-no ao “contacto com a natureza” (3D).
- **10 dos 19** à “**saúde**” (5D; 5R).
 - 3 destes não abordam o tópico diretamente, mas incluem em dimensões mais abrangentes, como “bons acessos” (E11), “infraestruturas” (E14), e “estado social forte” (E17).

²⁹ Sublinhar que há entrevistados que indicam mais do que um aspeto da mesma dimensão (ex. E9 fala no “emprego” e também na “habitação” como questões importantes para a sua qualidade de vida).

³⁰ A letra “D” remete para a população deslocada; A letra “R” remete para a população residente.

- **10 dos 19 entrevistados** ao “**contacto com a natureza**” (5D; 5R).
 - Nesta dimensão cabem expressões como “espaços verdes” e “beleza”.
- **9 dos 19 entrevistados** ao “**lazer**” (7D; 2R).
 - Nesta dimensão cabem expressões como “diversidade de atividades”; “espaços de convívio”; “entretenimento”; “atividade noturna”; “restauração e bar”.
 - Todos os entrevistados valorizam uma oferta múltipla e diversa.
- **6 dos 19** aos “**ambientes de agitação humana**” (5D; 1R).
 - Nesta dimensão cabem expressões como “mundo urbano”; “pessoas”; “movimento”.
- **5 dos 19** à “**oferta cultural**” (5D).
 - Evitando possíveis confusões entre “cultura” e “lazer”, cabem nesta dimensão apenas entrevistados que recorrem ao uso da expressão “cultura”.
- **5 dos 19** à “**proximidade da família/amigos**” (5R).
- **3 dos 19** à “**segurança**” (3R).
- **3 dos 19** à “**educação**” (2D; 1R).
 - E6 – estudante; E7 – trabalhador/estudante; E10 – trabalhador/estudante.
- **2 dos 19** ao “**comércio**” (2D).

Estes resultados revelam alguns padrões interessantes em relação ao tipo de preferências que são mais comuns entre os deslocados, entre os residentes, e os pontos de convergência encontrados na totalidade da amostra.

Em relação às tendências particulares encontradas em cada um dos grupos, percebe-se uma maior inclinação entre os 9 deslocados para valorizar as dimensões de: “lazer” (referida por 7 entrevistados); “ambientes de agitação humana” e “oferta cultural” (cada uma referida por 5 entrevistados). O “comércio” é também mencionado por 2 entrevistados. Já no grupo dos 10 residentes, encontra-se uma maior valorização de: “ambientes calmos” (referido por todos os entrevistados) e “proximidade da família/amigos” (referido por 5 entrevistados). A “segurança” é também indicada por 3 entrevistados.

Na totalidade da amostra, observa-se uma convergência entre ambos os grupos para atribuir particular importância aos “aspectos financeiros” (mencionado por 5 dos 9 deslocados e 8 dos 10 residentes), à “saúde” e ao “contacto com a natureza” (cada uma referida por 5 deslocados e 5 residentes). Com menor frequência é ainda apresentada a “educação”, por 2 deslocados e 1 residente.

2.2. “Em que medida é que os fatores que identificaste como importantes para a tua qualidade de vida são satisfeitos estando em Ponte da Barca?”

A análise das respostas dadas à pergunta 2 foi desafiada por dois grandes fatores: 1) a inexistência de uma escala para os entrevistados indicarem o nível de satisfação, e poder assim agrupá-los; 2) o facto de alguns dos entrevistados responderem em função de apenas algumas das dimensões que tinham referido na pergunta 1, em vez de apresentarem o seu nível de satisfação para todas e cada uma delas.

Contornando os desafios acima expostos, criou-se à posteriori a seguinte categorização: “satisfeitos”; “em geral satisfeitos”; “em geral não satisfeitos”; “não satisfeitos”. O agrupamento dos entrevistados em cada uma destas categorias é feita, em primeiro lugar, em função da análise do seu discurso - se se encontra uma mensagem “tendencialmente positiva” ou “tendencialmente negativa” quanto ao estado de satisfação com a qualidade de vida encontrada em Ponte da Barca. Em segundo lugar, entre aqueles que apresentam uma mensagem “tendencialmente positiva”, são categorizados como “satisfeitos” aqueles que não apontam para quaisquer aspetos negativos, e como “em geral satisfeitos” aqueles que identificam pelo menos uma dimensão insuficientemente satisfeita. Na mesma linha, categoriza-se como “insatisfeitos” os entrevistados que não identificam quaisquer aspetos positivos, e como “em geral insatisfeitos” aqueles que identificam pelos menos uma dimensão satisfeita em Ponte da Barca. Considerando os desafios que se colocaram, nas respostas em relação ao grau satisfação das várias dimensões de qualidade de vida indicadas observa-se que:

- **11 dos 19 entrevistados** apresentam um **discurso tendencialmente positivo** (3D; 8R).
 - 5 apresentam-se “**satisfeitos**” (5R).
 - 6 apresentam-se “**em geral satisfeitos**” (3D; 3R).
- **8 dos 19 entrevistados** apresentam um **discurso tendencialmente negativo** (6D; 2R).
 - 3 apresentam-se “**insatisfeitos**” (2D; 1R).
 - 5 apresentam-se “**em geral insatisfeitos**” (4D; 1R).
- Entre os **deslocados** observa-se uma **ligeira predominância de um discurso tendencialmente negativo** – 5 dos 9 entrevistados.
- Entre os **residentes** observa-se uma **grande propensão para adotar um discurso tendencialmente positivo** – 8 dos 10 entrevistados.

Partindo das dimensões de qualidade de vida que são mais frequentemente referidas entre cada um dos grupos de entrevistados, achou-se interessante perceber que dimensões é poderiam ser alvo de maior concordância, ou não, em relação à forma como a sua satisfação é percecionada. Isto é, se entre os deslocados existe uma tendência geral de valorização da

dimensão “lazer”, torna-se interessante perceber que julgamento é feito pela generalidade destes entrevistados sobre a possibilidade em satisfazê-la estando em Ponte da Barca. Cobrindo várias das dimensões mencionadas, permite-se perceber os principais contributos e ameaças à qualidade de vida no território identificados pelo grupo de deslocados e pelo grupo de residentes.

Com esse fim, apresenta-se no quadro 3.2 o número de entrevistados “satisfeitos” e “insatisfeitos” com cada uma das dimensões particularmente valorizadas entre os deslocados (aquelas que foram referidas pelo menos por 5 entrevistados do mesmo grupo na resposta à pergunta 1). Seguindo o mesmo princípio, apresenta-se no quadro 3.3 os resultados registados entre os residentes. Para uma leitura correta dos quadros sublinha-se apenas a particularidade dos “aspetos financeiros” – única dimensão onde alguns dos entrevistados identificaram vários aspetos³¹ - onde o número de “satisfeitos” e “insatisfeitos” é referente ao número de aspetos e não de entrevistados, e entre esses vários aspetos, isola-se apenas os resultados do “emprego” pela frequência com que é referido dentro dos “aspetos financeiros”.

Dimensões	Satisfeitos	Não satisfeitos
“lazer”	1	5
“aspetos financeiros”	2	3
• Emprego	0	3
“saúde”	2	3
“contacto com a natureza”	5	0
“ambientes de agitação humana”	2	2
“oferta cultural”	0	5

Quadro 3.2: Deslocados - Contributos e ameaças à qualidade de vida local

Dimensões	Satisfeitos	Não satisfeitos
“ambientes calmos”	9	1
“aspetos financeiros”	4	5
• Emprego	0	4
“saúde”	1	5
“contacto com a natureza”	4	0
“proximidade da família/amigos”	5	0

Quadro 3.3: Residentes - Contributos e ameaças à qualidade de vida local

Os dados apresentados no quadro 3.2 indicam que:

- O “contacto com a natureza” se apresenta como a única dimensão de qualidade de vida cuja satisfação é unanimemente reconhecida.
- Em relação aos “ambientes de agitação humana” existem opiniões divididas, com 2 entrevistados a mostrarem-se “satisfeitos” e outros 2 a mostrarem-se “insatisfeitos”. No entanto, destaca-se a nuance existente nas duas respostas de satisfação.

³¹ Exemplo: E9 identifica “emprego”, “habitação” e “preços de restauração”.

- E1: justifica a sua satisfação por considerar Ponte da Barca relativamente próxima dos centros de maior atividade, mas admite que entrando na rotina de trabalho sentiria maior dificuldade em usufruir dos mesmos.
- E4: admite que essa dimensão é satisfeita, mas ao desenvolver a resposta reconhece que só o é “no verão”.
- Em relação à “saúde” e aos “aspectos financeiros” é ligeiramente superior o número de entrevistados que se mostram “insatisfeitos”, embora também em relação a ambos os aspectos se encontre uma divergência de posições. Destaca-se apenas a unanimidade encontrada em relação à “insatisfação” do aspecto “emprego”.
- Nas dimensões “oferta cultural” e “lazer” manifesta-se maior desagrado. Na primeira todos os entrevistados se mostram “insatisfeitos”, e na segunda apenas 1 (E4) se mostra “satisfeito”, e este admite que a dimensão “lazer” é satisfeita apenas durante o “verão”.

Os dados apresentados no quadro 3.3 indicam que:

- O “contacto com a natureza” e a “proximidade da família/amigos” são unanimemente percebidos como “satisfeitos”.
- O “ambiente calmo” é amplamente reconhecido como “satisfeito”. Dentro dos 10 entrevistados apenas 1 (E18) se mostra “insatisfeito”, considerando Ponte da Barca “demasiado calma” para si, já que também procura algum “dinamismo”.
- Nos “aspectos financeiros” é onde se encontra maior divergência de posições, ainda assim, encontra-se um consenso na insatisfação em relação ao “emprego”.
- A “saúde” é genericamente percebida como insatisfeita.

Entre o grupo de deslocados, nota-se que as suas preferências não são suficientemente satisfeitas estando em Ponte da Barca - 5 das 6 dimensões de qualidade de vida mais valorizadas apresentam um número maior de “insatisfeitos”. Neste grupo aponta-se para o “contacto com a natureza” como o principal ativo da qualidade de vida no território, e identifica-se nas dimensões de “lazer”, “oferta cultural” e “emprego” as suas principais ameaças.

Entre os residentes, nota-se que as suas preferências são mais ou menos satisfeitas estando em Ponte da Barca - 3 das 5 dimensões de qualidade de vida mais valorizadas apresentam um maior número de “satisfeitos”. Neste grupo aponta-se para o “contacto com a natureza”, “proximidade da família/amigos” e “ambiente calmo” como os principais ativos da qualidade de vida no território, e identifica-se na “saúde” e no fator “emprego” as principais ameaças.

2.3. “Tendo isso em conta, achas que Ponte da Barca é um bom sítio para viveres?”

As respostas à pergunta 3 são de “sim” e “não”, no quadro 3.4 apresenta-se as respostas dadas por cada entrevistado pertencente ao grupo de deslocados e ao grupo de residentes.

DESLOCADOS	Respostas
E1	NÃO
E2	NÃO
E3	NÃO
E4	SIM
E5	NÃO
E6	NÃO
E7	SIM
E8	SIM
E9	SIM
Total	5 – “NÃO”; 4 – “SIM”
RESIDENTES	Respostas
E10	Não
E11	SIM
E12	SIM
E13	NÃO
E14	SIM
E15	NÃO SABE
E16	SIM
E17	NÃO
E18	SIM e NÃO
E19	SIM
Total	3 – “NÃO”; 5 – “SIM”

Quadro 3.4: Considerações sobre a vida em Ponte da Barca

Os resultados obtidos mostram algum equilíbrio entre o número de respostas positivas e respostas negativas registadas em cada um dos grupos e na generalidade da amostra. No total contabilizam-se 9 respostas positivas e 8 negativas. Entre os deslocados, as respostas negativas (5) superam ligeiramente as positivas (4). Pelo contrário, entre os residentes as respostas positivas (5) superam as negativas (3). No interior do grupo de residentes registam-se ainda duas respostas imprecisas, sendo que:

- E15 acredita que a definição de um bom sítio para residir varia em função do tempo, e de momento almeja uma vida móvel, de deslocações e regressos constantes.
- E18 diz-se satisfeito com o facto de residir de momento em Ponte da Barca, mas confessa que tem perspetivas futuras de residir noutro lugar.

Em relação aos 8 entrevistados que não consideram Ponte da Barca um bom um sítio para residir, percebeu-se que as suas justificações assentaram em duas grandes razões: a procura por ambientes com maior agitação humana e com mais atividades³² (4D; 1R); e a procura por lugares

³² Leia-se “coisas para fazer”.

com mais e/ou melhores oportunidades profissionais (3D; 2R). E dentro deste grupo, 4 entrevistados (3D; 1R) argumentaram que, mesmo não considerando Ponte da Barca um bom sítio para residir “de momento”, conseguem perspetivar um regresso, e as razões variam entre: eventual constituição de família (1D; 1R); e usufruir da reforma (2D).

2.4. “Quando pensas em Ponte da Barca quais são as primeiras 3 palavras que te vêm à cabeça?”

Na pergunta 4 procurou-se perceber que associações é que seriam feitas por cada entrevistado quando desafiado a partilhar as três primeiras palavras que lhe ocorriam ao falar-se em “Ponte da Barca”³³. No quadro 3.5 apresentam-se as respostas de cada entrevistado, acompanhadas da sua qualificação, se “positivas”, se “negativas”, com base no esclarecimento dado por cada um.

Deslocados	RESPOSTAS	QUALIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
E1	Frustração; Beleza; Egoísmo	Negativa Positiva Negativa
E2	Família; Natureza; Calma	Positivas
E3	Rio; Horta; Mãe	Positivas
E4	Monte; Sossego; Família	Positivas
E5	Players; Calma; Amigos	Positivas
E6	Família; Tradição; Natureza	Positivas
E7	Calma; Rio; Morto	Positivas Negativa
E8	Diferente; Especial; Limitada	Positivas Negativa
E9	Tranquilidade Ausência de plano cultural; falta de oportunidades;	Positiva Negativas
Residentes	RESPOSTAS	QUALIFICAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES
E10	Aborrecimento; Monotonia; Falta de oportunidades	Negativas
E11	Ambiente; Pequeno; Familiaridade	Positivos
E12	Amizade; S. Bartolomeu; Barca Doce	Positivas
E13	Verde; Amigos/Família; Segurança	Positivas
E14	Amizade; Beleza; Mística	Positivas
E15	Casa; Paixão; Rio	Positivas
E16	Limpo; Segurança; Familiar	Positivas
E17	Rio; Podium; Amigos	Positivas
E18	União; Casa/Família; Diversão com os amigos	Positivas
E19	Família; Casa; Segurança	Positivas

Quadro 3.5: Associações ao território

No total das 57 associações feitas pelo conjunto dos 19 entrevistados, os resultados revelam um grande predomínio do número de associações de natureza “positiva” (48) face ao número de associações de natureza “negativa” (9). Note-se que as associações de natureza

³³ Esta pergunta não converge com nenhum dos objetivos definidos para a dissertação, tratando-se apenas de uma curiosidade do investigador.

negativa são apresentadas sobretudo por 4 deslocados (E1; E7; E8; E9). Já entre os residentes, todos os entrevistados apresentam unicamente associações positivas, à exceção de E10 – o único entrevistado dos 19 em que associa Ponte da Barca apenas a aspetos negativos.

Dentro da grande diversidade de palavras apresentadas pelos 19 entrevistados, sublinha-se a frequência com que se associa Ponte da Barca a:

- **Laços sociais e/ou territoriais:** Mencionados **18 vezes** por 14 entrevistados (9R; 5D), cabendo nesta categoria palavras como: “Casa”; “Família”; “Amigos”; “Paixão”; “Mística”; “Amizade”; “Familiaridade”.
- **Paisagem:** Mencionados **11 vezes** por 11 entrevistados (6D; 5R), cabendo nesta categoria palavras como: “Rio”; “Natureza”; “Ambiente”; “Verde”; “Beleza”.
- **Ambientes calmos:** Mencionado **5 vezes** por 5 entrevistados deslocados, cabendo nesta categoria palavras como: “Calma”; “Sossego”; “Tranquilidade”.
- **Falta de atividade:** Mencionado **5 vezes** por 4 entrevistados (2D; 2R), cabendo nesta categoria palavras como: “Aborrecimento”; “Monotonia”; “Pequeno”; “Limitada”; “Morto”.
- **Bares/Restaurantes:** Mencionado 3 vezes por 3 entrevistados (1D; 2R), cabendo nesta categoria palavras como: “Players”; “Barca Doce”; “Podium”.
- **Falta de oportunidades:** Mencionados 3 vezes por 3 entrevistados (2D; 1R), cabendo nesta categoria palavras como: “Limitada”; “falta de oportunidades”.

Por último, é interessante verificar que as associações predominantemente positivas registadas na presente pergunta se encontram significativamente desalinhadas com os resultados da pergunta 3. Dos 8 entrevistados que afirmam que Ponte da Barca não se apresenta como um bom sítio para residir, são 6³⁴ aqueles que associam, em simultâneo, o território a aspetos unicamente positivos.

2.5. “Existe alguma altura do ano em que preferias estar em Ponte da Barca a estar noutra qualquer?”

Nas respostas dadas pelos 19 entrevistados observa-se uma particular preferência por estar em Ponte da Barca durante:

- O “**verão**” - indicado por **17³⁵** dos 19 entrevistados (8D;9R).
 - 2 entrevistados deslocados (E2; E3) referem, ainda assim, que gostam de estar “apenas por uns dias”.

³⁴ Entrevistados em questão: E2; E3; E5; E6; E13; E17.

³⁵ Número inclui os dois entrevistados (E1; E19) que se referem ao mês de “agosto” e não especificamente ao “verão”.

- O “**S. Bartolomeu**”³⁶ – indicado por **10** dos 19 entrevistados (5R; 5D).
- As épocas de “**Natal e/ou Páscoa**” - indicado por **4** dos 19 entrevistados (3D; 1R).
- A “**passagem de ano**” – indicado por **3** dos 19 entrevistados (3D).
- O “**inverno**” – indicado por **2** dos 19 entrevistados (2R).

A cada entrevistado pediu-se, ainda, que apresentasse uma justificação da sua resposta, permitindo, não só, a identificação das alturas de maior atratividade em Ponte da Barca, mas também os fatores de atratividade do território mais valorizados por cada um. Abaixo apresentam-se, para cada altura do ano, os fatores de atratividade identificados pelos mesmos. Segundo os 17 entrevistados, o “verão” mostra-se particularmente atrativo por força dos seguintes fatores:

- “**Laços sociais**” – indicado por **10** entrevistados (4D; 6R).
 - 8 entrevistados mencionam o “encontro com os amigos” (3D; 5R).
 - 2 entrevistados mencionam a “família” (1D; 1R).
- Usufruto dos “**recursos naturais**” - indicado por **9** entrevistados (4D; 5R).
- Existência de “**mais movimento**” – indicado por **7** (2D; 5R).
- Existência de “**mais atividades**” – indicado por **6** entrevistados (3D; 3R).
- Existência de “**festas**” – indicado por **4** entrevistados (1D; 3R).
- “**Maior sossego que na cidade**” – indicado por **2** entrevistados (2D).
- Além destes, são ainda apresentados, de forma isolada, fatores de atratividade como: “facilidade em deslocar-se a pé” (E5); “esplanadas mais baratas e mais calmas que noutros lugares” (E11); “segurança com os pertences no rio” (E11); “vila mais jovem” (E16); “convívios” (E19); e “S. Bartolomeu” (E19).

Segundo os 10 entrevistados, o “S. Bartolomeu” mostra-se particularmente atrativo por força dos seguintes fatores:

- “**Laços sociais**” – indicado por **8** entrevistados (3D; 5R).
 - 6 entrevistados mencionam os “encontros comunitários” (2D; 4R).
 - 2 entrevistados mencionam os “encontros com amigos” (1D; 1R).
- “**Felicidade**” que se sente nesta altura – indicado por **3** entrevistados (1D; 2R)
- Além destes, são ainda apresentados de forma isolada fatores como “nostalgia” (E2); “sentido de casa” (E3); “tradições familiares” (E8); “movimento” (E12); “união” (E15).

³⁶ Festas populares do concelho que se realizam de 19 a 24 de agosto (referência importante para o resto da análise).

Segundo os 4 entrevistados, o “Natal/Páscoa” mostra-se particularmente atrativo por força dos seguintes fatores:

- **“Laços sociais”** – indicado por **todos** os entrevistados (3D; 1R).
 - Todos os entrevistados mencionam a “família”.
 - 2 entrevistados mencionam os “amigos”.
- Além destes, E6 aponta ainda para fatores como os “rituais jovens comunitários” (em relação ao Natal) e “nostalgia” (em relação à Páscoa).

Segundo os 3 entrevistados, a “passagem de ano” mostra-se particularmente atrativa por força dos seguintes fatores:

- **“Laços sociais”** – indicado por **todos** os entrevistados (3D).
 - Todos os entrevistados mencionam os “amigos”.
 - 2 entrevistados mencionam a “família”.
- Existência de **“rituais jovens comunitários”** – indicado por 2 entrevistados (2D).
- Além destes, E5 aponta ainda para a existência de “movimento” como um fator de atratividade.

Em relação aos 2 entrevistados que apontaram para o “inverno” como uma altura particularmente atrativa, ambos partem de uma comparação com os invernos que passaram na cidade onde estudaram para apresentar as seguintes justificações:

- E11: Em Ponte da Barca há mais facilidade em estacionar o carro próximo dos lugares para onde pretende ir, estando menos exposto à chuva.
- E17: Admite que passava frio na sua residência universitária, achando maior conforto na sua casa em Ponte da Barca.

A partir dos resultados obtidos das respostas à pergunta 5 identifica-se na totalidade da amostra uma convergência para algumas ideias-chave, nomeadamente:

- A quase unanimidade que se verifica ao julgar Ponte da Barca particularmente atrativa durante o “verão”. Note-se que os únicos dois entrevistados que não o referiram na sua resposta (E6 e E12), acabaram por identificar o S. Bartolomeu (que ocorre em agosto).
- A preferência por estar em Ponte da Barca em alturas propícias ao fomento dos “laços sociais” - sejam eles familiares, de amizade, ou comunitários – é partilhada por 16 dos 19 entrevistados, tratando-se do fator de atratividade mais vezes mencionado.

- O entendimento dos “recursos de naturais” como um grande fator de atratividade, especialmente durante o “verão”. Presente nas respostas de 9 dos 19 entrevistados, torna-se no segundo fator mais vezes abordado.
- Um gosto particular por estar no território em alturas em que se observam mais pessoas nas ruas e há mais atividades para fazer – ideia que se retira da frequência com que se identificam o “movimento”, as “festas” ou “mais atividades” como fatores de atratividade. Apesar de apresentados como três fatores de atratividade distintos, admite-se que são de difícil dissociação. Pelo menos um destes três fatores encontra-se presente em 15 das 19 respostas.

Adicionalmente, houve oportunidade de explorar em algumas entrevistas a forma como os entrevistados caracterizam Ponte da Barca na generalidade do ano, em contrapartida com o “verão” ou momentos festivos como “Natal”, “passagem de ano” ou “S. Bartolomeu”. Nas 15 entrevistas em que este ponto foi desenvolvido, encontra-se uma grande convergência na perceção dos entrevistados, caracterizando o território como um local sem dinamismo e com pouca atividade, provocando por vezes sentimentos negativos às pessoas. Abaixo apresentam-se alguns excertos das entrevistas de forma a transparecer devidamente esta ideia:

E2: *“para mim a barca também é muito aquela semana de São Bartolomeu, espelha muito o que é a Barca. Tens uma semana durante o ano que tens muita gente, é festa o dia inteiro, a semana inteira, em todo o lado, em vários pontos, e depois, do nada, tu vês no dia a seguir ao fogo e a vila cai completamente, vira uma Vila fantasma de um dia para outro, que é absurdo.”*

E4: *“para a idade que temos não existe assim nada durante o ano que nos faça ficar aqui e que dê para uma pessoa curtir (...) se estivesse cá durante o inverno ia-me sentir um pouco deprimida porque, lá está, neste momento também já o pessoal está a fazer sua vida, nem está tudo cá, e no ano passado passei aqui um pouco do inverno e a verdade é que estava mesmo muito deprimida, sentia-me mais sozinha.”*

E13: *“O inverno na Barca é muito deprimente, muita chuva, é deprimente, não sei. Não se vê ninguém na rua, não se passa nada, não tens nada para fazer aqui, tás a ver? É bué morto. Não tens nenhum sítio para ir onde possas fazer alguma coisa de interessante.”*

E16: *“gostar da Barca gosto de estar no verão, aí nem penso estar noutra sítio estás a perceber? Porque o pessoal está cá, para que é que eu quero ir para outro sítio? Quero aproveitar o que não aproveitei durante o ano. Agora se me perguntares se gosto de estar em cá em fevereiro, não. (...) sinto-me bué aborrecida. Mesmo aqui em termos de trabalho são os meses mais fraquitos, então nem aqui estou para me entreter tanto, não tenho tanto para puxar por mim.”*

E18: *“Talvez no verão, mas no inverno não. (...) É mais depressivo, é o que eu acho, porque não há nada a acontecer na Barca. (...) Por exemplo, no inverno passado eu pensei sinceramente em ir viver para o Porto.”*

Os 5 excertos apresentados (2D; 3R) revelam-se uma boa amostra daquelas que foram as principais ideias partilhadas pelos 15 entrevistados (8D; 7R), notando-se o uso recorrente de adjetivos como “morta”, “parada”, “depressiva” ou “deserta” para qualificar o território durante a maioria do ano, com particular enfoque nos tempos de inverno.

2.6. Juízos sobre os regressos dos deslocados e a permanência dos residentes

A pergunta 6 divide-se em duas versões: a) é colocada ao grupo de deslocados, com objetivo de recolher informação sobre a frequência e os motivos dos regressos; b) é dirigida ao grupo de residentes, com o objetivo de perceber se qualificam a sua permanência como “transitória”, caso tenham em perspetiva uma saída do território, ou se, pelo contrário, se mostram “motivados a permanecer” em Ponte da Barca e porquê.

A versão a) foi também colocada, excecionalmente, a dois entrevistados da população residente (E11; E17)³⁷ devido às circunstâncias especiais que os mantinham no território.

2.6.1. a) “Quais são os principais motivos para regressares a Ponte da Barca e com que frequência o fazes?”

Para uma interpretação mais fina dos resultados alusivos à frequência dos regressos, partilha-se, em primeiro lugar, os locais de residência de cada um dos 11 entrevistados alvo da presente questão. O grupo de entrevistados dispersa-se por 5 grandes cidades: Braga (E11); Guimarães (E5); Coimbra (E17); Porto (E4; E7; E8); Lisboa (E1; E2; E3; E6).

Entre os 11 entrevistados que responderam à presente questão, observa-se que:

- **5** indicam que regressam **mais de uma vez por mês**.
 - 4 indicam que regressam todos os fins de semana (E5; E7; E8; E11).
 - 1 indica que regressa a cada três semanas (E4).
- **4** indicam que regressam **uma vez por mês** (E2; E3; E9; E17).
- **1** indica que regressa **a cada dois meses** (E1).
- **1** indica que a **frequência** dos regressos é **incerta** (E6).

Em relação aos motivos dos regressos, observa-se que:

- **10** dos 11 entrevistados apontam para os **“laços sociais”**, sendo que:

³⁷ Enquanto recém graduados, ambos respondem à questão referindo-se aos tempos de estudante.

- Os “**laços familiares**” são indicados pelos 10 entrevistados (4 dos quais apresentam-no como único motivo de regresso - E2; E3; E6; E17).
- Os “**laços de amizade**” são indicados por 5 entrevistados (2 dos quais admitem que é um motivo secundário à família - E4; E9).
- **3** dos 11 entrevistados apontam para o “**conforto**” (todos estudantes - E7; E8; E11).
 - E7, o único entrevistado que não apresenta objetivamente os “laços sociais” como motivo de regresso, desenvolve a ideia de “conforto” dizendo:

“esta é a minha casa, digamos assim, a minha casa número 1. A outra... não é que me sinta mal no Porto, mas aqui tenho tudo feito, basicamente, tenho os amigos, a família...”
 - 2 entrevistados associam “conforto” sobretudo ao ambiente familiar que encontram em Ponte da Barca (E7; E8).
 - 1 entrevistado associa “conforto” sobretudo às condições materiais de que usufrui na casa dos pais (E11).
- Além destes, são ainda apresentados de forma isolada motivos como: “trabalho” (E1); “escape da cidade” (E4); “Players³⁸” (E5).

2.6.2. b) “Olhas para a tua permanência como transitória, ou há algo que te motiva a ficar por cá?”

Entre os 7 entrevistados que responderam à presente questão, **4** qualificam a sua estadia como “**transitória**”, e entre os motivos para sair regista-se: a procura de emprego (E13; E18); a procura por “novas experiências” (E10); ir ao encontro do parceiro amoroso (E12); e a procura por “mais atividade” (E18). Os restantes **3** entrevistados apresentam-se “**motivados a permanecer**”, e os motivos variam entre: a afetividade ao território (E14; E19); os laços sociais - “comunitários” (E14) e “familiares” (E16); e o emprego (E16).

No que toca às respostas obtidas na pergunta a), e em relação à frequência dos regressos, observa-se que os 5 entrevistados que regressam mais frequentemente (mais de uma vez por mês) são também aqueles cujo local de residência é mais próximo de Ponte da Barca - 3 residentes na cidade do Porto, 1 residente na cidade de Braga e 1 residente da cidade de Guimarães. Já os entrevistados que apenas regressam uma vez por mês ou a cada dois meses, são aqueles que residem em cidades significativamente mais distantes de Ponte da Barca - 1 residente da cidade de Coimbra e 4 na cidade de Lisboa.

Em relação aos motivos de regresso, observa-se quase uma unanimidade no indicar da “família” (apenas um entrevistado não a refere de forma objetiva, mas acaba por sublinhar a

³⁸ Bar onde costuma conviver com os amigos.

sua importância). A importância dos “laços sociais”, como motivação para regressar, é reforçada pelos 5 entrevistados que, além da família, indicam os “amigos”. Entre os 4 entrevistados que abordam os regressos a partir de um olhar estudantil identifica-se uma tendência para achar maior “conforto” em Ponte da Barca - referido por 3 deles na resposta a esta questão, e por E17 numa outra fase da entrevista.

Nas respostas à pergunta b), o número de entrevistados que qualificam a sua permanência como “transitória” (4) é residualmente superior àqueles que se apresentam “motivados a permanecer” (3).

Entre os motivos para sair, existe bastante diversidade nas razões apresentadas, sendo que a “procura por emprego” é única partilhada por 2 entrevistados. Já entre as razões para permanecer, sublinha-se uma vez mais a importância dos “laços” - apontado pelos 3 entrevistados. Neste caso, os “laços” não se referem apenas ao domínio social, onde se inserem os “familiares” e “comunitários”, apontando-se também para os laços ao “território”, pela afetividade demonstrada em relação mesmo.

2.7. “O que é que seria importante mudar em Ponte da Barca para se tornar mais atrativa para ti?”

Dos 19 entrevistados, 15 apontaram para fatores de natureza diversa que gostavam de ver transformados em Ponte da Barca, dos quais se destacam:

- A necessidade de criação de “**maior atividade e dinamismo**” no território, indicada por 7 entrevistados (3D; 4R), expressando a ideia de várias formas:
 - 3 identificam a necessidade de “mais eventos”, “mais diversos” ou “mais dispersos ao longo do ano” (E2; E12; E19).
 - 2 desejam “maior atividade noturna” (E12 e E18).
 - 1 identifica como problema a inexistência de atividades nos bares e cafés locais (E4).
 - 1 deseja “mais dinamismo” por parte dos comerciantes locais e a organização de mais eventos nos seus espaços (E16).
 - 2 apelam à necessidade de atrair mais pessoas para frequentar a vila (E2; E6).
- Mais e/ou melhores “**oportunidades de emprego**”, apontado por 5 entrevistados (1D; 4R).
- Melhoria da “**ação cultural**”, apontada por 5 entrevistados (**4D; 1R**), mas sublinhando pontos distintos:
 - E1: reclama por iniciativas culturais diversas, além de uma cultura de concertos e espetáculos, exemplificando com o fomento do cinema, de exposições e de debates.
 - E4: apela à existência de “mais atividades culturais”, nomeadamente espetáculos.

- E6: sente que em Ponte da Barca se confunde “cultura” com “tradição” e que a programação cultural se concentra demasiado na promoção da segunda.
- E15: apela a uma programação cultural mais direcionada ao público mais jovem, mas admite que “já foi pior”.
- A **“mentalidade da população”**, identificado por **2** entrevistados (1D; 1R) considerando ambos que a população local não procura o desconhecido e que se encontra muito confinada à realidade local (E6; E10).
- Além destes, são mencionados de forma isolada fatores como: melhoria dos transportes e mais atividades educativas informais (E6); melhor ação partidária e o devido cuidar do rio (E7); fomento do comércio local (E8); melhor ação política (E13); mais promoção turística (E14); incentivos à constituição de família e mais habitação (E15); recintos desportivos gratuitos (E18).

Importa destacar, também, os **4** entrevistados que **aditem não identificar qualquer aspeto que pudesse ser transformado em Ponte da Barca** de forma que se tornasse mais atrativa para os mesmos (2D; 2R). Cada entrevistado apresenta uma justificação particular:

- E3: parte do princípio de que as coisas de que desgosta são características de meios de pequena dimensão e não propriamente uma anomalia local. No entanto, vê benefícios na existência de “mais oferta cultural” e “atividades de lazer nos espaços naturais”.
- E5: confessa que gosta de Ponte da Barca precisamente por ser como é, achando necessária a existência de “zonas mais pacatas”. Tem medo de que muitas alterações possam desvirtuar o território. Introduce o tema da oferta cultural, mas considera que não se pode exigir muito de terras tão pequenas.
- E11: Admite que gosta de residir em Ponte da Barca. Introduce o tema da oferta cultural e vê no mesmo um motivo de afastamento de alguns jovens, mas também considera que é difícil para uma terra pequena agradar a gostos diversos.
- E17: partilha o desconforto que sente com o controlo social existente em meios de pequena dimensão e com relações de proximidade, tornando Ponte da Barca invariavelmente pouco atrativa para si. No entanto, identifica um grande problema no mercado de trabalho local, pelas poucas oportunidades e pelos salários baixos.

Os dados referentes à pergunta 7 caracterizam-se pela grande diversidade de respostas recolhidas, não apontando para muitas ideias comuns no interior da amostra, sendo que a necessidade de criação de “maior atividade e dinamismo” no território é a ideia que se apresenta com maior frequência, referida por 7 dos 19 entrevistados.

Num olhar para cada um dos grupos, identifica-se uma certa tendência, entre os deslocados, para atribuir particular importância à transformação da “ação cultural”, mencionado por 4 dos 9 entrevistados. Já entre os residentes, menciona-se com maior frequência a necessidade de transformação do mercado de trabalho local, com 4 dos 10 entrevistados reclamando por “mais e melhor emprego”.

Sobre os 4 entrevistados que não acham forma de o território se poder tornar mais atrativo para os próprios, observa-se duas posições de base manifestamente contrastantes, já que: 2 entrevistados se apresentam satisfeitos com Ponte da Barca tal como é (E5; E11); e 2 entrevistados caracterizam Ponte da Barca como um meio onde existe alto controlo social, tornando-a invariavelmente pouco atrativa (E3; E17).

2.8. “Estarias disposto a fazer alguma coisa por isso?”

A pergunta 8 distingue-se das restantes presentes no questionário pela forma como é condicionada pelas respostas dadas por cada entrevistado à pergunta 7. Deste modo, mostra-se inapropriada a sua colocação a alguns dos participantes, como E5, E11 e E12 por não terem identificado alvos de mudança no território. Assume-se, no entanto, como particular o caso de E3 por ter conseguido enumerar algumas transformações que acreditava que poderiam impactar positivamente o local.

Ademais, determinados pontos de mudança identificados pelos entrevistados não foram alvo de questionamento, por não se considerar aplicáveis a uma questão que entra no domínio da participação cívica. Exemplificando, E15 identifica “apoios à constituição de família” como um alvo de mudança, e fala em políticas de isenção do Imposto Municipal dos Imóveis. Neste caso, não se achou pertinente perguntar “Estarias disposto a fazer alguma coisa por isso?”, já que se depreende que esta dimensão entra no raio de ação da câmara municipal e não do indivíduo. Partindo desta linha de raciocínio, justifica-se também a não colocação da pergunta ao entrevistado E9.

Prestados os esclarecimentos, apresenta-se no quadro 3.6 o tema em que assentou a colocação da pergunta 8 para cada um dos 15 entrevistados (7D; 8R), acompanhado da resposta dada, “sim” ou “não”.

Entrevistados	Tema	Resposta
E1	Cultura	Sim
E2	Atividades de dinamização	Não
E3	Cultura	Não
E4	Cultura	Sim
E6	Cultura	Não
E7	Cultura	Sim

E8	Cultura	Sim
E10	Mentalidade da população	Não
E12	Mais eventos e atividade noturna	Sim
E13	Qualquer tipo de participação cívica	Sim
E14	Promoção Turística	Sim
E15	Cultura	Não
E16	Dinamismo dos proprietários dos negócios locais	Sim
E18	Construção de recintos desportivos gratuitos	Sim
E19	Emprego; Eventos	Sim

Quadro 3.6: Participação cívica

No quadro 3.6 observa-se que dos 15 entrevistados, **10** mostram-se **disponíveis** a participar (4D; 6R), dos quais:

- 2 afirmam que já participam de algum modo (2R).
 - E16 com a organização de eventos para a população no espaço do seu negócio.
 - E19 enquanto membro da associação da sua freguesia, organizando eventos diversos.
- 2 mostram-se indisponíveis para serem “impulsionadores dessas iniciativas” (2D).
 - E1 justifica-se por más experiências passadas, onde sublinha a falta de apoio da câmara municipal, e revela que se encontra numa fase mais egoísta.
 - E7 sente que não seria uma pessoa indicada para estar à frente de qualquer organização.
- 2 apresentam uma ideia mais desenvolvida de como tencionariam materializar essa participação (2R).
 - E14: enumera vários aspetos do património local, refletindo criticamente sob o seu subaproveitamento e o seu potencial, assim como o tipo de turismo que gostava de promover em Ponte da Barca.
 - E19: reflete sobre as tendências de envelhecimento da população local e os tipos de negócios que serão precisos para servir uma população idosa.
- E8 confessa que não saberia como poderia ajudar.
- E12 mostra-se disponível para contribuir de qualquer forma para a organização de eventos musicais.
- E13 mostra-se disponível para voluntariados de qualquer natureza.
- E14 mostra-se disponível para integrar a equipa municipal de promoção do turismo local, e sente uma responsabilidade para com a terra.
- E18 mostra-se disponível para contribuir monetariamente.
- E19 tem perspectivas de iniciar o seu próprio negócio local.

Entre os 5 entrevistados que se mostraram **indisponíveis** a participar (3D; 2R), são 3 os entrevistados que afirmam que “já estiveram disponíveis”, e que efetivamente já tentaram contribuir, mas relatam experiências negativas (2D; 1R).

- E3 sublinha a falta de resposta da câmara municipal e o pouco interesse da população local.
- E6 não se revê numa cultura política movida por interesses e com ausência de diálogo.
- E15 sublinha a falta de resposta da câmara municipal.

Entre os grupos dos 5 entrevistados indisponíveis, são 2 aqueles que se mostram desacreditados de uma perspetiva de mudança (1D; 1R).

- E2 sublinha a questão de falta de apoio vindo da câmara municipal.
- E10 qualifica a população local como “conformista”.

Analisando as respostas dos 15 participantes, observa-se que o número de entrevistados que se mostram “disponíveis” a participar (10) é duplamente superior ao número de entrevistados que se mostram “indisponíveis” (5). Mesmo no interior de ambos os grupos – deslocados e residentes - observa-se que a tendência para haver mais pessoas “disponíveis” se mantém. Ainda assim, esta “disposição a participar” é particularmente evidente entre os residentes – 6 dos 8 entrevistados mostram-se “disponíveis”.

Ainda que sejam 10 os entrevistados que se mostram disponíveis, observa-se que apenas 2 se encontram a pôr em prática essa “disposição a participar” (ambos residentes), e apenas 2 apresentam uma ideia mais desenvolvida de como tencionariam materializar essa participação (ambos residentes). Entre os deslocados, 2 dos 4 que se mostram “disponíveis” alertam para a indisponibilidade em serem “impulsionadores de iniciativas”.

Entre as razões que apresentadas pelos 5 entrevistados que se mostram “indisponíveis”, sublinha-se a questão das “más experiências” de participação cívica relatadas por 3 entrevistados, e a desacreditação em relação a qualquer possibilidade de mudança manifestada por 2 entrevistados.

Entre os 4 entrevistados que partilham “más experiências” em tentativas de participação cívica, repara-se que todos apontam para o problema de “má conduta política”, sublinhando a “falta de apoio” da câmara municipal (E1; E3; E15) e a existência de uma cultura política “movida por interesses” (E6).

2.9. Informação adicional

À medida que se foi avançando com a realização das entrevistas despertavam-se com frequência novas interrogações, que não se encontravam diretamente relacionadas com os objetivos definidos para o presente trabalho, e por isso, não se encontravam respostas a partir das 8 questões que constituíam o guião das entrevistas. Neste ponto partilha-se, assim, alguma informação adicional retirada das conversas com alguns dos entrevistados, que pelo seu interesse não poderiam ficar confinadas aos registos pessoais do investigador.

Os dados recolhidos debruçam-se sobre dois tópicos principais que foram identificados: a capacidade de satisfação de necessidades que ficam por suprir em Ponte da Barca recorrendo aos territórios circundantes; e o eventual impacto do trabalho remoto sobre a intensidade dos regressos (frequência/duração) ou nas decisões de localização. É ainda partilhado um terceiro ponto que resulta de uma observação de um fenómeno recorrente em várias entrevistas – tendências de comparação de Ponte da Barca com os municípios vizinhos.

2.9.1. “As necessidades que identificas que ficam por satisfazer em Ponte da Barca, sentes que consegues satisfazê-las recorrendo aos territórios envolventes?”

A presente pergunta foi dirigida a 11 dos 19 entrevistados (5D; 6R), e no quadro 3.7 apresentam-se as necessidades que cada entrevistado identificou como não satisfeitas em Ponte da Barca, acompanhado da sua resposta – “sim” ou “não”. Enquanto algumas respostas se mostram inequívocas, há outras que envolvem alguma nuance (marcadas com um “*”), cujo esclarecimento é posteriormente desenvolvido.

Entrevistados	Necessidade não satisfeitas localmente	Possibilidade de satisfação nos territórios circundantes
E3	“mais atividade e movimento”	não*
E4	“praias” e “movimento urbano” “vida noturna”	sim (ambas) não
E6	“atividades culturais”	sim*
E7	“prática desportiva variada”	sim*
E8	“atividades culturais”	sim*
E10	“emprego”	sim
E14	“restauração diversificada”	sim
E15	“novidade e dinamismo”	sim*
E16	“atividades de lazer”	sim
E18	“prática desportiva” e “vida noturna”	sim (ambas)
E19	“mais movimento”	sim

Quadro 3.7: Satisfação das necessidades nos territórios envolventes

Os resultados do quadro 3.7 mostram que esmagadora maioria dos entrevistados admite conseguir satisfazer as suas necessidades nos territórios que circundam Ponte da Barca, destacando-se apenas as respostas negativas de: E3, que responde a partir de um olhar sobre a

adolescência e da dificuldade de deslocação que sentia na altura (hoje admite ter menos problemas); e E4, que admite não conseguir satisfazer apenas um dos três aspetos que tinha identificado.

Dos 10 entrevistados que responderam positivamente à questão (incluindo E6), são 6 os que não apresentam qualquer embaraço quanto à acessibilidade de satisfação das necessidades apontadas. No sentido contrário, 4 dos entrevistados do grupo de 10 apresentam contrapartidas ao facto de terem de recorrer ao exterior do território, nomeadamente:

- E6 afirma que a possibilidade de usufruir de outras atividades culturais no meio envolvente não se traduz no seu aproveitamento, por não existir o “hábito de sair”;
- E7 admite que sempre teve a oportunidade de fazer prática desportiva noutras cidades, mas reconhece que para o cidadão comum não se trata de uma possibilidade;
- E8 argumenta que a necessidade de ter de recorrer ao meio envolvente faz com que usufrua menos dessas atividades do que aquilo que gostaria;
- E15 sente que é maçador ter de se deslocar frequentemente aos meios urbanos (Braga e Porto) para poder satisfazer essa necessidade.

2.9.2. Eventual impacto do trabalho remoto na frequência/duração dos regressos ou nas decisões de localização

O presente tópico foi discutido com apenas 6 dos 19 entrevistados (5D; 1R), e os resultados revelam que desse grupo, são 4 os entrevistados (3D; 1R) que admitem que trabalhar remotamente poderia influenciar alguns destes aspetos, sendo que: 3 entrevistados (2D; 1R) admitem que optariam por residir em Ponte da Barca; e 1 entrevistado (E6), que já usufrui dessa modalidade de trabalho, admite que lhe permite regressar mais frequentemente e por períodos mais longos.

Entre as motivações que justificariam a opção por residir em Ponte da Barca, nota-se que todos os 3 entrevistados revelam que seria uma escolha economicamente mais vantajosa, sendo que entre estes: E17³⁹ admite que essa seria a única razão que o levava a residir em Ponte da Barca; já E7 encontra também benefícios de proximidade com a família e amigos; e E9 encontra benefícios no “estilo de vida” de que poderia usufruir, numa comparação com grandes centros urbanos. Em relação à motivação que leva E6 a intensificar os seus regressos, confessa que se prendem sobretudo para se encontrar com o parceiro amoroso, que se não estivesse em Ponte da Barca levá-lo-ia a deslocar-se para outro lugar.

³⁹ Note-se que este entrevistado, ainda que residente, de momento só se encontra em Ponte da Barca por estar desempregado.

Os 2 dos 6 entrevistados (2D) que não vêm no trabalho remoto um fator de impacto significativo sobre as opções de residência, ou intensidades dos regressos, justificam a sua resposta do seguinte modo: E2 já se sente na sua casa em Lisboa, e admite que é aí que encontra atividades para se divertir; e E4 admite que o trabalho remoto seria mais benéfico para conhecer novos destinos.

2.9.3. Tendências de comparação com municípios vizinhos

Em 8 das 19 entrevistas (2D; 6R), verificou-se que os participantes, por iniciativa própria e de forma espontânea, estabeleciam comparações entre Ponte da Barca e a realidade envolvente, sobretudo com Arcos de Valdevez (município vizinho). Nestas tendências de comparação, observou-se que estas partiam sempre de uma posição de inferioridade de Ponte da Barca face aos territórios que circundam esta vila, e foram estabelecidas sobretudo em resposta à pergunta 7 – onde se pedia a identificação de aspetos locais que poderiam ser alvos de transformação para que o território se tornasse mais atrativo.

Entre as várias comparações registadas, observa-se uma inclinação para fazê-lo quando o tema da conversa gira em torno da ideia de criação de “mais atividade e dinamismo” no território, com os entrevistados a identificarem problemas como: “poucos eventos” (E2; E16); “falta de movimento” (E6); “falta de atividade” (E10); “promoção turística” (E14); “fraca atividade noturna” (E18). De forma mais isolada, encontra-se o estabelecimento de comparações em torno de temas como emprego (E15), apoios à constituição de família (E15) e existência de recintos desportivos gratuitos e variados (E18).

3. Compreensão geral dos resultados e articulação com o suporte teórico e os objetivos da dissertação

Na mesma linha dos contributos teóricos em que se sublinha a natureza subjetiva da qualidade de vida, também a concretização deste estudo empírico permitiu perceber a diversidade de respostas que são obtidas ao questionar as pessoas sobre as determinantes do seu bem-estar. Entre as múltiplas dimensões registadas durante as entrevistas, foi possível, ainda assim, identificar determinadas preocupações comuns à totalidade da amostra, caracterizando-se pela valorização dos “aspetos financeiros” (nomeadamente do “emprego”), da “saúde” e do “contacto com a natureza”. Além das preferências comuns à totalidade da amostra, identificou-se também algumas particulares de cada grupo. Entre os deslocados, nota-se uma tendência de particular valorização do “lazer”, de “ambientes de agitação humana” e da “oferta cultural”. No

seio da população residente, notou-se a atribuição de uma importância particular a “ambientes calmos” e à “proximidade da família e amigos”.

Nesta dissertação procurou-se uma abordagem sobre o desenvolvimento local e o processo de contração territorial que coloca no centro da análise a qualidade de vida no território. A partir das respostas dos 19 jovens barquenses que participaram neste estudo, percebeu-se que a população deslocada tende a apresentar um maior descontentamento quando comparada com a população residente. Ainda assim, ambos os grupos valorizam, e mostram-se satisfeitos, com o “contacto com natureza” proporcionado no território, o que permite considerar esta dimensão como um ativo do mesmo. Os residentes mostram-se agradados também com a proximidade das suas famílias e dos seus amigos, e com o ambiente de calma existente localmente. No sentido contrário, entre as ameaças à qualidade de vida, o “emprego” emerge como um aspeto que causa insatisfação na generalidade dos entrevistados, que reclamam por mais e melhores oportunidades de trabalho. Entre as particularidades de cada grupo, destaca-se a insatisfação mostrada pelos residentes em relação à dimensão “saúde”, repetindo-se as queixas de ausência de “serviços de urgência”; e entre os deslocados, aponta-se para as dimensões do “lazer” e da “oferta cultural” como os grandes motivos que justificam a sua insatisfação com a qualidade de vida local. Entre as dimensões satisfeitas e não satisfeitas, dados deste estudo apontam também para a importância da consideração do meio que circunda Ponte da Barca a partir das necessidades que permite ou não satisfazer, e de que forma se apresenta como um complemento viável às insuficiências locais.

A qualidade de vida no território foi ainda problematizada a partir dos julgamentos dos entrevistados quando interrogados se considerariam Ponte da Barca um “bom sítio para residir”, apresentando-se uma amostra bastante dividida, dado o grande equilíbrio observado entre as respostas afirmativas e negativas, ainda que se note que as respostas negativas advêm em maior número da população deslocada. Como principais razões de sustento das respostas negativas, registou-se o apontar para fatores como a falta de “agitação humana”, a falta de “atividades” e também de “emprego” – em linha com as ameaças à qualidade de vida apresentadas no parágrafo anterior. Em colisão com estas divergências de opinião, encontra-se o registo das palavras que cada entrevistado associa a Ponte da Barca, na sua grande maioria de índole positiva. Com destaque para a predominância de manifestações de afeto às pessoas e ao lugar, e de referência à paisagem. Entre as associações de índole negativa, repetem-se as ideias de “falta de atividade” e de “falta de oportunidades”.

Neste cenário, encontra-se coerência com aquelas que são as alturas e os fatores de atratividade do território, identificados pelos participantes. Nas 19 entrevistas, é praticamente transversal a perceção de que Ponte da Barca é particularmente atrativa em alturas do ano de

maior movimento humano e de promoção do encontro, identificando-se nos “laços sociais” o grande fator de atratividade. Razões estas que sustentam o porquê de o “verão” ser apontado como a temporada em que os participantes preferem estar em Ponte da Barca, às quais se alia o valor atribuído aos recursos naturais. A frequência com que se identifica o “S. Bartolomeu”, o “Natal/Páscoa” e a “passagem de ano” como alturas particularmente atrativas, deve-se, de igual modo, à valorização dessa agitação humana e dos encontros que são proporcionados. No mesmo sentido, mas pelas razões inversas, os restantes períodos do ano, e em particular o “inverno”, são comumente retratados de forma negativa e com recurso ao emprego de termos como vila “*deserta*”, “*fantasma*” ou “*pacata*”, sublinhando-se o descontentamento generalizado pela falta de atividades e de pessoas.

A importância dos “laços sociais” parece não se esgotar no julgamento sobre as alturas em que Ponte da Barca se torna mais atrativa, identificando-se o seu impacto também sobre os regressos da população deslocada, e nas motivações de permanência da população residente.

Quanto aos deslocados, entendeu-se que os “laços familiares” constituem o principal motivo pelo qual esta população vai regressando a Ponte da Barca (enumerado em praticamente todas as entrevistas), seguido dos “laços de amizade”, o segundo fator mais frequentemente apresentado. Já no debruçar sobre as intenções de permanência, partilhadas pelo grupo de residentes, achou-se um equilíbrio entre o número daqueles que se mostram motivados a permanecer em Ponte da Barca, e aqueles que apresentam intenções de sair.

Enquanto as motivações para sair do território primam pela sua diversidade, ainda que o fator “emprego” se repita, notou-se uma grande convergência no apontar para os “laços sociais” e para a “afetividade ao território” como os grandes fatores que fazem com que exista a motivação para permanecer no território. Fatores estes que também são identificados no estudo conduzido por Guimarães *et al.* (2016), sobre as motivações de residência de habitantes em territórios em contração na realidade portuguesa, explorado no capítulo I desta dissertação. Tanto a variedade de razões que motivam a saída, como os fatores identificados que justificam a permanência, encontram suporte teórico nas *teses das preferências individuais* sobre as decisões de localização (também exploradas no Capítulo I), pelo reconhecimento do impacto de fatores não económicos nas opções de residência.

Entrando no domínio da participação cívica, os resultados das entrevistas revelam uma pré-disposição a participar em ações de mudança mais fortemente associada ao grupo de residentes, do que à população deslocada. Ainda assim, são muito poucos os participantes que admitem estar a contribuir ativamente para uma melhoria dos aspetos locais que cada um identificou como necessários serem transformados para tornar o território mais atrativo. E dentro dos entrevistados que se mostram “indisponíveis” a participar nessas ações de mudança,

sublinha-se as más experiências de participação (reclamando da conduta do poder político local) e também a ausência de uma perspectiva de mudança.

Na impossibilidade de se poder afirmar que os resultados sobre a participação cívica são consequência do processo de contração territorial, pode-se, no entanto, alertar para os potenciais efeitos de agravamento dos índices de participação provocados por este fenómeno, como reparado em Hospers (2014), ao identificar o enfraquecimento do empoderamento local como um sintoma do estado de saúde da dimensão de *mindware* do tecido territorial, e consequentemente, apresentando-se como um obstáculo ao desenvolvimento dos territórios em contração. Na mesma linha, a partir do mesmo autor, introduziu-se no capítulo I as “sensações de inferioridade” que se podiam manifestar entre estas populações, que acabaram por ser também observadas neste estudo, traduzindo-se em constantes comparações com os municípios vizinhos, nomeadamente com Arcos de Valdevez, sobretudo quando o tema em discussão se prendia com as “atividades” e o “movimento”, que os jovens identificam como ausente no território.

Sobre o pensamento teórico do desenvolvimento local trazido pelo paradigma territorialista, viu-se a importância que é colocada na participação dos atores locais na definição do curso de desenvolvimento a seguir. Sobre este aspeto, percebeu-se que, em cada uma das entrevistas, se aponta para a necessidade de resolução de problemas muito diversos, ainda assim, um manifesto mais comum prendia-se com a necessidade de haver “mais atividades” e “mais dinamismo” no território.

Numa absorção geral de toda esta informação, é de importância basilar a convergência que se encontra com a ideia central do contributo de Moulaert e Nussbaumer (2005) - a consideração do valor intrínseco de cada uma das múltiplas dimensões de qualidade de vida na definição de estratégias de desenvolvimento local. No caso de Ponte da Barca, interpretado aqui unicamente a partir das 19 entrevistas, é notório o alerta para a consideração de múltiplos fatores de natureza diversa que: impactam satisfação da população local em relação à qualidade de vida no território; interferem com a atratividade percebida do mesmo; condicionam a frequência dos regressos e as decisões de localização, e as dinâmicas participativas locais. Com destaque particular para papel desempenhado pelos laços sociais, pela afetividade ao território e pelos recursos naturais, como principais ativos locais.

Pelo contrário, a ausência de atividades e dinamismo, assim como as problemáticas alusivas ao emprego, apresentam-se como as principais condicionantes ao desenvolvimento local, ameaçando a evolução de um estado de contração para uma fase de declínio. No que à problemática do emprego diz respeito, e compreendendo os contributos teóricos explorados no capítulo I, sobre as dinâmicas do processo de inovação e da concentração espacial da atividade

produtiva nos grandes centros urbanos, os dados retirados de algumas entrevistas sugerem que os eventuais impactos da modalidade de emprego remoto merecem uma compreensão mais fina. Nomeadamente, sobre possibilidade de se gerar uma presença humana mais robusta no território, seja pela retenção de população, seja pelo incentivo a regressos mais frequentes ou mais prolongados da população deslocada, mas sempre compreendendo a complexidade da realidade territorial, e os fatores locais que provocam a atração, mas também o afastamento da população barquense.

Considerações Finais

Durante a fundamentação teórica desenvolvida neste trabalho, sublinhou-se a utilidade do cruzamento dos princípios que sustentam as teorias do desenvolvimento local contemporâneas com os contributos teóricos que se ocupam da análise da configuração geográfica do sistema económico vigente. Ao estabelecer essa ponte, argumentou-se, é possível compreender com maior clareza os desafios que são colocados aos territórios em contração, e conseqüentemente, perspetivar possíveis trajetórias de desenvolvimento que compreendam as particularidades destes contextos territoriais.

Se por um lado, em grande parte das teorias de desenvolvimento local, se enaltece a importância de aspetos como o conhecimento/capital humano presente no território, as dinâmicas participativas e relacionais dos atores locais de desenvolvimento, e a centralidade da inovação no alavancar da competitividade territorial; por outro, partindo da análise das dinâmicas espaciais da economia do conhecimento, identificam-se tendências de uma crescente concentração geográfica da atividade produtiva e humana, alimentada pelos benefícios de eficiência económica e de fomento da inovação, que advêm da existência desses aglomerados. Os grandes centros urbanos desempenham, assim, um papel central na promoção do crescimento económico.

Ademais, dada a natureza seletiva dos movimentos migratórios com destino aos grandes centros urbanos, o tecido social, económico e demográfico dos territórios de partida passa a ser representado por uma população tendencialmente mais envelhecida, menos qualificada e mais pobre. À luz da literatura que se debruça sobre o processo de fomento da inovação, esta realidade mostra-se particularmente desfavorável à exponenciação da mesma. Acrescentando-se, ainda, todas as implicações associadas ao processo de perda contínua de população, capaz de impactar negativamente tanto os aspetos físicos e sociais dos territórios onde o mesmo ocorre, como os relacionamentos, a mentalidade e as dinâmicas participativas das populações locais.

No conjunto de todos os fatores assinalados, encontrou-se um reforço da ideia de que ao processo de globalização, e de todas as transformações compreendidas no mesmo, encontra-se associada a existência de um conjunto de territórios ganhadores e perdedores, desafiando algumas das premissas presentes no discurso dominante sobre o desenvolvimento local.

Ainda assim, nesta dissertação defende-se que as teses territorialistas têm, na sua fundação, matéria suficientemente robusta para enfrentar vários dos desafios que se identificam nos territórios em contração. Nomeadamente, por compreender a pluralidade do conceito de desenvolvimento e a complexidade do território, libertando o pensamento e o raio

da ação local de um afinilamento em preocupações de ordem competitiva e de crescimento. Permitindo, por isso, a importante distinção conceptual entre situações de “declínio” e situações de “contração”, e direcionar o foco de atuação para domínios mais amplos que interferem diretamente com a qualidade de vida no território, com a sua atratividade, e com o potenciamento de outros recursos essenciais ao seu desenvolvimento.

A partir do caso de Ponte da Barca, e da informação extraída dos testemunhos de dezanove jovens barquenses, retirou-se um conjunto de conclusões que permitem robustecer a teoria, a partir de uma abordagem subjetiva ao conceito de qualidade de vida. Os participantes deste estudo partilharam as suas impressões sobre os fatores que interferem diretamente com a sua satisfação pessoal, e ajuizaram sobre os elementos de que um território precisaria de ser composto para lhes proporcionar a qualidade de vida almejada, colocando em perspetiva a realidade que encontram em Ponte da Barca.

Os dados das entrevistas alertam para a importância central de fatores que entram no domínio da natureza, das relações interpessoais, e de um ritmo de vida menos acelerado como determinantes do bem-estar, e de causa de satisfação. Como determinantes de qualidade de vida, registou-se também a importância dos aspetos financeiros, principalmente o emprego, assim como os serviços de saúde, atividades de lazer e oferta cultural, mas estas identificadas como as suas principais ameaçadas na realidade local. Aliás, a insatisfação frequente em relação às problemáticas do emprego, do lazer e das atividades culturais sustenta por diversas vezes os julgamentos negativos dos entrevistados, sobre se considerariam Ponte da Barca um bom sítio para viver.

Entre os elementos de atratividade, que ancoram a população no território, destaca-se a força dos laços sociais e da afetividade ao lugar, dos eventos e das ocasiões de promoção do encontro, e também o valor dos recursos naturais. No discurso dos participantes, percebeu-se a grande influência de cada um destes fatores, tanto sobre as decisões de permanência da população residente, como nas motivações dos regressos da população deslocada, e na identificação das alturas em que o território se mostra especialmente atrativo, considerando a amostra na sua totalidade. No mesmo sentido, observou-se também uma certa convergência no julgamento de que um território com maior vivacidade, que providencie mais atividades para as pessoas se envolverem e encontrarem, compõem-se como o ideal que deve orientar as ações de mudança que procurem reforçar a sua atratividade.

Deste modo, o estudo conduzido sugere que, os princípios de atuação sobre um contexto de contração territorial devem compreender o valor intrínseco dos aspetos culturais e relacionais do desenvolvimento local, e dos atributos específicos de cada território, pelo impacto observado sobre o bem-estar da população, as suas decisões de localização, e sobre o

potencial atrativo de um determinado lugar. Fala-se de um conceito de desenvolvimento local em linha com os princípios de desenvolvimento humano. Fala-se de uma abordagem sobre processo de contração territorial a partir de um olhar sobre a qualidade de vida - objetivo geral que preconizou o desenvolvimento desta dissertação, e que assim se dá por satisfeito.

Face às limitações inerentes à investigação concretizada, por força da dimensão reduzida da amostra, que não permite uma extrapolação dos resultados nestas linhas apresentados, encontra-se relevância científica na condução de investigações mais aprofundadas sobre a qualidade de vida nos territórios em contração. Nomeadamente, na procura por uma identificação mais clara do limiar em que a perda contínua de população se traduz num deterioramento da qualidade de vida local; um entendimento mais esclarecido sobre a importância dos laços sociais e da afetividade ao território nas motivações de permanência da população residente, e do fomento de regressos da população deslocada; e por último, uma aferição sobre o impacto dos eventos populares e rituais comunitários na criação, e no fortalecimento, desses laços sociais e da afetividade ao território.

Por fim, uma palavra sobre a população barquense. Se as mensagens aqui registadas se afigurassem como um retrato fidedigno da realidade transpareceriam uma imensa dose de afeto, que para o bem, ou para mal, uma certeza asseguraria - jamais será a indiferença que marcará a população deste lugar.

Referências Bibliográficas

- Agência Portuguesa do Ambiente. (2023). *Índice de Qualidade do Ar | Relatório do Estado do Ambiente*. <https://rea.apambiente.pt/content/%C3%ADndice-de-qualidade-do-ar>
- Ahrend, R., Farchy, E., Kaplanis, I., & Lembcke, A. C. (2017). What Makes Cities More Productive? Evidence from Five Oecd Countries on the Role of Urban Governance. *Journal of Regional Science*, 57(3), 385–410. <https://doi.org/10.1111/jors.12334>
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35–70. <https://doi.org/10.4000/cea.1573>
- Aydalot, P. (1986). *Milieux Innovateurs en Europe*. GREMI.
- Bache, I., & Reardon, L. (2016). *The politics and policy of wellbeing: Understanding the rise and significance of a new agenda*. Edward Elgar Publishing. <https://books.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=t2nPDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR1&dq=bache+e+readon+2016&ots=kejeayiiq0&sig=UZfsx-rsZnIPm66QZqmYeoWBeMI>
- Banco Mundial. (2023). *Urban population (% of total population)—Portugal, OECD members*. World Bank Open Data. <https://data.worldbank.org/indicator/SP.URB.TOTL.IN.ZS?locations=PT-OE>
- Barreira, A. P., Nunes, L. C., Guimarães, M. H., & Panagopoulos, T. (2019). Satisfied but thinking about leaving: The reasons behind residential satisfaction and residential attractiveness in shrinking Portuguese cities. *International Journal of Urban Sciences*, 23(1), 67–87. <https://doi.org/10.1080/12265934.2018.1447390>
- Becattini, G. (1987). *Mercato e Forze Locale. Il Distretto Industriale*. Il Mulino.
- Benko, G. (1999). *A Ciência Regional* (1.ª ed.). Celta Editoria.
- Benko, G., & Lipietz, A. (1994). *As Regiões Ganhadoras—Distritos e Redes: Os Novos Paradigmas da Geografia Económica* (1.ª ed.). Celta Editoria.
- Bolter, K., & Robey, J. (2020). *Agglomeration Economies: A literature review*. <https://research.upjohn.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1256&context=reports>
- Braczyk, H.-J., Cooke, P., & Heidenreich, M. (1998). *Regional Innovation Systems* (1.ª ed.). Routledge.
- Capello, R. (2016). *Regional economics* (Second Edition). Routledge, Taylor & Francis Group.
- Castells, M. (2004). *The network society: A cross-cultural perspective*. Edward Elgar Publishing, Incorporated. <https://dl.acm.org/doi/abs/10.5555/993619>
- Clark, T. N., Lloyd, R., Wong, K. K., & Jain, P. (2002). Amenities Drive Urban Growth. *Journal of Urban Affairs*, 24(5), 493–515. <https://doi.org/10.1111/1467-9906.00134>
- CMPB. (2015). *Plano Municipal do Ambiente*. Câmara Municipal de Ponte da Barca. https://www.cmpb.pt/pdf/ambiente/cmpb_pambiente.pdf

- CMPB (2019). *Relatório Sobre o Estado do Ordenamento Território*. Município de Ponte da Barca: Divisão Gestão e Planeamento Territorial.
https://www.cmpb.pt/pdf/Planeamento_e_Urb/REOT_Ponte_Barca.pdf
- Conti, S., & Giaccaria, P. (2001). *Local development and competitiveness*. Kluwer Academic Publ.
- Cooke, P. (1996). Reinventing the region: firms, clusters and networks in economic development. Em *The Global Economy in Transition*. Addison Wesley Longman.
- Cooke, P., & Morgan, K. (1998). *The Associational Economy*. Oxford University Press.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198290186.001.0001>
- Costanza, R., Fisher, B., Ali, S., Beer, C., Bond, L., Boumans, R., Danigelis, N. L., Dickinson, J., Elliott, C., Farley, J., Gayer, D. E., Glenn, L. M., Hudspeth, T., Mahoney, D., McCahill, L., McIntosh, B., Reed, B., Rizvi, S. A. T., Rizzo, D. M., ... Snapp, R. (2007). Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being. *Ecological Economics*, 61(2–3), 267–276. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2006.02.023>
- Craggs, R. (2014). Development in a global-historical context. Em *The Companion to Development Studies* (3.^a ed., pp. 5–10). Routledge.
- Cunningham-Sabot, E., Audirac, I., Fol, S., & Martinez-Fernandez, C. (2013). Theoretical approaches of “shrinking cities”. Em *Shrinking cities: International perspectives and policy implications* (pp. 14–30). Routledge New York. <https://books.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=NWhtAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA14&dq=theoretical+approaches+to+shrinking+cities&ots=vZcJ-siacZ&sig=ZiLS4sKUMbr3ynzt9p2np2QOSWE>
- Delken, E. (2008). Happiness in shrinking cities in Germany: A research note. *Journal of Happiness Studies*, 9(2), 213–218. <https://doi.org/10.1007/s10902-007-9046-5>
- Diener, E., & Suh, E. (1997). Measuring quality of life: Economic, social, and subjective indicators. *Social indicators research*, 40, 189–216.
- Duranton, G., & Puga, D. (2004). Chapter 48 Micro-foundations of urban agglomeration economies. Em *Handbook of Regional and Urban Economics* (Vol. 4, pp. 2063–2117). Elsevier.
[https://doi.org/10.1016/S1574-0080\(04\)80005-1](https://doi.org/10.1016/S1574-0080(04)80005-1)
- Eurostat. (2023a). *Population projections in the EU*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_projections_in_the_EU
- Eurostat. (2023b). *Population structure and ageing*. https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Population_structure_and_ageing
- Eversole, R. (2017). Economies with people in them: Regional futures through the lens of contemporary regional development theory. *The Australasian Journal of Regional Studies*, 23(3), 305–320.
- Ewers, H.-J., & Wettmann, R. W. (1980). Innovation-oriented regional policy. *Regional Studies*, 14(3), 161–179. <https://doi.org/10.1080/09595238000185171>
- Florida, R. L. (2002). *The rise of the creative class: And how it's transforming work, leisure, community and everyday life* (Nachdr.). Basic Books.

- Fragoso, A. (2004). Os Significados do Território na Perspectiva do Desenvolvimento. *Cidades-Comunidades e Territórios*, 8, 9–20.
- Freeman, C., & Perez, C. (1988). Structural crises of adjustment: Business cycles. Em *Technical change and economic theory*. Londres: Pinter (pp. 39–66).
<https://cp.informaticaprojects.com/wp-content/downloads/publications/theoretical-framework/StructuralCrisesOfAdjustment.pdf>
- Friedmann, J., & Weaver, C. (1979). *Territory and function: The evolution of regional planning*. Univ of California Press. https://books.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=OHM8BHz7ih8C&oi=fnd&pg=PP8&dq=Territory+and+Function&ots=X_TTg2DRNW&sig=tr-7psZ5QScTpp8hcV3MtmwzTp8
- Fujita, N. (2004). Gunnar Myrdal's theory of cumulative causation revisited. *Economic Research Center Discussion Paper*, 147, 1–18.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
https://feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo01_globalizacao.pdf
- Glaeser, E., & Gyourko, J. (2006). *Housing Dynamics* (w12787; p. w12787). National Bureau of Economic Research. <https://doi.org/10.3386/w12787>
- Glaeser, E. L. (2005). Smart growth: Education, skilled workers and the future of cold-weather cities. *Policy Briefs, Harvard University, John F. Kennedy School of Government*.
<https://www.hks.harvard.edu/sites/default/files/centers/rappaport/files/skilledcities.pdf>
- Goldin, I. (2018). *Development: A very short introduction*. Oxford University Press.
- Guazi, T. S. (2021). Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, 2.
<https://scholar.archive.org/work/v5u2imn7hfhzvgz3b7wsie3oae/access/wayback/https://revista.ufr.br/rep/article/download/e202114/pdf>
- Guimarães, M. H., Nunes, L. C., Barreira, A. P., & Panagopoulos, T. (2016). What makes people stay in or leave shrinking cities? An empirical study from Portugal. *European Planning Studies*, 24(9), 1684–1708. <https://doi.org/10.1080/09654313.2016.1177492>
- Haas, B. K. (1999). A Multidisciplinary Concept Analysis of Quality of Life. *Western Journal of Nursing Research*, 21(6), 728–742. <https://doi.org/10.1177/01939459922044153>
- Hall, J., & Ludwig, U. (2009). Gunnar Myrdal and the Persistence of Germany's Regional Inequality. *Journal of Economic Issues*, 43(2), 345–352. <https://doi.org/10.2753/JEI0021-3624430207>
- Hartt, M. (2019). The Prevalence of Prosperous Shrinking Cities. *Annals of the American Association of Geographers*, 109(5), 1651–1670.
<https://doi.org/10.1080/24694452.2019.1580132>
- Head, K., & Mayer, T. (2004). The Empirics of Agglomeration and Trade. Em J. V. Henderson & J.-F. Thisse (Eds.), *Handbook of Regional and Urban Economics* (Vol. 4, pp. 2609–2669). Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S1574-0080\(04\)80016-6](https://doi.org/10.1016/S1574-0080(04)80016-6)
- Henderson, J. V. (2010). Cities and Development. *Journal of Regional Science*, 50(1), 515–540.
<https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2009.00636.x>

- Hollander, J. B. (2011). Can a City Successfully Shrink? Evidence from Survey Data on Neighborhood Quality. *Urban Affairs Review*, 47(1), 129–141.
<https://doi.org/10.1177/1078087410379099>
- Hopper, P. J. (2012). *Understanding development: Issues and debates*. Polity Press.
- Hospers, G.-J. (2013). Coping with shrinkage in Europe's cities and towns. *Urban Design International*, 18(1), 78–89. <https://doi.org/10.1057/udi.2012.29>
- Hospers, G.-J. (2014). Policy Responses to Urban Shrinkage: From Growth Thinking to Civic Engagement. *European Planning Studies*, 22(7), 1507–1523.
<https://doi.org/10.1080/09654313.2013.793655>
- INE. (2019). *Índice de Bem-Estar*.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indbemestar&xlang=pt
- INE. (2022). *Censos 2021.XVI Recenseamento Geral da População. VI Recenseamento Geral da Habitação: Resultados definitivos*. Instituto Nacional de Estatística, I.P.
<https://www.ine.pt/xurl/pub/65586079>
- King, K. E. (2015). Chicago residents' perceptions of air quality: Objective pollution, the built environment, and neighborhood stigma theory. *Population and Environment*, 37(1), 1–21.
<https://doi.org/10.1007/s11111-014-0228-x>
- Kinossian, N. (2018). Planning strategies and practices in non-core regions: A critical response. *European Planning Studies*, 26(2), 365–375. <https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1361606>
- Leick, B., & Lang, T. (2018). Re-thinking non-core regions: Planning strategies and practices beyond growth. *European Planning Studies*, 26(2), 213–228.
<https://doi.org/10.1080/09654313.2017.1363398>
- Leo, C., & Brown, W. (2000). Slow Growth and Urban Development Policy. *Journal of Urban Affairs*, 22(2), 193–213. <https://doi.org/10.1111/0735-2166.00050>
- Lofland, J., Snow, D., Anderson, L., & Lofland, L. H. (2022). Starting Where You Are. Em *Analyzing Social Settings: A Guide to Qualitative Observation and Analysis, Fourth Edition* (4th ed.). Waveland Press.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, Inovação e Territórios* (1.ª ed.). Celta Editoria.
- Markusen, A. (2003). Fuzzy Concepts, Scanty Evidence, Policy Distance: The Case for Rigour and Policy Relevance in Critical Regional Studies. *Regional Studies*, 37(6–7), 701–717.
<https://doi.org/10.1080/0034340032000108796>
- Martinez-Fernandez, C., Audirac, I., Fol, S., & Cunningham-Sabot, E. (2012). Shrinking Cities: Urban Challenges of Globalization: Shrinking cities: urban challenges of globalization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36(2), 213–225.
<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2011.01092.x>
- Martinez-Fernandez, C., Weyman, T., Fol, S., Audirac, I., Cunningham-Sabot, E., Wiechmann, T., & Yahagi, H. (2016). Shrinking cities in Australia, Japan, Europe and the USA: From a global process to local policy responses. *Progress in Planning*, 105, 1–48.
<https://doi.org/10.1016/j.progress.2014.10.001>
- Méndez, R. (1997). *Geografía Económica: La Lógica Espacial del Capitalismo Global*. Ariel.

- Moulaert, F., & Nussbaumer, J. (2005). The Social Region: Beyond the Territorial Dynamics of the Learning Economy. *European Urban and Regional Studies*, 12(1), 45–64. <https://doi.org/10.1177/0969776405048500>
- Moulaert, F., & Sekia, F. (2003). Territorial Innovation Models: A Critical Survey. *Regional Studies*, 37(3), 289–302. <https://doi.org/10.1080/0034340032000065442>
- Myrdal, G. (1957). *Economic Theory and Underdeveloped Regions* (Duckworth).
- OECD. (2015). *The Metropolitan Century: Understanding Urbanisation and its Consequences*. OECD. <https://doi.org/10.1787/9789264228733-en>
- Okulicz-Kozaryn, A., & Mazelis, J. M. (2018). Urbanism and happiness: A test of Wirth's theory of urban life. *Urban Studies*, 55(2), 349–364. <https://doi.org/10.1177/0042098016645470>
- Park, Y., & Garcia, M. (2020). Pedestrian safety perception and urban street settings. *International Journal of Sustainable Transportation*, 14(11), 860–871. <https://doi.org/10.1080/15568318.2019.1641577>
- Park, Y., Kim, M., Shin, J., & Heim LaFrombois, M. E. (2021). Changing Trends in Long-Term Sentiments and Neighborhood Determinants in a Shrinking City. *Journal of Planning Education and Research*, 0739456X2110442. <https://doi.org/10.1177/0739456X211044215>
- Peet, R., & Hartwick, E. (2015). *Theories of development: Contentions, arguments, alternatives* (Third edition). The Guilford Press.
- Perroux, F. (1955). Note sur la notion de pôle de croissance. *Economie Appliquée*.
- Pike, A., Rodríguez-Pose, A., Tomaney, J., Rodríguez-Pose, A., & Tomaney, J. (2017). *Local and regional development* (Second edition). Routledge.
- Polèse, M. (1999). *From Regional Development to Local Development: On the Life, Death and Rebirth of Regional Science as a Policy Relevant Science* (99–01). 99–01, Artigo 99–01. <https://espace.inrs.ca/id/eprint/9461/>
- Pordata (2022a) *População residente segundo os Censos: total e por grandes grupos etários*. <https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+segundo+os+censos+total+e+por+grandes+grupos+etarios-22>
- Pordata (2022b). *Índice de envelhecimento e outros indicadores de envelhecimento segundo os Censos*. <https://www.pordata.pt/municipios/indice+de+envelhecimento+e+outros+indicadores+de+envelhecimento+segundo+os+censos-1055>
- Pordata (2022c). *População segundo os Censos que entra e sai habitualmente do concelho*. <https://www.pordata.pt/municipios/populacao+segundo+os+censos+que+entra+e+sai+habitualmente+do+concelho%20a0-1048>
- Pordata (2022d). *Poder de compra per capita*. <https://www.pordata.pt/municipios/poder+de+compra+per+capita-118>
- Pordata (2022e). *Crimes registados pelas polícias: total e por algumas categorias de crime*. <https://www.pordata.pt/municipios/crimes+registados+pelas+policias+total+e+por+algumas+categorias+de+crime-600>

- Pordata (2022f). Despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto em % do total de despesas.
<https://www.pordata.pt/Municipios/Despesas+das+C%C3%A2maras+Municipais+em+cultura+e+desporto+em+percentagem+do+total+de+despesas-796>
- Pordata. (2023a). *Áreas Protegidas e Rede Natura (%)*.
[https://www.pordata.pt/municipios/areas+protegidas+e+rede+natura+2000+\(percentagem\)-1015](https://www.pordata.pt/municipios/areas+protegidas+e+rede+natura+2000+(percentagem)-1015)
- Pordata. (2023b). *Censos por concelho e regiões: evolução 1960-2021*.
<https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/ponte+da+barca-370>
- Pordata. (2023c). *Densidade Populacional*.
<https://www.pordata.pt/municipios/densidade+populacional-452>
- Pordata. (2023d). *População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população*
[https://www.pordata.pt/municipios/taxa+de+crescimento+anual+medio+da+populacao+residente+segundo+os+censos+\(percentagem\)-1053](https://www.pordata.pt/municipios/taxa+de+crescimento+anual+medio+da+populacao+residente+segundo+os+censos+(percentagem)-1053)
- Pordata (2023e). *População residente com 15 e mais anos segundo os Censos: total e por nível de escolaridade completo mais elevado*.
<https://www.pordata.pt/municipios/populacao+residente+com+15+e+mais+anos+segundo+os+censos+total+e+por+nivel+de+escolaridade+completo+mais+elevado-69>
- Pordata (2023f). *Taxa de desemprego segundo os Censos: total e por sexo (%)*.
[https://www.pordata.pt/municipios/taxa+de+desemprego+segundo+os+censos+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-405](https://www.pordata.pt/municipios/taxa+de+desemprego+segundo+os+censos+total+e+por+sexo+(percentagem)-405)
- Pordata (2023g). *Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo*.
<https://www.pordata.pt/municipios/ganho+medio+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+sexo-282>
- Pordata (2023h). *Espetáculos ao vivo: sessões*.
<https://www.pordata.pt/municipios/espeticulos+ao+vivo+sessoes-43>
- Pordata (2023i). *Cinema: sessões*. <https://www.pordata.pt/municipios/cinema+sessoes-13>
- Pordata (2023j). *Despesas dos municípios em ambiente em % do total de despesas*.
<https://www.pordata.pt/Municipios/Despesas+dos+munic%C3%ADpios+em+ambiente+em+percentagem+do+total+de+despesas-794>
- Powell, W. W., & Snellman, K. (2004). The Knowledge Economy. *Annual Review of Sociology*, 30(1), 199–220. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.29.010202.100037>
- Precedo, A. L. (1994). *Desarrollo territorial y planificación comarcal: El Plan de Desarrollo Comarcal de Galicia*. Xunta de Galicia.
- Puga, D. (2010). The Magnitude and Causes of Agglomeration Economies. *Journal of Regional Science*, 50(1), 203–219. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9787.2009.00657.x>

- Reckien, D., & Martinez-Fernandez, C. (2011). Why Do Cities Shrink? *European Planning Studies*, 19(8), 1375–1397. <https://doi.org/10.1080/09654313.2011.593333>
- Reis, P. (2012). Desenvolvimento local: O binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local. *Exedra: Revista Científica*, 6, 155–172.
- Rieniets, T. (2009). Shrinking Cities: Causes and Effects of Urban Population Losses in the Twentieth Century. *Nature and Culture*, 4(3), 231–254. <https://doi.org/10.3167/nc.2009.040302>
- Rist, G. (2019). *The History of Development* (5th ed.). Zed Books Ltd.
- Rodriguez-Pose, A. (1999). Innovation Prone and Innovation Averse Societies: Economic Performance in Europe. *Growth and Change*, 30(1), 75–105. <https://doi.org/10.1111/0017-4815.00105>
- Rostow, W. W. (1960). *The Stages of Economic Growth. A Non-Communist Manifesto*. Cambridge University Press.
- Santos, D. (2011). Dos modelos de desenvolvimento local aos projectos de animação cultural: Conceitos, dimensões e desafios. *I Jornadas de Animação Cultural: que desafios*. <https://repositorio.ipcb.pt/handle/10400.11/1009>
- Sassen, S. (2001). Global cities and global city-regions: A comparison. *Global city-regions: Trends, theory, policy*, 78–95.
- Scott, A. J. (2007). Capitalism and Urbanization in a New Key? The Cognitive-Cultural Dimension. *Social Forces*, 85(4), 1465–1482.
- Scott, A. J. (2022). The constitution of the city and the critique of critical urban theory. *Urban Studies*, 59(6), 1105–1129. <https://doi.org/10.1177/00420980211011028>
- Scott, A. J., & Storper, M. (2015). The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39(1), 1–15. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12134>
- Sen, A. (2000). A Decade of Human Development. *Journal of Human Development*, 1(1), 17–23. <https://doi.org/10.1080/14649880050008746>
- Simone, A. M. M. (2004). People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. *Public Culture*, 16(3), 407–429.
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. (2023). *SNIRH > Dados Sintetizados*. <https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=2.1>
- Sousa, S., & Pinho, P. (2015). Planning for Shrinkage: Paradox or Paradigm. *European Planning Studies*, 23(1), 12–32. <https://doi.org/10.1080/09654313.2013.820082>
- Stiglitz, J. E., Fitoussi, J.-P., & Durand, M. (2019). *Measuring what counts: The global movement for well-being*. The New Press.
- Stöhr, W., & Taylor, D. R. F. (1981). *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. <https://core.ac.uk/download/pdf/154897143.pdf>
- Storper, M. (2013). *Keys to the city: How economics, institutions, social interaction, and politics shape development*. Princeton University Press. <https://books.google.com/books?hl=pt->

PT&lr=&id=g2aYDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP9&dq=key+to+the+city+storper+2013&ots=OMNZjJBgV4&sig=wwaMMYFi5R7BIF5II4LmSUN7-tc

Storper, M., & Scott, A. J. (1989). The geographical foundations and social regulation of flexible production complexes. Em *The Power of Geography (RLE Social & Cultural Geography)* (1.^a ed.). Routledge.

Storper, M., & Scott, A. J. (2008). Rethinking human capital, creativity and urban growth. *Journal of Economic Geography*, 9(2), 147–167. <https://doi.org/10.1093/jeg/lbn052>

Storper, M., & Scott, A. J. (2016). Current debates in urban theory: A critical assessment. *Urban Studies*, 53(6), 1114–1136. <https://doi.org/10.1177/0042098016634002>

Thirlwall, A. P. (2011). *Economics of development: Theory and evidence* (9. ed). Palgrave Macmillan.

Tödttling, F., & Trippel, M. (2005). One size fits all? *Research Policy*, 34(8), 1203–1219. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2005.01.018>

Vale, M. (2012). *Conhecimento, inovação e território*. Colibri.

Vázquez-Barquero, A. (2000). Desarrollo endógeno y globalización. *EURE (Santiago)*, 26(79). <https://doi.org/10.4067/S0250-71612000007900003>

ViaMichelin. (2023). *ViaMichelin: Itinerários, Mapas, Info tráfego, Hotéis*. <https://www.viamichelin.pt/>

ViverViana. (2013). Ponte da Barca. *Viver Viana, tudo sobre o Alto Minho*. <https://viverviana.pt/ponte-da-barca/>

Wang, J., & Li, P. (2017). Growth Poles and Growth Centers. Em D. Richardson, N. Castree, M. F. Goodchild, A. Kobayashi, W. Liu, & R. A. Marston (Eds.), *International Encyclopedia of Geography* (1.^a ed., pp. 1–7). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118786352.wbieg0469>

Wiechmann, T. (2008). Errors Expected—Aligning Urban Strategy with Demographic Uncertainty in Shrinking Cities†. *International Planning Studies*, 13(4), 431–446. <https://doi.org/10.1080/13563470802519097>

Wiechmann, T., & Pallagst, K. M. (2012). Urban shrinkage in Germany and the USA: A Comparison of Transformation Patterns and Local Strategies: Urban shrinkage in Germany and the USA. *International Journal of Urban and Regional Research*, 36(2), 261–280. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2011.01095.x>

Wolff, M., & Wiechmann, T. (2018). Urban growth and decline: Europe's shrinking cities in a comparative perspective 1990–2010. *European Urban and Regional Studies*, 25(2), 122–139. <https://doi.org/10.1177/0969776417694680>

Apêndices

Apêndice 1: Entrevistas

A transcrição de cada uma das entrevistas pode ser consultada através da seguinte hiperligação:

https://drive.google.com/drive/folders/1nQYMHb8B_dFvOobcEitw8pyUD18MthzE?usp=sharing

Apêndice 2: Consentimento informado



CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de uma dissertação de mestrado em Estudos de Desenvolvimento, do aluno Bernardo Machado Cruz, sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Costa, a decorrer no **ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa**. Este estudo incide sobre a qualidade de vida em Ponte da Barca, e pretende reunir informações sobre a forma como a mesma é percebida entre a população jovem do município e a sua relação com as decisões de localização deste segmento da população.

A sua participação, que será muito valorizada, consiste em responder a conjunto de perguntas no seguimento de uma entrevista sobre o tema e terá uma duração previsível de cerca de trinta minutos, não existindo riscos expectáveis associados à participação no estudo. Ainda que, pessoalmente, possa não beneficiar diretamente com a participação no estudo, as suas respostas vão contribuir para a identificação de alguns dos atributos do território que interferem com as decisões de localização da população jovem do município, podendo, portanto, beneficiar genericamente toda a população de Ponte da Barca.

A participação neste estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher participar ou não participar. Se escolher participar, pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer justificação. Para além de voluntária, a participação é também **anónima** e **confidencial**. Os dados destinam-se apenas a ser tratados e utilizados no âmbito deste trabalho académico e nenhuma resposta será tratada ou reportada individualmente. Em nenhum momento do estudo precisa de se identificar.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

ACEITO NÃO ACEITO

Nome: _____ Data: _____

Assinatura: _____